

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP  
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

THAIS ESTRELLA DE ALENCAR

**DEMOCRACIA, BOLSONARISMO E A PERCEPÇÃO DO ELEITORADO**

RIO DE JANEIRO

2022

THAIS ESTRELLA DE ALENCAR

**DEMOCRACIA, BOLSONARISMO E A PERCEPÇÃO DO ELEITORADO**

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Mestra em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: comportamento político e eleitoral.

Orientador: Prof. Dr. Felipe de Moraes Borba

RIO DE JANEIRO

2022

A368 Alencar, Thais Estrella de  
Democracia, bolsonarismo e a percepção do  
eleitorado / Thais Estrella de Alencar. -- Rio de  
Janeiro, 2022.  
103 f.

Orientador: Felipe de Moraes Borba.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em Ciência Política, 2022.

1. Retrocesso democrático. 2. Legitimidade  
democrática. 3. Governo Bolsonaro. 4. Percepção do  
eleitorado. I. Borba, Felipe de Moraes, orient. II.  
Título.

THAIS ESTRELLA DE ALENCAR

**DEMOCRACIA, BOLSONARISMO E A PERCEPÇÃO DO ELEITORADO**

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Mestra em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: comportamento político e eleitoral.

Aprovada em: 08/04/2022

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Felipe de Moraes Borba (orientador)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

---

Profa. Dra. Luciana Fernandes Veiga (avaliadora interna)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

---

Profa. Dra. Esther Solano Gallego (avaliadora externa)  
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu professor Felipe Borba pela confiança e orientação ao longo de toda minha formação. Estendo esse agradecimento a todo corpo docente da Escola de Ciência Política da Unirio. Também às demais integrantes da banca, Luciana Veiga e Esther Solano, pelas sugestões e observações que tanto contribuíram para o trabalho. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de estudos. Ao Grupo de Investigação Eleitoral (Giel/Unirio) pelo fornecimento do material de pesquisa, juntamente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo financiamento da mesma.

## RESUMO

Vivemos atualmente um processo mundial de desconsolidação de democracias marcado pela ascensão de movimentos e líderes autoritários-populistas. A eleição de Jair Bolsonaro para presidência do Brasil em 2018 fez parte dessa convergência global. Nesse mesmo ano, indicadores como apoio e satisfação com a democracia atingiram ou voltaram a apresentar os piores níveis na América Latina. Diante disso, a pergunta de pesquisa que se apresenta é: qual a percepção do eleitorado sobre o funcionamento da democracia no Brasil? Apoiada numa abordagem qualitativa com aplicação de grupos focais esta dissertação busca descrever as percepções, crenças e atitudes dos eleitores a respeito do regime democrático. Partindo da estrutura multidimensional e do apoio mais difuso ao mais específico, o objetivo foi verificar quatro dimensões da legitimidade: apoio aos princípios fundamentais do regime; apoio às instituições do regime; avaliação do desempenho do regime; e apoio aos atores políticos. A pesquisa foi conduzida em abril de 2021 na cidade do Rio de Janeiro pelo Grupo de Investigação Eleitoral (Giel/Unirio), totalizando 62 participantes. Os resultados dos grupos indicam que, embora a maioria dos eleitores aponte uma forte valorização do voto, das eleições e da participação política, grande parte não mantém atitudes positivas sobre os partidos e políticos. Ainda, a mesma valorização não foi vista quanto às instituições políticas e eleitorais, principalmente quanto ao processo eleitoral. Além de níveis bastante modestos de uma avaliação positiva sobre o desempenho do governo e da economia. A percepção sobre a corrupção demonstrou ser determinante para as avaliações negativas. De maneira geral, os grupos convergiram com a literatura especializada que revela que os eleitores manifestam altos níveis de apoio difuso aos princípios do regime e baixos níveis de apoio específico às instituições e às autoridades políticas.

**Palavras-chave:** Retrocesso democrático. Legitimidade democrática. Governo Bolsonaro. Percepção do eleitorado.

## ABSTRACT

We are currently experiencing a worldwide process of deconsolidation of democracies marked by the rise of authoritarian-populist movements and leaders. The election of Jair Bolsonaro to the presidency of Brazil in 2018 was part of this global convergence. That same year, indicators such as support and satisfaction with democracy reached or returned to the worst levels in Latin America. In view of this, the research question that arises is: what is the electorate's perception of the functioning of democracy in Brazil? Supported by a qualitative approach with the application of focus groups, this dissertation seeks to describe the perceptions, beliefs and attitudes of voters regarding the democratic regime. Starting from the multidimensional structure and from the more diffuse support to the more specific, the objective was to verify four dimensions of legitimacy: support for the fundamental principles of the regime; support to the regime's institutions; assessment of the regime's performance; and support to political actors. The research was conducted in April 2021 in the city of Rio de Janeiro by the Electoral Investigation Group (Giel/Unirio), totaling 62 participants. The results of the groups indicate that, although most voters point to a strong appreciation of voting, elections, and political participation, most do not maintain positive attitudes about parties and politicians. Still, the same valorization was not seen regarding political and electoral institutions, especially regarding the electoral process. In addition to quite modest levels of a positive assessment of the performance of the government and the economy. The perception of corruption proved to be decisive for negative evaluations. In general, the groups converged with the specialized literature that reveals that voters show high levels of diffuse support for the regime's principles and low levels of specific support for institutions and political authorities.

**Key words:** Democratic Backsliding. Democratic Legitimacy. Bolsonaro Government. Voter's Perceptions.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>1 Retrocesso democrático no século XXI.....</b>	<b>13</b>
1.1 Pensar a democracia: o elitismo democrático e suas críticas .....	14
1.2 As literaturas recentes sobre a crise: causas, sinais e sintomas .....	21
1.3 A desconfiança eleitoral: eleições contenciosas e gritos de fraude .....	26
1.4 Os limites da representação e o neopopulismo.....	31
<b>2 A legitimidade democrática no Brasil.....</b>	<b>37</b>
2.1 As dimensões do apoio à democracia.....	38
2.2 As pesquisas que mensuram o apoio à democracia no Brasil .....	44
2.3 Atitudes e sentimentos em relação aos partidos políticos .....	50
2.4 O eleitorado antipetista e a evolução do bolsonarismo .....	55
<b>3 A percepção do eleitorado sobre o funcionamento da democracia.....</b>	<b>61</b>
3.1 Metodologia.....	62
3.2 Resultados e discussões .....	64
3.2.1 Apoio aos princípios fundamentais do regime .....	64
3.2.2 Apoio às instituições do regime .....	69
3.2.3 Avaliação do desempenho do regime.....	76
3.2.4 Apoio aos atores políticos .....	82
<b>Considerações finais .....</b>	<b>88</b>
REFERÊNCIAS .....	91
APÊNDICE A – Roteiro de discussão .....	102
APÊNDICE B – Perfil dos entrevistados .....	103



## Introdução

No dia 15 de novembro de 1989 os brasileiros comemoravam a volta das eleições diretas após os anos da Ditadura Militar. A data foi escolhida como forma de vincular o Dia da Proclamação da República à democracia e a população foi às urnas tomada pela euforia de concretizar o direito de escolher seus representantes. A votação para presidente encerraria o período autoritário após a promulgação da “Constituição Cidadã” no ano anterior. Depois de três décadas do recente e frágil percurso democrático no país, o clima político é muito diferente. O eleitorado chegou ao pleito de 2018 com pouco a comemorar.

A eleição foi o culminar de cinco anos de turbulência política, iniciada por massivas manifestações de rua em 2013. As Jornadas de Junho seguiram o processo de “propagação viral” de manifestações que aconteceram em outros lugares do mundo, como os levantes contra as ditaduras do Egito, Tunísia e Líbia – a chamada Primavera Árabe – e o Ocupa Wall Street nos Estados Unidos (Costa-Moura, 2014). Em 2015 o país foi tomado por protestos contra o governo Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) e a favor do lavajatismo<sup>1</sup>. Nos anos que antecederam tal eleição, inúmeros escândalos de corrupção noticiados amplamente pela mídia, um golpe institucional contra Dilma (Pereira da Silva, 2022) e a consequente agenda de austeridade adotada por Michel Temer, altas taxas de desemprego, o sucessivo processo de judicialização da política, além de inúmeros outros fatores, levaram à concepção de um Congresso totalmente descredibilizado e um forte sentimento de rejeição ao PT.

A crise política em paralelo à crise econômica instaurada no país culminou em uma sensação de desamparo e insatisfação geral com o sistema representativo. Seus desdobramentos levaram ao surgimento de novas correntes político-ideológicas num fenômeno estabelecido como “nova direita”. O termo “nova” exprime um novo cenário, alvos e meios de atuação política (Cepêda, 2018). Materializadas em organizações do tipo “Movimento Vem Pra Rua” e “Movimento Brasil Livre”, que se iniciaram nas redes sociais – espaços que escapam à dominância dos que monopolizam os canais de comunicação – ou atuando por meio de partidos tradicionais de direita, o novo ativismo que teve raízes nas manifestações de 2013 viu seu papel ser ampliado e consolidado durante a campanha eleitoral de 2018.

---

<sup>1</sup> Apoio a operação Lava Jato – iniciativa da Polícia Federal de combate à corrupção e lavagem de dinheiro que ocorreu em todo o país iniciado em março de 2014 – e aos seus expoentes.

As bases ideológicas dessa nova direita são heterogêneas, misturam elementos do neoliberalismo e conservadorismo, além de se associarem com a extrema direita em variados graus de intensidade. Seus posicionamentos políticos se manifestaram na opinião pública articulando, pelo menos, os seguintes elementos: idealismo punitivo (endurecimento ao combate ao crime e pouco apreço aos direitos humanos); reação cultural à mudança de valores e costumes (marcada pela intolerância à diversidade sexual e de gênero e à agenda feminista); neoliberalismo (liberdade de mercado e redução do papel do Estado); combate à corrupção (desqualificação do Estado por ser corruptível); fundamentalismo religioso (defesa da família patriarcal/heteronormativa e oposição ao aborto). Além de um consequente ressentimento daqueles que apoiam tais pontos de vista, principalmente partidos de esquerda (Rennó, 2020).

As tendências contemporâneas da agenda da extrema direita no país continuaram apresentando muitos traços originais como posturas autoritárias e antidemocráticas, irracionalismo, nacionalismo, antiglobalismo e anticomunismo (Silva et al., 2014; Cepêda, 2018). Destacamos, nesse sentido, que existe uma variedade de formas de expressão e canalização dessa ideologia no país que representa diferentes projetos políticos que por vezes se conjugam e por vezes se divergem. Também um formato que se apresenta como diferente, mas que traz muitos elementos da direita “clássica”. Dessa forma, “o uso de direita, no singular, precisa ser relativizado. O que há é a confluência de grupos diversos, cuja união é sobretudo pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum” (Miguel, 2019, p. 94).

Esses grupos disputaram a última eleição presidencial brasileira tendo Jair Bolsonaro como um de seus protagonistas, embora em termos eleitorais ele tivesse pouco tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e escasso acesso ao fundo partidário por sua então filiação a um pequeno partido, o Partido Social Liberal (PSL). O candidato veio de carreira militar e quase trinta anos de mandato parlamentar, elegendo consigo – pelo PSL – a segunda maior bancada na câmara baixa do Congresso Nacional. Com promessas agressivas de acabar com o crime e corrupção, beneficiando-se de campanhas de desinformação, junto a um eleitorado profundamente frustrado após um período eleitoral contencioso, Bolsonaro venceu a disputa contra Fernando Haddad (PT) no segundo turno.

Identificado como um autêntico líder populista de extrema direita (Almeida e Guarnieri, 2020) sua eleição fez parte de uma convergência global. O movimento esteve por trás da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA) em 2016 e do referendo pela saída do Reino Unido da União Europeia no mesmo ano – popularmente conhecido como Brexit.

Enredos semelhantes foram vistos na Europa, como a eleição de Viktor Orbán na Hungria em 2010, Andrzej Duda na Polônia em 2015 e 2020, e Matteo Salvini na Itália em 2018. Da mesma forma, é nítido o crescimento de partidos de extrema direita na região, como o Reagrupamento Nacional de Marine Le Pen na França, o Partido para a Liberdade na Holanda, a Alternativa para Alemanha, o Partido do Povo Suíço e o Partido da Liberdade Austríaco.

Na América Latina, observou-se reviravoltas eleitorais à direita com Juan Orlando Hernández em Honduras no ano de 2014 e 2018, Mauricio Macri na Argentina em 2015, Sebastián Piñera no Chile em 2010 e 2018, Iván Duque na Colômbia em 2018, Nayib Bukele em El Salvador em 2019 e Guillermo Lasso no Equador em 2021. Mas não se trata de um bloco ideológico unificado ou homogêneo de indivíduos e partidos de direita chegando ao poder: existem diferenças significativas entre eles, seja com posicionamentos mais moderados ou mais radicais, seja adotando discursos mais conservadores ou mais neoliberais (Zucatto, 2019). Importante pontuar que na primeira década do século XXI a região vivenciou a ascensão de políticos de esquerda em contraposição aos governantes que promoveram reformas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990. Em meados dos anos 2010 a Onda Rosa perdeu força.

Com dados do Latinobarômetro, Botelho, Okado e Bonifácio (2020) constataram que indicadores como apoio e satisfação com o regime democrático e confiança nas instituições atingiram ou voltaram a apresentar no ano de 2018 os piores níveis das suas séries históricas na América Latina. Esther Solano (2018) ao analisar o crescimento das novas direitas brasileiras, especialmente da extrema direita, considerou não somente os fatores conjunturais mencionados inicialmente, mas também elementos estruturais. O declínio das instituições representativas tradicionais e um mal-estar coletivo com o funcionamento vigente da democracia, a desigualdade, o racismo estrutural, a pauperização do trabalho e o avanço do neoliberalismo são alguns apontamentos da autora. Que também observa que o eleitorado passou a rejeitar políticas assistencialistas e negar o voto aos partidos de esquerda tradicionais.

Castells (2018) presume que a ruptura na relação entre governantes e governados é mais profunda, e acontece tanto em nível emocional quanto cognitivo. Acredita se tratar de um colapso gradual de um modelo político de representação e governança, tendo em vista as amplas mobilizações populares em diversos países por meio do lema “não nos representam”. Dessa rejeição surgem lideranças políticas que, na prática, negam as formas partidárias existentes. Nesse sentido, Solano (2021) versa que argumentos centrais do bolsonarismo se constroem sobre elementos bastante consolidados nas estruturas sociais brasileiras e salienta que mesmo

quando eventualmente o atual presidente deixar o cargo essas questões continuarão a existir. Acrescenta que a percepção do eleitorado médio é de que a classe política não responde à demanda popular e o acúmulo de ressentimento está diretamente ligado à vulnerabilidade diante de líderes autoritários.

Ainda assim, Bolsonaro não é um líder muito popular desde sua posse. Pesquisas do Instituto Datafolha demonstraram que ele foi o presidente com pior avaliação depois de três meses de governo, se comparado a todos os outros eleitos em primeiro mandato desde 1989. Inúmeras transformações políticas, econômicas e sociais ocorreram no país e no mundo e sua popularidade sofreu diversas oscilações. No plano econômico, destacam-se fatores como o aumento do desemprego, inflação, alta do dólar e pagamento do auxílio emergencial (suporte financeiro do Governo Federal para trabalhadores informais) diante da pandemia do novo coronavírus. Já no plano político institucional, podemos destacar a participação do presidente em manifestações antidemocráticas, as suspeitas de interferência na Polícia Federal para proteger a família de eventuais investigações, a conturbada relação com o Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF), assim como sua gestão ambiental e administração no combate à pandemia (principalmente em relação à disponibilização de vacinas e discurso negacionista).

Tendo em vista as circunstâncias e conjuntura apresentadas, a pergunta de pesquisa que se apresenta é: qual a percepção do eleitorado sobre o funcionamento da democracia no Brasil? A percepção dos que votaram em Bolsonaro no segundo turno de 2018 diverge dos que optaram por Haddad? A partir disso, o que podemos concluir sobre o estado da legitimidade democrática no país? Apoiada numa abordagem qualitativa com aplicação de grupos focais esta dissertação busca descrever as percepções, crenças e atitudes dos eleitores a respeito do regime democrático. Partindo da estrutura multidimensional (Norris, 1999; Booth e Seligson, 2009) o objetivo é verificar quatro dimensões da legitimidade pelos eleitores: apoio aos princípios fundamentais do regime; apoio às instituições do regime; avaliação do desempenho do regime; e apoio aos atores políticos.

A pesquisa foi conduzida em abril de 2021 na cidade do Rio de Janeiro pelo Grupo de Investigação Eleitoral (Giel) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), totalizando 62 participantes. Destaca-se que são poucos os estudos que fazem análises qualitativas sobre o tema. Quanto ao governo Bolsonaro, essas reflexões são ainda mais escassas, não deixando de ressaltar as pesquisas qualitativas realizadas em 2019 e 2020 por Esther Solano e Camila Rocha (Solano e Rocha, 2020; Solano, 2021).

Bolsonaro é um líder populista de extrema-direita de carreira militar e histórico robusto de discursos antidemocráticos, incompatível aos anseios daqueles eleitores que comemoravam a redemocratização em 1989. As recentes configurações da extrema direita e os impasses que dificultam a manutenção de uma cultura política democrática apontam para a pertinência de se produzir interpretações sobre a adesão à democracia no Brasil. Quando a sociedade elege representantes que não demonstram apreço aos valores democráticos isso se traduz numa descrença em relação ao sistema e aos seus princípios pela própria população? O argumento desenvolvido ao longo deste trabalho é que a natureza da crise da legitimidade democrática baseada na insatisfação e descrença para com as instituições representativas estimula a ascensão de movimentos e líderes neopopulistas que, uma vez eleitos, agravam o quadro de deterioração democrática num processo que se retroalimenta.

Desse modo, a dissertação está estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo reúne os debates recentes em torno da crise das democracias contemporâneas (Mounk, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Przeworski, 2020), evidenciando o papel da legitimidade do processo eleitoral nesse contexto (Norris, Frank e Martinez i Coma, 2015; Norris, 2018) e o esgotamento das instituições políticas representativas com a ascensão do neopopulismo (Moffitt, 2016; Kaltwasser et al., 2017; Eatwell e Goodwin, 2018; Norris e Inglehart, 2019).

O segundo capítulo aborda como a desconfiança nas instituições, insatisfação com o regime e a emergência da intolerância política tiveram consequências sobre a legitimidade democrática no Brasil nos últimos anos. Busca-se apresentar as variáveis explicativas do apoio à democracia por múltiplas dimensões (Easton, 1975; Norris, 1999; Booth e Seligson, 2009) e discorrer sobre as pesquisas que dimensionam o estado da legitimidade na América Latina, e mais especificamente, as que focam no caso brasileiro (Moisés, 2008; Fuks et al., 2016; Fuks, Casalecchi e Ribeiro, 2019). Além de salientar o papel dos sentimentos antipartidários e antipetistas (Samuels e Zucco, 2018; Rivarola, 2020) e a evolução do bolsonarismo nesse contexto (Solano, 2019a; Rennó, 2020; Gracino, Goulart e Frias, 2021).

A parte empírica é apresentada e discutida no terceiro capítulo e para concluir a dissertação, as considerações finais sintetizam os resultados.

## 1 Retrocesso democrático no século XXI

Vivemos atualmente um processo mundial de desconsolidação de democracias que envolve não somente a queda do número de países democráticos, mas também o retrocesso de direitos civis, políticos e sociais. Segundo o *Varieties of Democracy* (V-Dem), o mundo vive uma onda de expansão de autocracias. O instituto afirma que em 2010, 48% da população mundial vivia sob regimes considerados não democráticos, e em 2020 esse percentual subiu para 68%. Em 2019, o relatório da *Freedom House* – que avalia o acesso das pessoas aos direitos políticos e liberdades civis em 210 países e territórios – apontou que 64 experimentaram deterioração de seus direitos, enquanto apenas 37 apresentaram melhorias. O balanço diz que as perdas gerais ainda não se comparam com os ganhos do final do século XX – após a dissolução da União Soviética e a consolidação da democracia liberal como forma predominante de regime no mundo – mas o padrão demonstra ser consistente e alarmante.

Literaturas recentes apontam diversas explicações para este fenômeno. São muitos os termos utilizados para descrever esse processo: crise, colapso, retrocesso, ruptura. O objeto das obras passa pelas causas, sintomas e ações a serem tomadas a fim de superar a chamada crise das democracias contemporâneas. Correndo o risco de simplificação, podemos agrupar as explicações em três grandes eixos que podem, inclusive, se sobrepor. O primeiro compreende a perda da legitimidade das instituições representativas (alta abstenção eleitoral e baixa identificação partidária). O segundo à conflitante relação entre democracia e neoliberalismo (processos de mudança econômica ligados à erosão das condições de trabalho e transformação demográfica das sociedades). E o terceiro à emergência de diferentes atores e organizações explicitamente antidemocráticos (que se opõem ao regime democrático e às suas instituições, assim como a oposição às agendas do multiculturalismo e dos direitos humanos).

À vista disso, este capítulo disserta sobre três aspectos para compreender o colapso atual: os debates em torno de democracia, eleições e populismo. A primeira seção explora as principais abordagens da teoria democrática e a segunda trata do processo de desconsolidação das democracias contemporâneas. Em seguida, apresentam-se as discussões em torno da contestação da legitimidade do processo eleitoral e suas implicações. A última seção discorre sobre a escalada do neopopulismo na contemporaneidade e sua relação com o desgaste das instituições políticas representativas.

### 1.1 Pensar a democracia: o elitismo democrático e suas críticas

Przeworski (2020) faz uma pergunta fundamental: que elementos devem-se procurar se interpretamos que a democracia esteja em crise? Segundo ele, uma forma de pensar é que ela passa por uma crise quando algumas características que consideramos definidoras do sistema democrático estão ausentes. À vista disso, o que consideramos por crise vai decorrer de como pensamos a democracia. Múltiplas abordagens para conceituar e medir regimes e eleições democráticas existem na literatura e essas amplamente se dividem em definições minimalistas ou maximalistas – que reflete a clássica oposição entre o elitismo democrático e a crítica ao modelo elitista. Nas primeiras, a democracia é vista como a luta competitiva pelo voto. Mas essa interpretação viola noções mais amplas que exigem múltiplas condições para se considerar um governo democrático.

O surgimento da teoria das elites no final do século XIX com Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca forneceram o alicerce para o elitismo democrático do século XX, que tem entre seus principais expoentes Joseph Schumpeter e Robert Dahl. Para estes, a democracia é inerentemente um arranjo institucional para a realização de decisões políticas, e um regime democrático é aquele em que os indivíduos escolhem seus líderes por meio do voto. Tem a denominação de minimalista porque limita a relação entre representantes e representados à realização de eleições.

Schumpeter com a caracterização que fez do “método democrático” influenciou muitos estudos posteriores, como o de Anthony Downs. Uma proposição comum a todos esses escritores é a rejeição das antigas teorias democráticas: o argumento de que essas eram normativas e “carregadas de valor”, ao passo que a teoria política contemporânea seria científica, empirista e com uma definição realista de democracia. Tendo em vista a iminente dimensão e complexidade das sociedades industrializadas do final do século XIX e com o surgimento de novas formas de organização burocráticas, muitos teóricos políticos de orientação empirista enxergaram obstáculos inevitáveis à democracia normativa do modo como ela era geralmente compreendida.

Mosca em *A classe política* e Pareto com a obra *Circulação das Elites* buscaram demonstrar a existência histórica de uma vanguarda que leva a frente as decisões políticas. Acreditavam que mesmo nos momentos em que é possível pensar num maior ativismo político por parte das “massas”, não se pode desconsiderar que permanecem “elites” que conduzem as

principais diretrizes políticas, tornando inevitável a existência de uma minoria dirigente e uma maioria dirigida (Cruz, 2004). Já Michels (1982) ao observar a estrutura interna dos partidos se deparou com a “lei de ferro da oligarquia”. Não enxergava a viabilidade de mecanismos de controle, da garantia da liberdade de expressão ou concorrência. Assim, acreditou que a inevitabilidade da oligarquia partidária seria um empecilho incontornável à efetivação da democracia.

Schumpeter (1961, p. 366) fez duas críticas principais à teoria clássica: em primeiro lugar afirmou que o papel da participação e tomada de decisões por parte do povo se baseia em fundamentos empiricamente irrealistas. Isso porque ela exigiria do cidadão comum um “nível de racionalidade impossível” pois apenas coisas experimentadas em seu cotidiano são reais, e a política em geral não pertence a essa categoria. Complementa que, normalmente quando o homem comum se depara com assuntos de cunho político “desce para um nível inferior de rendimento mental”.

Em segundo lugar argumenta que os teóricos clássicos ignoram o conceito de liderança. Por enxergar a democracia como um método, um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, entende que a competição pela liderança é a característica que distingue um governo democrático de qualquer outro. Ainda, compara a competição política por votos à operação do mercado econômico: como os consumidores, os eleitores escolhem entre as políticas (que são os produtos) oferecidas pelos políticos (que são os empresários), e os partidos regulam a competição do mesmo modo que as associações de comércio. Assim, o eleitorado não deve controlar seus líderes, a não ser quando os substitui por líderes alternativos nas eleições.

Indo de acordo com o argumento de que a democracia é um método, Dahl (1997) publica em 1971 uma lista de características que definem a democracia. Por considerar as existentes como insuficientes aproximações do ideal, sugeriu que estas fossem chamadas de “poliarquias”. Também não destaca uma teoria que exige o máximo de participação popular para exercer algum tipo de influência sobre a elite dirigente. Traz a hipótese de que o “controle” depende do outro lado do processo eleitoral: da competição entre os líderes pelos votos do povo. E essa competição é o elemento especificamente democrático de seu modelo.

Ele rompe com literaturas anteriores dedicadas a discutir a transição entre regimes políticos que colocavam o processo de democratização eminentemente ligado ao processo de



modernização<sup>2</sup> e inclui variáveis institucionais para explicar o sucesso da democracia. Considera que o processo de democratização é formado por pelo menos duas dimensões: contestação pública e direito de participação. Em sua concepção, numa situação de oposição as pessoas devem ter a oportunidade de formular e expressar suas preferências e tê-las igualmente consideradas na conduta do governo.

Para isso, são necessárias oito garantias institucionais: 1) liberdade de formar e aderir a organizações; 2) liberdade de expressão; 3) direito ao voto; 4) elegibilidade para cargos públicos; 5) direito de líderes políticos disputarem apoio e, conseqüentemente, votos; 6) garantia de acesso a fontes alternativas de informação; 7) eleições livres e idôneas; e 8) instituições para assegurar as eleições. Versa que na medida em que um sistema se torna mais inclusivo, além dos setores antes excluídos passarem a ocupar cargos públicos, os políticos também buscam apoio desses grupos promovendo uma maior variedade de preferências passíveis de representação. Além disso, quanto maior for a contestação e a inclusão, maior será a participação eleitoral e menor seria a probabilidade de um governo tomar medidas contra a população.

Dahl, assim como Schumpeter, chama atenção dos perigos inerentes a um aumento da participação política do homem comum. Em *Um prefácio à teoria democrática* ele diz que os grupos de condição socioeconômica baixa apresentam um menor índice de atividade política e revelam com maior frequência personalidades “autoritárias”. Assim, na medida em que o aumento da atividade política traz esse grupo à arena política, o consenso a respeito das normas pode declinar, deteriorando por conseguinte, a poliarquia (Dahl, 1989, p. 90).

A obra de Anthony Downs, publicada originalmente em 1957, completa nosso itinerário sobre as teorias elitistas ou procedimentais de democracia. Ele elaborou um modelo teórico (valendo-se de conceitos da teoria econômica) capaz de explicar o comportamento dos atores políticos envolvidos nos processos eleitorais do século XX. Para tanto, presume que eles atuam racionalmente. De um lado estariam os governantes agindo de modo a maximizar seu apoio

---

<sup>2</sup> Para Lipset (1967) a estabilidade da democracia decorreria das transformações na estrutura social ocorridas pelo avanço da modernização. O crescimento das classes médias diminuiria os conflitos sociais extremados e assim os eleitores apoiariam partidos moderados ou democráticos. Barrington Moore (1975) rompe com essa visão ao observar que a ocorrência da democracia dependeria basicamente das alianças de classe consumadas ao longo do processo de modernização, pois ela por si só seria incapaz de eliminar formas arcaicas de dominação. Huntington (1975) propõe uma explicação alternativa, ao afirmar que o próprio processo de modernização desestabilizaria a democracia ao intensificar o conflito social mediante a entrada das massas na arena política, que recém liberada dos laços de dependência social que se encontravam, seriam incapazes de apresentar um comportamento moderado como pensava Lipset.

político visando somente a chegada ou permanência no poder, e de outro os eleitores, individualistas, que votariam guiados exclusivamente para satisfazer o seu bem-estar pessoal.

Downs (1999, p. 25) sugere que seu modelo seja descrito como “um estudo de racionalidade política de um ponto de vista econômico”. Comparável às regras que usa para prognosticar as ações de compradores e produtores racionais, desenvolveu regras gerais de tomada de decisão numa democracia. O eleitor “médio” seria o cidadão racional em sua democracia modelo, aquele que consegue um equilíbrio entre o custo e o lucro. A estrutura específica de sua teoria requer uma ordem social previsível: se um produtor é capaz de fazer previsões razoavelmente precisas de sua demanda e custos, o homem racional na política também deve ser capaz de prever aproximadamente o comportamento de outro cidadão e do governo. Sendo inevitável que, quanto maior a incerteza, mais difícil se torna a racionalidade.

Define o que seria um governo democrático através da enumeração de certas características que, na prática, distingue essa forma de governo de todas as outras. Dessa forma, um governo é democrático se na sociedade prevalecem as seguintes condições: um único partido (ou coalizão de partidos) é escolhido por eleição popular para gerir o aparato de governo, sendo essas eleições realizadas dentro de intervalos periódicos. Todos os adultos residentes da sociedade, e que agem de acordo com as leis, são qualificados para votar e podem depositar na urna apenas um voto em cada eleição. Além disso, qualquer partido (ou coalizão) que receba o apoio de uma maioria dos eleitores tem o direito de assumir os poderes até a próxima eleição e os partidos perdedores não podem jamais tentar, por força ou qualquer meio ilegal, impedir o partido vencedor de tomar posse. O partido no poder nunca deve tentar restringir as atividades políticas de quaisquer cidadãos ou outros partidos, contanto que eles não façam qualquer tentativa de depor o governo pela força. Por fim, sempre há dois ou mais partidos competindo pelo controle do aparato de governo.

Uma conclusão importante que pode ser tirada dessa definição é que o objetivo central das eleições numa democracia é selecionar um governo. Portanto, qualquer cidadão é racional quanto à eleição se suas ações lhe possibilitam desempenhar seu papel na seleção eficiente de um governo. Sua construção teórica se baseia no “axioma do interesse pessoal”: supõe que todo indivíduo, embora racional, seja também egoísta, e todo indivíduo age de acordo com essa visão da natureza humana. Deste modo, todas as vezes que se fala de comportamento racional, se refere ao comportamento dirigido principalmente a fins individualistas. Dessa visão, surge também a ideia de que os membros partidários buscam o cargo representativo somente com o

intuito de obter as recompensas de ocupar um cargo público. Assim, “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas” (Downs, 1999, p. 50). Todo governo procura maximizar seu apoio político, seu objetivo principal é a eleição e a meta daquele que já está no poder é ser reeleito.

Esse mesmo axioma implica que cada cidadão vota no partido que acredita que lhe proporcionará mais vantagens do que qualquer outro. E os benefícios que os eleitores consideram ao tomar suas decisões são “fluxos de utilidade” obtidos a partir da atividade do governo. Um homem racional sempre escolhe aquele que lhe traz a maior utilidade. Isto é, ele age para o seu próprio e maior benefício. A decisão do eleitor também leva em conta o tamanho do “diferencial partidário atual”, que seria a diferença entre a renda de utilidade que ele recebeu pelo partido que está no poder, e uma hipotética, que ele teria recebido se a oposição estivesse no poder. Também o “fator tendencial”, que trata do ajuste que todo cidadão faz em seu diferencial partidário para levar em conta qualquer tendência relevante nos acontecimentos ocorridos durante o período eleitoral.

Um outro recurso é a “avaliação de desempenho”, que entra em jogo apenas quando o cidadão não consegue ver diferenças entre os dois partidos concorrentes (tratando-se de um sistema bipartidário). Para fugir desse impasse, o eleitor decide avaliar se os governantes atuais foram tão bem quanto seus antecessores. Já num sistema multipartidário, cada cidadão prevê como votarão os outros para determinar se o partido que ele mais prefere é realmente parte de uma gama relevante de escolha (que teria possibilidade de ganhar). Se ele crê que não é, a racionalidade então ordena que ele vote em algum outro partido.

Em contraposição a isso, destacam-se autores como Carole Pateman (1992) e Crawford Macpherson (1978) como críticos a estes métodos. Entendem que a democracia não se limita à seleção de líderes políticos, mas supõe, igualmente, a participação dos cidadãos nas decisões coletivas que afetam suas vidas. O foco da disputa é o papel dos governantes e governados: os defensores dessa visão reforçam a noção de que a representação política significa representar interesses e por isso é necessário democratizar os mecanismos de representação e expandir a esfera pública sobre o Estado. À vista disso, grande parte das críticas às correntes minimalistas está centrada na redução do papel da participação e no enfoque puramente procedimental da democracia.

A crítica de Pateman aos teóricos contemporâneos foi contundente. Acredita que eles modificaram fundamentalmente o próprio significado de democracia e que a ortodoxia

acadêmica predominante não foi submetida a uma crítica substancial e rigorosa. E que o fracasso em reexaminar a noção de uma teoria “clássica” – propagado por Schumpeter – impediu a correta compreensão dos argumentos de alguns dos primeiros teóricos da democracia sobre o papel central da participação. Em segundo lugar, discorre que não se desenvolveu uma teoria da democracia participativa que não apenas incluía e ampliava os postulados básicos, mas se inseria no contexto de uma sociedade moderna, de grande escala e industrializada. Aqui destacamos uma consideração importante: a teoria contemporânea não é uma mera descrição do modo como opera um sistema político, ela implica que esse é o tipo de sistema que deveria ser valorizado e inclui uma série de padrões que devem ser seguidos para um governo ser considerado democrático.

Por conseguinte, Pateman (1992) parte do sentido original do termo democracia, como “governo do povo”, e resgata as noções de bem comum, vontade coletiva, soberania popular e igualdade, de autores como Rousseau (1978) e John Stuart Mill (1981). Para ela, a principal contribuição desses escritores são as implicações da chamada socialização para democracia. Em particular às que se referem ao desenvolvimento do senso de eficácia política e à noção de um “caráter democrático”, que o sujeito político deve ter. Buscou desmistificar a noção que prevaleceu na teoria contemporânea de que o cidadão é incapaz ou desinteressado pela política. Ponderou que, mesmo que o pressuposto da apatia seja válido, ele pode ser transformado pelo aprendizado adquirido pelos indivíduos quando inseridos nos processos decisórios.

Destaca que a baixa participação política e eleitoral possui uma correlação positiva com a apatia e redução do sentimento de eficácia política. Declara que a experiência de uma estrutura de governo participativo poderia diminuir a tendência para atitudes não democráticas por parte do indivíduo. Se aqueles que acabam de chegar à arena política tivessem sido previamente “educados” para ela, sua participação não representaria perigo algum para a estabilidade do sistema. Portanto, a existência de uma sociedade participativa significaria que o cidadão comum estaria capacitado para intervir no desempenho do governo, estaria em melhores condições para tomar decisões e mais apto para avaliar o impacto destas sobre sua própria vida e o meio que o cerca. Para Pateman, é esse ideal que se perdeu de vista na teoria contemporânea.

Versa ainda que os teóricos como James Mill (1937 apud Pateman, 1992) não viam o eleitorado da mesma forma que Schumpeter. Mill entendia que o cidadão sempre tem uma opinião quanto às políticas que afetam sua vida. Esperava que os cidadãos menos capacitados para avaliar as qualidades de um futuro governante pedissem conselhos aos mais competentes,

e que o próprio representante influenciasse seus eleitores com seu discurso. Também, que as classes trabalhadoras, ao formarem suas opiniões, tomavam a classe média como seu grupo de referência e, por isso, votariam de forma consciente. Ademais, ressaltava a importância de se educar o eleitorado para um voto socialmente responsável.

Para ele a participação tinha uma função apenas protetora: assegurava proteção aos interesses privados de cada cidadão, sendo o interesse universal uma mera soma dos interesses individuais. Já nas teorias de J. Stuart Mill e Rousseau a participação revela funções mais abrangentes e é considerada fundamental para a manutenção do estado democrático. Devido a existência dessa diferença, para Pateman não faz sentido falar de uma teoria “clássica” da democracia e sim de uma “teoria da democracia participativa”. Destaca-se que ela não acredita que as instituições da democracia direta possam ser ampliadas a todos os domínios da vida política, social e econômica, dispensando a democracia representativa. Mesmo que a sociedade participativa se constitua como a ideal, face às suas inúmeras dificuldades de concretização, entende que ainda se pode ter “uma teoria da democracia moderna, viável, que conserve como ponto central a noção de participação” (Pateman, 1992, p. 147).

O conceito de “democracia” variou substancialmente ao longo do tempo. Essas duas perspectivas encontram respostas muito diferentes para sua definição. A democracia procedimental de Schumpeter, a representativa de J. S. Mill, a participativa de Pateman ou a deliberativa<sup>3</sup> de Habermas (1997) são algumas das interpretações entre a normatividade e a descrição de um regime democrático. Mas as discussões que investigam o aprofundamento da democracia a partir da ampliação dos espaços de exercício da soberania popular não avançaram tanto quanto as teorias elitistas sobre um ponto fundamental: a estabilidade do sistema e a adesão ao conjunto de regras que a define. Pontos que se tornaram imprescindíveis a partir do final do século XX, quando “democracia” e “autoritarismo” – toda a classe de governos antidemocráticos, compreendendo regimes como autocracia, ditadura militar e totalitarismo – eram vistas como as duas únicas alternativas possíveis no mundo moderno.

---

<sup>35</sup> A democracia deliberativa de Habermas se orienta em função da comunicação entre o poder público e a vontade popular. De forma que “as estruturas comunicativas da esfera pública reagem como sensores às pressões dos problemas que perpassam toda a sociedade e estimulam opiniões influentes. A opinião pública, transformada em poder comunicativo, segundo os procedimentos democráticos, não pode reger o sistema administrativo mas pode direcioná-lo” (Faria, 2000, p. 49).

## 1.2 As literaturas recentes sobre a crise: causas, sinais e sintomas

Przeworski et al. (1997) buscaram examinar quais as condições propícias à preservação de um regime democrático no mundo. Avaliaram 135 países de 1950 a 1990. Ao utilizarem a concepção minimalista de Dahl, classificaram como democráticos todos aqueles regimes que realizam eleições nas quais a oposição tem alguma chance de vencer e tomar posse. Constataram que fatores econômicos como riqueza, crescimento com inflação moderada, desigualdade em declínio, clima internacional favorável e sistema de governo parlamentarista são importantes na sustentação das democracias.

Segundo os autores, uma vez que um país tem um regime democrático, o seu nível de desenvolvimento econômico tem um forte efeito sobre a probabilidade de a democracia sobreviver. Assim, uma vez que a democracia foi implantada, a riqueza é uma razão suficiente para que ela sobreviva independente de outros fatores, sendo as democracias pobres extremamente frágeis. Mas estas podem sobreviver caso gerem crescimento econômico com uma taxa de inflação moderada. Isto é, quanto mais a economia cresce, mais a democracia está apta a sobreviver.

Também tentaram aferir o impacto da desigualdade de renda. Mesmo deparando-se com baixa disponibilidade de dados, descobriram que a democracia está muito mais propensa a sobreviver em países nos quais o nível de desigualdade é declinante ao longo do tempo. Nota-se que tal descoberta contradiz qualquer noção de que pressões distributivas ameaçavam a sobrevivência da democracia. Afirmam justamente o contrário: as pessoas esperam que a democracia reduza a desigualdade de renda, e segundo eles, as democracias estão mais propensas a sobreviver quando o fazem.

Os fatores econômicos não são os únicos que importam. As condições internacionais também predizem a sobrevivência de um regime: quanto maior a proporção de democracias no mundo e na região durante um determinado ano, maior é a probabilidade de uma democracia sobreviver num país específico. Quanto à dimensão institucional, testaram a hipótese segundo a qual as democracias parlamentaristas se mostram mais duráveis do que as presidencialistas. Argumentaram que uma disputa presidencial não tem mais do que um único vencedor ao passo que num sistema parlamentarista o candidato derrotado ao posto de Primeiro-ministro seria o líder da oposição e isso fortaleceria a democracia. Além de que, consideram mais provável que

o mandato num sistema presidencialista seja maior, e esteja mais propenso a gerar paralisia no legislativo e ter um sistema partidário fragmentado<sup>4</sup> (Przeworski et al., 1997).

Agora no século XXI, quando nos deparamos com a fragilidade das democracias atuais, podemos cogitar que a tese de que o nível de desenvolvimento econômico de um país é condição suficiente para a democracia sobreviver pode se mostrar equivocada. Nem mesmo democracias ricas como a dos EUA se mostraram imunes à presente crise. Nessa perspectiva, Mounk (2018) se depara com a seguinte pergunta: a estabilidade das democracias a partir do final do século XX teria sido criada por condições que não existem mais? Segundo o autor, a resposta pode ser sim. Destaca pelo menos três fatores que antes caracterizavam a democracia, mas que hoje não são mais válidos. Primeiro, durante o período de estabilidade democrática, a maioria dos cidadãos experimentaram uma melhora de seu padrão de vida.

Uma segunda diferença seria a de que, durante toda a história da estabilidade democrática, um grupo racial ou étnico foi predominantemente dominante. Atesta que nas democracias norte-americanas e da Europa Ocidental sempre houve uma hierarquia racial clara, com os brancos usufruindo dos privilégios. Segundo o autor, o funcionamento da democracia pode ter dependido dessa homogeneidade pois décadas de migração em massa e ativismo social transformaram radicalmente essas sociedades. Como consequência, uma ampla revolta contra o pluralismo étnico e cultural ganhou impulso.

Uma última mudança seria que, até recentemente, os meios de comunicação permaneciam sob domínio exclusivo das elites políticas e econômicas. Os custos associados a publicações em jornais, rádios e TV eram restritivos para a maioria dos cidadãos e isso permitiu ao establishment político dominar (ou reprimir) as opiniões. Mas no decorrer do último quarto de século o rápido crescimento da internet e, em especial das mídias sociais, desequilibrou a balança do poder: hoje qualquer cidadão é capaz de viralizar uma informação para milhões de pessoas a grande velocidade.

---

<sup>4</sup> O debate sobre o papel de instituições políticas como presidencialismo e multipartidarismo na estabilidade da democracia foi exaustivamente tratado por Figueiredo e Limongi (2001). Particularmente no que tange ao Brasil, posicionam sua análise em oposição direta à visão de que tais instituições teriam uma propensão à instabilidade democrática pelo conflito de interesses e fracionamento partidário que levariam a atividades clientelistas na relação entre o Executivo e Legislativo – em oposição a colocações como de Mainwaring (2001) e Ames (2003). Os resultados encontrados em suas pesquisas apontam que os trabalhos legislativos no Brasil são altamente centralizados e apoiam-se na ação dos partidos. Além disso, no período pós-constituente o índice de aprovação das matérias introduzidas pelo Executivo foi elevado e contou com apoio político organizado, contrariando o diagnóstico da paralisia decisória. Afirmam, portanto, que o funcionamento de governos de coalizão num sistema presidencialista e multipartidário é eficaz.

Para Przeworski (2020) os sinais visíveis de que estamos vivenciando uma crise incluem o rápido desgaste dos partidos tradicionais, o aumento de atitudes racistas e nacionalistas e a diminuição da confiança popular nas instituições democráticas. Diante do fato de que partidos tradicionais perderam apoio entre os eleitores, enquanto o da direita radical aumentou, questionou se isso aconteceu porque as opiniões políticas ficaram mais polarizadas, ou porque as organizações partidárias perderam contato com suas bases. Em sua opinião, a “despopularização” dos partidos tradicionais não implica propriamente um declínio de preferências centristas, apenas uma aversão aos próprios partidos. Isso porque quando as pessoas não enxergam diferença entre os políticos profissionais, classificando-os como egoístas ou corruptos, se viram contra eles independente da ideologia.

Assim, “o desgaste de partidos tradicionais não significa um desgaste do centro” (Przeworski, 2020, p. 50). Também destaca que não é coincidência que esse esgotamento tenha coincidido com o declínio do comparecimento às urnas. Quanto ao segundo sinal, Przeworski ressalta que apesar de as questões econômicas ainda serem a dimensão na qual os partidos mais competem entre si na maioria dos países, debates sociais e culturais vêm adquirindo importância desde os anos 1970. Uma questão não respondida é entender por que os partidos de centro permaneceram longe dos eleitores nessa dimensão. Frisa que independente do *continuum* esquerda-direita entre eles, os partidos tradicionais aumentaram sua distância das preferências dos eleitores principalmente quando o assunto é imigração.

Em terceiro lugar, destaca o declínio do apoio à democracia nas pesquisas de opinião. Considera preocupante quando poucas pessoas declaram confiar em partidos políticos ou parlamentos, quando a convicção de que a democracia é o melhor tipo de regime diminui ou quando o anseio por líderes fortes aumenta. Mas acredita que respostas a estas pesquisas “são informativas, mas não proféticas”, tendo em vista os diferentes países, momentos e a compreensão do termo “democracia” pelas pessoas (Przeworski, 2020, p. 55). Mounk (2018, p. 134), por outro lado, demonstra mais pessimismo. Considera que “se as pessoas estão profundamente comprometidas com a democracia, devem achar inaceitável viver numa ditadura”. Ainda, se nas pesquisas de opinião as pessoas não atribuem importância real a viver numa democracia, os argumentos em defesa dela parecem frágeis.

Por esse ângulo, Castells (2018) atribui à crise um conjunto de fatores, que no entanto, derivam de uma crise mais profunda: a crise de legitimidade política. Dispõe que a desconfiança nas instituições e a deslegitimação da representação são frutos de processos como a



globalização da economia e da comunicação. A crise econômica junto à precariedade do trabalho e desigualdade social, as violações dos direitos humanos, a “era da informação” e falta de privacidade, e a dificuldade dos Estados-nação em lidarem com conflitos étnicos, questões ambientais e constantes ameaças de guerra se inserem nesse contexto.

Przeworski (2020) busca oferecer possíveis explicações para crise nesse mesmo sentido. No âmbito econômico, considera que a estagnação de renda, desigualdade e mobilidade ocupacional foram transformações que causaram efeitos negativos sobre a democracia. Esses processos produziram ganhadores e perdedores: de um lado aqueles que perderam empregos estáveis com salários decentes e de outro, os beneficiários de rendas, quaisquer que sejam. Na dimensão social, considera que a hostilidade no debate político dividiu profundamente as sociedades, sejam em distribuições de preferências no que diz respeito à ideologia ou em questões específicas, como a imigração. Versa que a polarização se estende para além das diferenças políticas e adentra conflitos de cultura e raça. Isto é, tais divisões não são apenas políticas e têm profundas raízes na sociedade. Os dois níveis estão obviamente relacionados, mas “é difícil determinar a direção da causalidade uma vez que a polarização social e a polarização política podem alimentar uma à outra” (Przeworski, 2020, p. 66).

Outros autores que se dedicaram a compreensão de como e por que as democracias contemporâneas morrem são os cientistas políticos Levitsky e Ziblatt (2018). Voltaram sua atenção para os Estados Unidos por reconhecerem no país, após a vitória de Trump, elementos precursores de crises democráticas. Observaram que os políticos norte-americanos passaram a tratar seus rivais como inimigos, com uma constante intimidação da imprensa livre e ameaça de rejeitar o resultado de eleições. Expressam que desde o final da Guerra Fria, a ditadura ostensiva – sob a forma de domínio militar, por exemplo – se tornaram menos comuns. Em grande parte do mundo tomadas violentas de poder são raras e a maioria dos países realiza eleições regulares. Muitos esforços do governo para subverter a democracia são “legais”, no sentido de que são aprovados pelo Legislativo ou aceitos pelos tribunais constitucionais. “É assim que as democracias morrem agora [...] O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 12 e 14).

Os autores destacam que as instituições isoladamente não bastam para constranger autocratas eleitos. Consideram que as democracias funcionam melhor e sobrevivem mais tempo quando as constituições são reforçadas por normas não escritas, além da necessidade de serem

defendidas por partidos políticos e cidadãos organizados. Tendo em vista a situação recente dos EUA, descreveram duas normas básicas que preservaram os freios e contrapesos no país, pelo menos até 2016: a tolerância mútua (as partes concorrentes reconhecendo seus rivais como legítimos) e a reserva constitucional (o impedimento de ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente o seu espírito). Assim, desenvolveram um conjunto de quatro sinais para se reconhecer um governo autoritário: quando políticos rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; quando negam a legitimidade de seus oponentes; quando toleram e encorajam a violência; e quando estão dispostos a restringir liberdades civis, inclusive da mídia. Para os autores, quando um político se enquadra em pelo menos um desses critérios, já é motivo para se preocupar com o regime democrático.

Importante situar que no Brasil sob o governo de Bolsonaro esses sinais são claramente visíveis. O presidente em diversas ocasiões verbalizou agressões sistemáticas às instituições democráticas, seja em atos públicos ou por meio de canais de comunicação oficiais via internet. Apoiou e participou de manifestações que pediam o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) (G1, 2020). Em um discurso mencionou: “se tudo dependesse de mim, não viveríamos neste regime” (Carta Capital, 2021). Além de exaltar o período ditatorial no país (Folha de S. Paulo, 2019) e apoiar publicamente torturadores condenados (Veja, 2019). Aliados do governo já insinuaram a possibilidade de atos ditatoriais (Bermúdez, 2019). Também atacou sistematicamente o jornalismo e profissionais da imprensa (O Globo, 2020). Por fim, ressaltam-se as repetidas investidas contra o sistema de voto eletrônico utilizado no Brasil (Folha de S. Paulo, 2021b). Em suas declarações, afirma que não reconheceria uma eventual derrota utilizando o sistema atual (G1, 2018).

Vimos que a ameaça às democracias contemporâneas não é protagonizada por golpes de Estado, com tanques nas ruas e deposição armada de governantes. Seu processo de deterioração ocorre dentro das regras e instituições, por um tipo de subversão institucional mais lento e menos óbvio. Também, pelos próprios atores políticos eleitos. Isto é, o retrocesso democrático começa nas urnas. A democracia não existe sem eleições, mas eleições por si só não trazem democracia. Nessas circunstâncias, é necessário entender as condições que sustentam o avanço do processo de autocratização e como as eleições podem funcionar como agentes eficazes (ou não) da democracia e democratização.

### 1.3 A desconfiança eleitoral: eleições contenciosas e gritos de fraude

O processo de consolidação de uma democracia e ampliação do número de países que realizam eleições consensuais, além de regulares e competitivas, não é um caminho ascendente e sem volta. Norris, Frank e Martinez i Coma (2015) ressaltam que nos últimos anos o mundo testemunhou uma onda crescente de eleições contenciosas contendo debates exaltados, disputas judiciais, protestos em massa, boicotes da oposição e contestações de legitimidade. Em alguns casos, as diferenças foram resolvidas pacificamente por meio de recursos legais, em outros, geraram surtos de violência e quedas de governos. Norris et al. (2013) apontam que gritos de fraude<sup>5</sup> são ouvidos com frequência especialmente entre os perdedores das disputas, a fim de desgastar a confiança do público quanto à integridade das eleições.

Nas Américas, o não reconhecimento de derrota eleitoral foi visto em Henrique Capriles contra Nicolás Maduro na Venezuela em 2013, Aécio Neves contra Dilma Rousseff no Brasil em 2014 e Guillermo Lasso contra Lenín Moreno no Equador em 2017 (Reis, 2017). Uma acusação de fraude recente foi feita pela candidata derrotada na eleição presidencial de 2021 do Peru, Keiko Fujimori, filha do ditador Alberto Fujimori, que comandou o país de 1990 a 2000. Em entrevista coletiva, Keiko exibiu vídeos e fotos como supostas evidências de que atas eleitorais – espécie de resumos de votação nos distritos eleitorais – foram alteradas. No entanto, suas alegações não foram corroboradas pela Missão de Observadores da União Interamericana de Órgãos Eleitorais nem pela Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA) (Folha de S. Paulo, 2021a). Outro caso foi a invasão do Capitólio nos EUA em janeiro de 2021. Na sede do Poder Legislativo federal do país ocorria a sessão que certificaria a vitória desfavorável à Donald Trump, que convocou seus eleitores para protestar contra o resultado da eleição de 2020. As alegações se baseavam na falsa concepção de que houve fraude nas votações. O ex-presidente também pediu judicialmente a recontagem dos resultados eleitorais (G1, 2021).

As eleições contenciosas são caracterizadas por períodos eleitorais que apresentam contestação, com diferentes graus de severidade, à legitimidade dos atores, procedimentos ou

---

<sup>5</sup> Quanto às fraudes eleitorais, Lehoucq (2003) assume que possuem uma diversidade de tipologias: varia de violações processuais da lei eleitoral (que pode ou não ter a intenção de distorcer resultados eleitorais) ao uso direto da violência contra os atores políticos. Acredita que a fraude mina a estabilidade política porque, em disputas acirradas, pode ser crucial. Ainda, o ritmo e a natureza da fraude podem ser alterados de acordo com a competição política: o esforço para roubar eleições aumenta com a desigualdade entre os atores. Os arranjos institucionais também podem determinar as estratégias de fraude que podem ser adotadas. Para Norris et al. (2013) a ausência de fraude eleitoral é apenas uma dimensão do conceito mais amplo de integridade eleitoral, tendo em vista que muitos aspectos de uma eleição podem ser manipulados muito antes dos estágios finais do processo.

resultados eleitorais – tais como preocupação com a falta de imparcialidade, autoridade e independência dos órgãos de gestão eleitoral, além de divergências sobre o processo de votação e tradução de votos em assentos (Norris, Frank e Martinez i Coma, 2015). Crises de legitimidade são desencadeadas nos estados por diversos motivos, como escândalos de corrupção e crise econômica. Longe de ter consequências benéficas, esses tipos de eleições aumentam a instabilidade e tensões sociais em estados frágeis e colocam em risco o crescimento e desenvolvimento das economias.

Norris, Frank e Martinez i Coma (2015) advertem que uma crise de legitimidade por meio de eleições contenciosas representa outro risco adicional: as elites podem buscar governar por meio de mecanismos não democráticos, por meio de clientelismo, apelos populistas e ideológicos aos seus seguidores e, em estados repressivos, por meio da ameaça, uso de força ou coerção. Przeworski (2020, p. 85) presume que manter a ordem entre eleições não deveria ser um problema, tendo em vista que a possibilidade de ganhar disputas futuras deveria bastar para convencer os perdedores a “sofrerem em silêncio”. A oposição teria a opção de aceitar concessões do governo ou não negociar na esperança de tirá-lo do poder na próxima eleição. Por outro lado, para restringir os atos do governo, a oposição poderia recorrer aos trabalhos legislativos, às cortes constitucionais, manifestações ou greves.

O autor acredita que as instituições conseguem regular conflitos quando o governo é suficientemente capaz de governar tendo a oposição como voz importante na formulação de políticas: “a política extravasa os limites institucionais quando os governos são fracos demais para conseguir aprovar leis ou tão fortes que não precisam agradar a oposição” (Przeworski, 2020, p. 87). Não obstante, entende que as eleições fracassam quando seus resultados não têm consequência na vida das pessoas, principalmente quando os pleitos não são competitivos. Versa que quando os conflitos são intensos e a sociedade encontra-se altamente polarizada, encontrar medidas que sejam aceitas por todos os grupos de interesse se torna mais difícil. Por isso, ressalta que conflitos são mais complexos de se resolver de forma pacífica quando as preferências em relação a um determinado assunto diferem mais; quando a perda de utilidade associada aos desvios dessas preferências ideais é mais intensa; e quando as divisões se sobrepõem, separando claramente grupos que de outra forma se identificaria.

O fenômeno de uma eleição contestada pode ser detectado por meio de vários sintomas, incluindo o declínio da confiança nas eleições por cidadãos e elites; manifestações em massa;

boicotes da oposição ou contestações judiciais; e incidentes de violência eleitoral<sup>6</sup> ocorridos durante todo o ciclo eleitoral – desde o período pré-eleitoral (como a seleção dos candidatos), o período eleitoral (período que antecede a campanha oficial), campanha, dia da votação e a fase pós-eleitoral (à medida que os votos são contados e os resultados analisados ou o período que antecede a posse). Espera-se que cada um desses elementos subjacentes ao conceito de eleições contenciosas esteja relacionado, gerando um aprofundamento de uma crise de legitimidade eleitoral (Norris, Frank e Martinez i Coma, 2015).

Por outro lado, eleições consensuais fornecem mecanismos para resolver disputas de forma pacífica, democrática, legal e ordeira (Norris, 2018). Nesse quadro, as disputas harmonizam a competição entre visões rivais, líderes e partidos políticos, garantindo um comum acordo sobre as regras do jogo. A legitimidade do processo não é contestada. Przeworski (2020) considera que a democracia funciona melhor quando as instituições representativas estruturam e absorvem os conflitos, sem cercear a liberdade política, recorrendo a procedimentos e regras. Assim, quando funcionam bem, as eleições podem aprofundar o engajamento cívico e o debate público, estimular a competição partidária e permitir a resolução pacífica de conflitos políticos (Norris, 2018). Por esse ângulo, Przeworski (2020) conjectura que uma ordem institucional irá prevalecer quando as forças políticas receberem incentivos para buscar seus interesses através das instituições, bem como para tolerar resultados desfavoráveis. Nessa lógica, percebe eleições como método de processar conflitos:

No fim das contas, as eleições promovem a paz porque proporcionam horizontes de tempo. Mesmo quando achamos que as pessoas se preocupam mais com resultados do que com processos, a perspectiva de que partidos simpáticos aos nossos interesses podem assumir as rédeas traz esperança e gera paciência. [...] O milagre da democracia é as forças políticas em disputa aceitarem os resultados da votação. [...] Votos são pedras de papel. (Przeworski, 2020, p. 84).

Norris e Grömping (2019), que medem anualmente as percepções de Integridade Eleitoral em todo o mundo, atestam que as más práticas eleitorais continuam a minar as disputas, desde casos de violência e intimidação, campanhas de desinformação e sub-

---

<sup>6</sup> A violência eleitoral se conceitua como uma subcategoria da violência política. Höglund (2009) descreve que os meios de violência são variados: ameaças e intimidação podem ser usadas para interferir no voto dos eleitores; a população pode se abster de votar devido ao medo da violência; ameaças e assassinatos políticos durante a campanha podem forçar os candidatos a abandonar o processo ou impedir a realização de eleições. Como consequência, ressalta que a violência pode ter um impacto negativo ao polarizar o eleitorado ao longo das linhas de conflito e, em casos extremos, levar a novos surtos de violência. Além disso, radicais ou extremistas podem chegar ao poder por causa da violência relacionada às eleições. Uma conclusão central da autora é que a violência eleitoral prejudica todo o processo democrático e sua consolidação.

representação de mulheres e minorias. As normas internacionais para as eleições foram debatidas e estabelecidas por órgãos multilaterais, com base em documentos como a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e outras convenções acordadas. Os padrões internacionais também especificam certas condições para o papel dos órgãos de gestão eleitoral, processos de registro eleitoral, campanhas, acesso à mídia, financiamento, além do processo de votação e contagem de votos (Idea Internacional, 2002). Mas muitos países realizam eleições em condições não democráticas, da mesma forma, disputas eleitorais em todo o mundo apresentam profundas falhas. À vista disso, literaturas investigam as consequências das eleições para a democracia e exploram as conjunturas em que elas podem servir para mover países em uma direção mais democrática ou simplesmente legitimar governos autocráticos.

Tendo em vista a ampla variedade de contextos institucionais e tipos de sociedade LeDuc, Niemi e Norris (2010) desenvolveram uma tipologia dos regimes eleitorais para classificar países democráticos, em um *continuum* do mais autocrático ao mais democrático. Forneceram uma classificação sequencial empregando uma regra de decisão para guiar cada estágio do processo. A primeira etapa consiste em saber se o território é um estado-nação independente. Consideram que a constituição de um Estado legalmente reconhecido é uma pré-condição essencial para a construção de uma democracia.

A segunda etapa seria a realização de eleições diretas. Assim, os Estados-nação independentes podem ser subdivididos em “regimes eleitorais” que periodicamente realizam disputas pela legislatura nacional e por cargos executivos em sistemas presidenciais, e “autocracias absolutas”, que não o fazem. Em terceiro lugar, avaliam se existem condições efetivas para competição, dividindo os regimes eleitorais em “autocracias eleitorais” e “democracias eleitorais”. As primeiras são entendidas como regimes que realizam eleições que não atendem a padrões internacionais, especialmente quanto a competições multipartidárias, livres, regulares, justas e com campanha política aberta. Já as democracias eleitorais cumprem com esses padrões. As autocracias eleitorais também podem usar a fachada de disputas multipartidárias para legitimar seu governo, enquanto restringem direitos e atividades da oposição.

A partir disso os autores questionam se o regime respeita uma ampla gama de direitos políticos e liberdades civis. Até mesmo “democracias eleitorais” realizam disputas multipartidárias periódicas sem muitos direitos humanos básicos e liberdades fundamentais. Consequentemente, as democracias eleitorais podem ser subdivididas em “democracias

liberais”, que respeitam toda a gama de liberdades civis e direitos políticos, e outras, que não o fazem, ou o fazem apenas condicionalmente. Na prática, as democracias liberais permitem a liberdade de expressão, liberdade midiática e autonomia associativa (partidos políticos, grupos de interesse e movimentos sociais).

Mas LeDuc, Niemi e Norris (2010) explicitam que o processo de autocratização não ocorre somente pelo processo eleitoral em si. Há mudanças institucionais que podem resultar na transformação de uma democracia para uma autocracia. As transições de regime são desencadeadas por diversas razões: seja visivelmente exemplificado por golpes militares suspendendo governos eleitos (como visto na Bolívia em 2019 ou em Myanmar em 2021); por um executivo gradualmente restringindo os direitos humanos, movimentos de oposição e liberdade de imprensa (como na Rússia de Putin ou na Turquia de Recep Erdogan); um processo eleitoral acirrado que desencadeou um surto repentino de conflito e violência desestabilizadora (como visto nas eleições presidenciais do Haiti em 2016 ou nas eleições legislativas e locais do México em 2021); como também por meio da expansão do Poder Executivo (como as reformas de Viktor Orban na Hungria).

O relatório da V-Dem de 2020 detalha como a autocratização – qualquer declínio substancial e significativo em seu Índice de Democracia Liberal (LDI)<sup>7</sup> – afetou os principais Estados do G20 como Brasil, Índia, Estados Unidos e Turquia. O índice da América Latina está de volta ao registrado por volta de 1992. O instituto apontou que o Brasil liderou o retrocesso democrático global e é citado como exemplo do movimento de autocratização. O país também passou a figurar na lista de países governados por líderes autocráticos pelo relatório de 2019 da organização *Human Rights Watch*, que analisa práticas e tendências de direitos humanos em mais de 100 países.

Norris e Inglehart (2019) atestam que a última década foi marcada pela ascensão de líderes autoritários-populistas no mundo. Tais atores ganharam eleições promovendo uma identidade nacional excludente, capturando partidos tradicionais à direita, contestando os processos eleitorais e atacando as instituições democráticas e a imprensa. Cepêda (2018) aponta que embora esse movimento seja internacionalmente expressivo, ele varia conforme as configurações nacionais, interagindo com contextos sociais e históricos específicos. À vista disso, a próxima seção trata desse fenômeno.

---

<sup>7</sup> O LDI combina medidas de qualidade das eleições, sufrágio, liberdade de expressão e mídia, liberdade de associação, além de verificar o executivo e o Estado de direito. Ele agrega o Índice de Democracia Eleitoral (EDI) que utiliza variáveis dahlsianas e o Índice de Componente Liberal (LCI).

#### 1.4 Os limites da representação e o neopopulismo

A falta de vínculo entre os representantes e representados e o descontentamento com a democracia e suas instituições é expressa por Castells (2018) como uma “crise de representação”. A conhecida teoria de Manin (1995) de que se trata não tanto de uma crise, mas de uma “metamorfose” é também identificada por Lavalle e Araujo (2006) ao perceberem que os sinais de declínio da tradição não podem ser confundidos com o declínio da própria ideia de representação. Da mesma forma, Nogueira (2014, p. 92) aponta que a crise “é na e não da representação”. Não obstante, as literaturas apontam suas limitações na contemporaneidade:

Partidos políticos desempenham cada vez menos funções de ordenação estável das preferências do eleitorado e têm visto suas funções de intermediação entre políticos e eleitores serem progressivamente absorvidas pelos meios massivos de comunicação. De fato, os diagnósticos sobre a personalização da política graças à mídia são uma constante na literatura dedicada à análise dos processos de reconfiguração da representação (Lavalle e Araujo, 2006, p. 9).

Com os desafios colocados às democracias do século XXI, Krause e Hoffmann (2010) sustentam que o esgotamento e os limites das instituições políticas representativas têm gerado e fomentado lideranças políticas com vieses que mesclam estilos do “velho” e conhecido populismo (como liderança carismática, messianismo, anti-imperialismo, personalismo e nacional-desenvolvimentismo) com algo “novo” (como antipolítica, nacionalismo e antiglobalismo). Em diálogo com essa leitura, várias obras foram publicadas nos últimos anos como *The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, and Representation*, de Benjamin Moffitt (2016); *The Oxford Handbook of Populism*, organizado, entre outros, por Cristobal Kaltwasser (2017); *National Populism: The Revolt Against Liberal Democracy*, de Roger Eatwell e Matthew Goodwin (2018); *The Populist Temptation: Economic Grievance and Political Reaction in the Modern Era*, de Barry Eichengreen (2018); e *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*, de Pippa Norris e Ronald Inglehart (2019).

Permanece na literatura uma discussão importante acerca dos fundamentos teóricos e empíricos relacionados ao conceito de populismo, assim como sua capacidade de explicar os cenários políticos. Kaltwasser et al. (2017) explicitam que apesar do conceito datar do final do século XIX, a expansão dos estudos acadêmicos relacionados se consolidou a partir da década de 1990. Os autores também ressaltam que a partir de um levantamento sobre o tema é possível reconhecer um corpo de pesquisas que compartilham certas características, e conjecturam que



o debate acadêmico atual na Ciência Política emprega três principais abordagens conceituais: a ideacional, a político-estratégica e a sociocultural.

A abordagem ideacional considera o populismo como um conjunto de ideias, conectados essencialmente a uma luta entre “as pessoas boas” e “a elite corrupta”. Teoricamente, essa abordagem sugere que os populistas são céticos em relação a líderes e organizações fortes, pois ambos podem corromper o poder do povo (Mudde, 2017). O populismo como uma estratégia política por meio de um líder personalista busca ou exerce o poder com base em apelação direta, não mediada e não institucionalizada, de um grande número de pessoas. Esta conceituação foca não no que os populistas dizem, mas no que eles realmente fazem, especialmente como buscam e sustentam o poder. À medida que o líder personifica a vontade do povo, a relação entre ele e seus seguidores é vista como uma conexão pessoal. Esta associação fornece um sentimento de pertença, que a democracia liberal e seus mecanismos procedimentais não proporciona (Weyland, 2017).

A terceira abordagem enfatiza a dimensão sociocultural. Ela não reduz o fenômeno à “manipulação” e reconhece a centralidade das características de liderança, mas não trata o populismo como um fenômeno exclusivamente “de cima para baixo”. Em vez disso, o considera como uma via de mão dupla, centralmente definida pelas reivindicações articuladas entre o líder e seus apoiadores. Acima de tudo, trata de identidades, sejam sociais, culturais ou históricas (Ostiguy, 2017).

A natureza da relação entre populismo e democracia é continuamente contestada. Moffitt (2016) acredita que há três abordagens principais na literatura contemporânea: aqueles que veem o populismo como uma força negativa, aqueles que o veem como positivo e os que permanecem “em cima do muro”. Os autores que observam esse fenômeno como uma ameaça à democracia justificam que ele está em desacordo com valores democráticos centrais, como também por suas tendências autoritárias. Veem a ascensão de líderes populistas como um sinal de descontentamento com a democracia, em que ele opera como um sintoma que sinaliza que algo está errado no processo representativo (Kaltwasser et al., 2017; Rummens, 2017; Eatwell e Goodwin, 2018; Norris e Inglehart, 2019; Turner, 2019). Enquanto outros o percebem como parte inequívoca da democracia, e que até mesmo possa contribuir para equilibrar a elite política inerente às instituições representativas e preconceito de classe (Laclau, 2005; Mouffe, 2018).

Mas a percepção que predomina na literatura que analisa as forças populistas ligadas à crise das democracias contemporâneas é que a divisão radical do campo político que a lógica

populista propõe é incompatível com a democracia, por isso indefensável. Nascimento (2018) argumenta que o “outro” contra o qual a lógica populista se opõe não é simplesmente uma categoria de poder, mas um outro “povo”. Desse modo, embora a formação populista se desenvolva no intuito de fazer a vontade popular – um dos principais valores da democracia – ela perde a característica democrática ao defender o poder de uma parte em detrimento do todo:

Na teoria de Laclau, o autor faz parecer que o povo do populismo luta contra o seu opressor, que seria uma instituição, um poder. Mas o que de fato ocorre no populismo é um choque extremo, e muitas vezes violento, de um povo contra o outro – uma divisão ideológica radical dentro de um mesmo povo, entre aqueles que ocupam contingentemente o poder e aqueles que se sentem dele excluídos (Nascimento, 2018, p. 33).

Para Rummens (2017) a diferença fundamental entre o populismo e a democracia liberal está na importância dos direitos individuais e no papel da dinâmica de oposição como parte do processo democrático. Enquanto o populismo entende o “povo” como uma comunidade homogênea com uma identidade coletiva compartilhada. A democracia liberal, ao contrário, entende o “povo” como uma pluralidade irreduzível, composta por cidadãos livres e iguais.

Mouffe (2018) reconhece que num contexto democrático a luta entre oponentes precisa ser relativizada, e que a luta antagônica entre inimigos deve dar lugar a uma oposição agonística entre adversários que reconhecem a legitimidade uns dos outros e que compartilham um compromisso com os valores democráticos fundamentais de liberdade e igualdade. Nesse sentido, Rummens (2017) atesta que o problema é que os atores populistas não compartilham desses valores e não reconhecem seus adversários como legítimos. Acreditam até que eles deveriam ser “eliminados do palco político”. Para o autor a tendência dos populistas em deslegitimar seus oponentes é subestimada tanto como um traço definidor do populismo quanto como um aspecto central da ameaça que representa para a democracia. Entende que é precisamente essa deslegitimação que explica suas tendências autoritárias e que ilustra por que os populistas podem facilmente se transformar em líderes autocráticos.

Para Norris e Inglehart (2019) a retórica populista faz duas afirmações centrais sobre como as sociedades devem ser governadas. Primeiro, ele desafia a autoridade legítima do sistema e questiona as crenças pluralistas sobre a localização correta do poder e da autoridade. Seus alvos favoritos incluem a grande mídia (que são consideradas tendenciosas), as eleições (que são fraudulentas) e os políticos (que são corruptos). Como também partidos políticos, juízes, intelectuais, cientistas e grupos de interesse. Em segundo lugar, os populistas afirmam que a única fonte legítima de autoridade política e moral reside no “povo”: os “cidadãos

comuns”. O que corrói a confiança nos representantes eleitos nas democracias liberais. Os líderes populistas derrubam as salvaguardas do poder executivo, alegando que eles (e somente eles) refletem a voz autêntica das pessoas e têm a capacidade de restaurar a segurança coletiva contra “iminentes” ameaças.

A democracia é então atacada, mas não diretamente, o que levantaria muitas bandeiras vermelhas. Nenhum golpe de estado é planejado. Os militares ficam no quartel. As eleições não são canceladas. Os oponentes não são presos. Mas as normas democráticas são gradualmente degradadas por populistas que afirmam ser o melhor amigo da democracia (Norris e Inglehart, 2019, p. 6, tradução nossa<sup>8</sup>).

É a combinação de valores autoritários disfarçados pela retórica populista que os autores consideram como a ameaça mais perigosa à democracia liberal: “uma combinação que alimenta um culto ao medo”. Explicitam que a política do medo impulsiona a busca por segurança coletiva, mesmo que isso signifique sacrificar as liberdades pessoais. Nesse sentido, o “coletivo” se refere a uma comunidade imaginária demarcada por significantes de “nós contra eles”, geralmente definida de forma ampla por laços de nacionalidade e cidadania. Ou mais estreitamente por significantes de identidade social que fornecem ligações simbólicas de pertencimento para o grupo interno e barreiras para grupos externos, representados, por exemplo, por raça, religião, etnia, localização, geração, partido, gênero ou sexo.

Norris e Inglehart (2019) evidenciam ainda que o populismo autoritário é uma força potente no mundo contemporâneo, mesmo quando não obtêm ganhos eleitorais. E que o fenômeno é muito mais amplo do que qualquer indivíduo e, portanto, requer uma teoria mais geral. Assim, a tese dos autores é de que essa ascensão se baseia em desenvolvimentos estruturais sociais de longo prazo nas sociedades pós-industriais, como prosperidade crescente, acesso à educação universitária, papéis de gênero mais igualitários e processos de urbanização, que levaram à uma revolução silenciosa nos valores culturais. Assim, entendem que os processos de mudança cultural, econômica e social associados a uma reação conservadora impulsionam o apoio e voto em partidos e líderes populistas e autoritaristas, por oferecerem um slogan simples de quem são os “culpados”.

Turner (2019) examina os movimentos populistas da última década através de perspectivas distintas – mas transversais – de migração, gênero e religião. Em primeiro lugar, ilustra que a imigração é vista como uma ameaça à integridade da nação: ameaça aos empregos,

---

<sup>8</sup> No original: “Democracy is thereby attacked, but not directly, which would raise too many red flags. No coup d’état is hatched. The military stays in the barracks. Elections are not cancelled. Opponents are not jailed. But democratic norms are gradually degraded by populists claiming to be democracy’s best friend”.

a dignidade das mulheres ocidentais e a erosão dos valores que sustentaram a civilização ocidental. De tal modo que a islamofobia tornou-se um elemento extremamente importante na ideologia de caráter populista contemporânea estadunidense e europeia. Da mesma forma, todo movimento populista moderno viu a instabilidade da família como uma explicação para o declínio nacional. Assim, se manifesta numa mistura peculiar de patriarcado e misoginia, que se apõe a agenda feminista, ao reconhecimento da família homoparental e a diversidade de gênero. É nesse ponto que os movimentos religiosos conservadores se colocaram como instituições críticas para defender a “família tradicional”.

Nesse sentido, Eatwell e Goodwin (2018) intitulam as forças populistas ao longo da última década de “populismo nacional”, e compreendem esse movimento como uma ideologia enraizada em correntes muito profundas e de longo prazo. Expressam que os populistas nacionais priorizam a cultura e os interesses da nação e prometem dar voz a um povo que sente negligenciado, até mesmo reprimido e desprezado, por elites distantes e frequentemente corruptas. Por nacionalismo, se referem a uma forma de pensar que envolve mais do que “patriotismo” e não se baseia necessariamente na etnia, mas sim um forte desejo de preservar a identidade nacional de mudanças radicais e promover o interesse nacional.

Acreditam que o fenômeno gira em torno de um conjunto de quatro mudanças sociais profundamente enraizadas. Em primeiro lugar, ressaltam os altos níveis de desconfiança política, que se expressa na distância entre representantes e representados, assim como o crescente desalinhamento entre eleitores e partidos tradicionais. Também estariam presentes a percepção da destruição de culturas, modos de vida e valores nacionais. Por último, acompanhando essa desconfiança e medo, estão as ansiedades relacionadas à privação e à perda de empregos e renda, junto com uma forte sensação de que seu grupo étnico e social está sendo “deixado para trás” em relação a outras pessoas na sociedade (Eatwell e Goodwin, 2018).

De maneira semelhante, Turner (2019) argumenta que as forças populistas recentes não podem ser compreendidas sem um exame da transformação demográfica das sociedades modernas. Apresenta que a crise econômica que se seguiu à crise do capitalismo financeiro em 2008 teve efeitos negativos sobre a classe média, mobilizados pelo Ocupa Wall Street nos EUA, e que podem ter atribuído à “globalização” e à indiferença da elite para com o “homem trabalhador”, as perdas de empregos e a erosão das condições de trabalho. Da mesma forma, Eichengreen (2018) aborda como os populistas tendem a prosperar mais na esteira das crises econômicas e coloca por exemplo, que o estado de bem-estar social nos EUA não estava bem

equipado para lidar com as consequências econômicas que acompanharam a globalização e o declínio da manufatura no país, o que desempenhou um papel importante na vitória de Trump. Por outro lado, Foa e Mounk (2016) não corroboram com a tese de que o apoio crescente a formas autoritárias de governo se concentra entre os “perdedores” da globalização, já que também encontram apoio a esse discurso entre o eleitorado jovem e rico.

Em conclusão, este capítulo buscou reunir os debates em torno da crise das democracias contemporâneas e ascensão do neopopulismo, além de evidenciar as eleições como agentes eficazes da democratização. Considerando que a consolidação da democracia depende tanto da integridade do processo eleitoral (eleições livres, limpas e justas, que respeite os direitos humanos e liberdades fundamentais) quanto do comum acordo sobre as “regras do jogo”, em que as forças políticas se reconhecem como legítimas. Quando líderes, mesmo que eleitos por vias democráticas, contestam o processamento de votos seja em discursos ou ações, sem indícios ou provas para sustentar essas alegações, colocam em xeque toda a legitimidade do processo político-eleitoral, o que é deliberadamente contrário aos valores democráticos.

As literaturas recentes concordam que não existem saídas fáceis para resolver a crise. Alguns autores fornecem soluções a nível estrutural, outros a nível conjuntural. Para Mounk (2018) é preciso convencer os eleitores a derrotar líderes antidemocráticos nas urnas. Para Levitsky e Ziblatt (2018) a oposição ao comportamento autoritário deve centrar-se no Congresso, nos tribunais e nas eleições. Além da necessidade de uma ampla coalizão pró-democracia. Já Przeworski (2020) acredita que a crise não será superada por acontecimentos políticos ocasionais ou resultados de eleições futuras. Entende que ela não é apenas política e possui raízes profundas na economia e na sociedade.

As obras abordadas que buscam uma relação causal entre populismo e qualidade da democracia entendem que na dimensão liberal ele tende a minar as liberdades individuais de partes da cidadania, bem como a ignorar os freios e contrapesos constitucionais. Na dimensão democrática, ele deixa de reconhecer a legitimidade de seus adversários políticos. Concordam que a relação antagônica entre populismo e democracia implica que o primeiro nunca pode operar como um corretivo para o segundo, mas se apresenta ao mesmo tempo, como causa e consequência do descontentamento com o sistema representativo. As discussões supõem que o neopopulismo na última década tem raízes tanto econômicas quanto culturais.

## 2 A legitimidade democrática no Brasil

No dia 12 de abril de 2015 protestos de oposição a Dilma Rousseff foram registrados em 24 estados e no Distrito Federal. Muitos participantes vestiam verde e amarelo e carregavam bandeiras do Brasil expressando insatisfação com o governo e demandando o impeachment da presidenta. Um periódico noticiou a presença de um grupo defendendo uma “intervenção militar constitucional”, afirmando que o artigo 142 da Constituição de 1988 permitia a ação das forças armadas (O Estado de São Paulo, 2015). O Grupo Opinião Pública através de um *survey* realizado neste mesmo dia em Belo Horizonte estimou que metade dos entrevistados afirmaram que “os militares podem ser chamados a tomar o poder, em caso de desordem no país” ainda que a maioria fosse desfavorável a possibilidades como o presidente fechar o Congresso Nacional e censurar a imprensa (Telles, 2016, p. 106 e 107). O resultado encontrado é de um perfil ambivalente em relação à democracia por esses manifestantes, visto que em determinadas condições eles poderiam aceitar regimes não democráticos.

A ambivalência mencionada é vista em vários outros estudos que dimensionam a adesão à democracia pelos eleitores latino-americanos, sobretudo os brasileiros (Moisés, 2008; Fuks et al., 2016; Fuks, Casalecchi e Ribeiro, 2019). Meneguello (2010, p. 53) destaca que nos 24 anos de experiência democrática os resultados das pesquisas de opinião constantemente apontam que “apesar da consolidação de mecanismos e procedimentos de participação política, persiste no funcionamento democrático brasileiro a presença de forte desvalorização das instituições representativas”. As manifestações contra o governo Dilma também podem ser mencionadas aqui por outro aspecto: o nível de intolerância política. Ribeiro e Fuks (2019) ao analisarem a tolerância como uma das dimensões de uma cultura política democrática, relembram o “muro do impeachment”, erguido para separar os indignados com a corrupção e que defendiam a queda do governo e aqueles que pediam respeito ao resultado eleitoral de 2014.

Neste segundo capítulo o objetivo é abordar como a desconfiança nas instituições, insatisfação com o regime e a emergência da intolerância política tiveram consequências sobre a legitimidade democrática no país nos últimos anos. Num primeiro momento, busca-se apresentar as variáveis explicativas do apoio à democracia por múltiplas dimensões – discussão central para este trabalho. A segunda seção discorre sobre as pesquisas que dimensionam o estado da legitimidade na América Latina, e mais especificamente, as que focam no caso brasileiro. As seções subsequentes abordam o papel dos sentimentos antipartidários e antipetistas e a evolução do bolsonarismo nesse contexto.

## 2.1 As dimensões do apoio à democracia

A literatura especializada trata recorrentemente de três aspectos ao analisarem a adesão à democracia pelo eleitorado: as variáveis que influenciam as diferentes dimensões de legitimidade<sup>9</sup>; os problemas metodológicos quanto sua medição e equivalência em pesquisas transnacionais; e os efeitos que a perda de legitimidade pode ter para a estabilidade do regime. O primeiro ponto parte da premissa de que os indivíduos podem aderir a diferentes princípios subjacentes à democracia. Isso porque a adesão é mais bem mensurada em termos de atitudes do que pela mera manifestação de preferência por esse regime (Booth e Seligson, 2009). A conceptualização multidimensional de legitimidade – que foi inicialmente sugerida por Easton (1975) e retificada por outros autores – se estabeleceu como um marco teórico no campo.

Easton (1975) concentrou-se principalmente em questões metodológicas para o aprimoramento de medidas e indicadores de apoio democrático. Tendo em vista a crescente preocupação com o apoio político que as democracias ocidentais viviam no pós-guerra, ele procurou demonstrar que há uma justificativa teórica e empírica para manter uma distinção entre “apoio específico” e “apoio difuso” ao regime. Essa distinção parte do seguinte pressuposto: o apoio específico está na relação de satisfação que os membros de um sistema percebem do desempenho das autoridades e instituições políticas. As autoridades incluem todo o funcionalismo público, desde executivos, legisladores, juízes, até policiais locais.

É direcionado às decisões, políticas, ações, declarações percebidas ou ao estilo geral dessas autoridades. A menos que tal comportamento seja aparente para os membros, esse tipo de apoio não pode ser gerado. Além disso, a aplicabilidade do conceito depende da validade do pressuposto de que as pessoas podem ter consciência, ainda que vagamente, de uma relação entre suas necessidades, desejos e demandas, por um lado, e o comportamento das autoridades políticas, por outro. [...] Sem este vínculo causal, a atuação das autoridades teria pouca probabilidade de influenciar o nível de apoio a elas direcionado (Easton, 1975, p. 437 e 438, tradução nossa<sup>10</sup>).

Já o apoio difuso é independente dos resultados e do desempenho a curto prazo. Assim, ele tende a ser mais durável do que o apoio específico. Por exemplo, os membros do sistema

---

<sup>9</sup> O conceito de legitimidade empregado se refere a um “tipo ideal associado à noção de que a política democrática e as instituições sobre as quais se estabelece são a forma apropriada para o sistema político se constituir” (Meneguello, 2010, p. 63).

<sup>10</sup> No original: “It is directed to the perceived decisions, policies, actions, utterances or the general style of these authorities. Unless such behavior is apparent to the members, this kind of support cannot be generated. Furthermore, the applicability of the concept depends on the validity of the assumption that people can be aware, however vaguely, of a relationship between their needs, wants and demands on the one hand and the behavior of the political authorities on the other. [...] Without this causal tie being made, the performance of the authorities would have little probability of influencing the level of support directed towards them.”

podem julgar o desempenho do Congresso como muito baixo, mas não exigem mudanças fundamentais nele ou na Constituição. Mais do que isso, o autor considera que o apoio difuso é o que “está por trás” do regime como um todo. Ele surge de duas fontes: da infância e ininterrupta socialização adulta, e da experiência direta. Não obstante, os sentimentos de apoio podem ser estimulados de maneiras associadas aos benefícios percebidos do desempenho das autoridades, mas essa experiência com o tempo se desassocia da performance. Eles se transformam em atitudes generalizadas em relação às autoridades ou outros “objetos políticos” e começam a ter vida própria:

Compromissos ideológicos, por exemplo, podem representar esse conjunto de orientações. Na medida em que a adoção de uma ideologia ou visão do futuro pode ser o produto de um cálculo racional sobre os atuais arranjos políticos, objetivos e instituições, temos uma fonte experiencial de descontentamento ou apego aos objetos políticos existentes. Essas crenças sobre o que é fundamentalmente certo e adequado na política não precisam ter suas origens no que herdamos de outras pessoas no início da vida, mas em nossa própria avaliação das circunstâncias políticas gerais (Easton, 1975, p. 446, tradução nossa<sup>11</sup>).

Baseado nesta estrutura conceitual, Norris (1999) distingue cinco dimensões que são objeto de apoio ao regime democrático: 1) os sentimentos mais gerais e fundamentais dos cidadãos em relação a ideia de pertencimento a uma comunidade política (manifestação de orgulho e identidade nacional); 2) apoio aos princípios do regime (atitudes e valores democráticos); 3) avaliação geral de desempenho (satisfação com o funcionamento do regime); 4) satisfação e confiança nas instituições do Estado (que seriam os governos, parlamentos, partidos, tribunais e forças armadas); e 5) nos titulares de cargos eleitos e nomeados (autoridades políticas).

O primeiro nível diz respeito ao apoio difuso à comunidade política, e é entendido como um apego básico à nação para além das instituições de governo e uma vontade geral de cooperar politicamente. É considerado uma pré-condição essencial para a fundação de qualquer Estado-nação estável. A segunda dimensão proposta refere-se ao apoio aos princípios do regime que representam os valores do sistema político. Norris (1999) explicita que esta dimensão se refere ao que Rose (2002) chamou de definições “idealistas” de democracia, derivadas da teoria liberal

---

<sup>11</sup> No original: “Ideological commitments, for example, may represent such a set of orientations. Insofar as the adoption of an ideology or vision of the future may be the product of a rational calculation about current political arrangements, goals and institutions, we have an experiential source of disaffection from, or attachment to, existing political objects. Such beliefs about what is fundamentally right and proper in politics need not have their origins in what we have inherited from others early in the life but in our own assessment of general political circumstances.”



clássica. Não obstante, uma vez que o conceito de “democracia” é aberto a múltiplos significados, não há consenso sobre quais valores devem ser indicados como representativos desse tipo de apoio. Norris (1999, p. 11) então, discorre que estudos empíricos sobre o que as pessoas entendem pelo termo sugerem que ele pode significar “coisas diferentes para pessoas diferentes em sociedades diferentes”. Mas supõe, com base na literatura especializada, que os princípios básicos dos regimes democráticos são comumente associados a valores como liberdade, participação, tolerância, respeito aos direitos institucionais e ao Estado de Direito.

As outras três dimensões propostas em Norris (1999) se concentram no “apoio específico” nos termos de Easton, explorando o que Rose (2002) denominou de uma visão “realista” de democracia. Entram nesse contexto as avaliações do desempenho do regime, que é comumente medido pela “satisfação com o desempenho da democracia”, isto é, como ela funciona efetivamente em oposição ao ideal. Essa medida é colocada como ambígua e passível de interpretações alternativas: ela aproveita tanto o apoio à democracia como um valor (que pode ser esperado que cresça gradualmente ao longo do tempo), e também a satisfação com o governo em exercício (que pode ser esperado que flutue ao longo do tempo).

Por esse ângulo, analisando a legitimidade das democracias no início de suas transições na Europa pós-comunista, Mishler e Rose (1995) propuseram um modelo de “medo e esperança” para explicar as fontes de apoio aos novos regimes. Acreditam que o apoio é inerentemente dinâmico e argumentam que tais sentimentos podem mudar à medida que as memórias do regime se desvanecem ou por variações nas expectativas econômicas pelos cidadãos. Encontraram que o apoio aos regimes pós-comunistas era maior, em média, do que o apoio aos antigos regimes. Entre os determinantes desse suporte estavam as esperanças econômicas (avaliações prospectivas), que tiveram uma influência consideravelmente maior do que as avaliações das condições econômicas atuais ou passadas (avaliação retrospectiva).

Por conseguinte, os autores perceberam que se as percepções sobre a economia vigente e as expectativas para o futuro começarem a se desgastar, a esperança pode dar lugar ao medo, o que pode corroer seriamente o apoio popular ao regime. Isso é, se o atual regime “vacilar”, pode ocorrer nostalgia do passado. A conclusão é de que o eleitor julga seu regime combinando suas experiências com o desempenho e suas expectativas futuras. O resultado pessimista encontrado por Mishler e Rose (1995) é de que mesmo os regimes mais democráticos devem continuamente provar seu valor para manter o apoio de seus cidadãos.

A quarta dimensão proposta em Norris (1999) procura medir o apoio generalizado às instituições políticas. Por exemplo, o apoio a partidos em vez de líderes partidários específicos – embora na prática a linha divisória entre o cargo e os titulares seja muitas vezes confusa. Além disso, também dimensiona a dinâmica de apoio a instituições individuais, como o Congresso e os tribunais, tendo em vista que o público distingue suas ações. Por último, utilizam o indicador de apoio específico a autoridades, incluindo avaliações de políticos como uma classe e o desempenho de determinados dirigentes. A confiança política é então dividida, entre instituições e atores políticos. Leva-se em consideração que é possível desconfiar profundamente de determinadas autoridades políticas e, ainda assim, continuar a ter confiança nas estruturas institucionais ou em representantes particulares.

Depois de fornecer e discutir uma ampla gama de indicadores de suporte ao regime, Norris (1999) chega a importante conclusão de que os cidadãos podem manifestar insatisfação para com o desempenho do regime, instituições e atores políticos, mas ao mesmo tempo apoiar em altos níveis os princípios democráticos e a comunidade política. É o que intitulam de “cidadãos críticos”. Esses cidadãos possuem as habilidades cognitivas para ponderar sobre o contexto político e aspiram mais à democracia do que conseguem. Por isso, apoiam veementemente a democracia ao passo que são profundamente céticos ao avaliarem como ela funciona em seus países<sup>12</sup>.

O trabalho comparativo de Booth e Seligson (2009) envolvendo oito países da América Latina segue as concepções anteriores de que a legitimidade existe como dimensões múltiplas e distintas. Assim, o apoio ao sistema político continua a ser entendido como um fenômeno multidimensional que vai desde os sentimentos mais generalizados de apego e pertença a um Estado-nação, passando pela confiança no regime e nas suas instituições, até a aprovação específica das autoridades políticas. A hipótese corroborada por esses autores é de que a legitimidade é uma função do contexto macrossocial, das experiências e atitudes microssociais e dos atributos individuais dos cidadãos.

---

<sup>12</sup> Norris (2011) revisita esse conceito ao refletir até que ponto o desempenho democrático percebido de qualquer Estado diverge das expectativas de seus cidadãos. Desse modo, as disparidades entre as aspirações democráticas dos indivíduos e sua satisfação com a forma como a democracia funciona é chamada de “déficit democrático”. A noção de “déficit” enfatiza a combinação de demanda (aspirações crescentes devido a um crescimento cognitivo, habilidades cívicas e evolução de valores de autoexpressão); oferta (desempenho e estrutura dos regimes democráticos na entrega de bens e serviços públicos); e informações (coberturas negativas sobre o governo pelos meios de comunicação).

As fontes macrossociais incluem os fatores institucionais e de desempenho em nível nacional ou contextual que formam a base para o desenvolvimento de normas de legitimidade de uma pessoa. Por exemplo, avaliações otimistas do desempenho do regime e das autoridades políticas, assim como nações com uma história democrática mais longa se mostraram variáveis favoráveis à adesão à democracia pelo eleitorado. Já os fatores microssociais são exclusivos dos indivíduos, incluindo suas características socioeconômicas e demográficas: exposição à mídia, confiança social<sup>13</sup>, educação e conhecimento político foram todos associados a um maior compromisso com os princípios democráticos (Booth e Seligson, 2009).

Essas diferentes perspectivas e abordagens para dimensionar a legitimidade é considerada por Moisés (2008) como duas correntes teóricas. De um lado, a cultura política é analisada de forma a encontrar uma variedade de atitudes, crenças e valores democráticos – como orgulho nacional, participação, interesse por política, tolerância política<sup>14</sup>, e confiança interpessoal e institucional. De outro lado, o que se leva em conta é a eficácia das instituições – que usam indicadores como a percepção sobre atores e instituições políticas, desempenho de governos e relação entre os Poderes – que afetam a relação das pessoas com a democracia. O que o autor intitula de abordagem culturalista e institucionalista, respectivamente. Dessa forma, “considera-se que a mescla entre orientações valorativas e orientações pragmáticas – derivadas do julgamento do desempenho das instituições – cria o ambiente em que se definem as atitudes e as percepções intersubjetivas dos indivíduos quanto ao regime político” (Moisés, 2008, p. 12).

A pesquisa de opinião conduzida na década de 60 por Almond e Verba (1989) pode ser considerada a contribuição mais importante para o desenvolvimento da abordagem culturalista. No trabalho em questão a cultura cívica é considerada um conjunto de atitudes, hábitos, sentimentos e comportamentos compatíveis com o regime democrático. Dentre eles estão a tolerância política, senso de eficácia política, confiança no governo e confiança mútua entre os cidadãos. A definição central de cultura política também pode ser encontrada, e se apresenta como um conjunto de orientações políticas subjetivas compartilhadas pelos indivíduos de uma sociedade em relação ao sistema político e aos papéis que assumem enquanto atores políticos.

---

<sup>13</sup> De acordo com Zmerli e Newton (2008) a confiança social é um elemento importante no âmbito de atitudes sociais, comportamento e instituições que atuam como a base para um governo democrático estável e eficaz. A teoria do capital social argumenta que a confiança sustenta um clima social cooperativo, facilita o comportamento coletivo e estimula o interesse público e participação nos assuntos comunitários e cívicos.

<sup>14</sup> A tolerância política se diferencia da tolerância social e do preconceito. A intolerância política se manifesta pela percepção de ameaça individual e sociotrópica gerada pelo grupo de discordância. Enquanto o preconceito em relação a certo grupo não necessariamente predisporia atitudes intolerantes, desde que o indivíduo preconceituoso não percebesse esse grupo como perigoso ou ameaçador em termos políticos (Ribeiro e Fuks, 2019).

Vale destacar que, na literatura culturalista, os conceitos de socialização<sup>15</sup> e cultura política estão estreitamente relacionados. A formação de orientações e atitudes políticas (socialização política) se configura diante de um conjunto de orientações políticas subjetivas (cultura política).

Não obstante, Ribeiro (2007) observa essas diferentes leituras sobre a legitimidade como perspectiva idealista e perspectiva realista, mesmos termos de Rose (2002). O autor explica que essa visão deriva de formulações que tendem a opor o *homo sociologicus* ao *homo economicus*. A perspectiva realista, que seria baseada no pressuposto racionalista de Downs (1999), se opõe às teorias sociológicas que afirmam que os fenômenos sociais são mais bem compreendidos a partir da análise dos processos de socialização. Moisés (2008) também coloca que, de modo geral, as teorias institucionalistas supõem que o apoio dos cidadãos ao regime depende da avaliação de curto prazo do desempenho institucional (baseada no cálculo maximizador de Downs de custos e benefícios). Como consequência, a confiança política dependeria da percepção da atuação das instituições e pouco teria a ver com a cultura política.

A perspectiva idealista, nesse sentido, que privilegia variáveis relacionadas à adesão dos cidadãos aos princípios democráticos foi apontado por Mishler e Rose (2001) como uma medida não adequada para avaliar a legitimidade em jovens democracias com passado autoritário recente ou democracias instáveis. Esse argumento leva em consideração que o eleitorado nesses contextos tem pouca compreensão sobre os princípios democráticos em razão de sua curta experiência neste regime, mas possuem, entretanto, percepções nítidas sobre o desempenho (principalmente econômico) através da comparação entre o que havia antes e a nova realidade política. Dessa maneira, uma abordagem realista ao apoio ao regime estaria menos preocupada em como os cidadãos subscrevem a democracia de forma abstrata e mais interessada em analisar até que ponto os cidadãos abraçam ou rejeitam seu regime atual, seja democrático ou não democrático, estabelecido ou recente (Mishler e Rose, 2001).

As teorias explicitadas até aqui estabeleceram as bases para os estudos que dimensionam a legitimidade democrática. A próxima seção discute o que dizem as pesquisas no contexto brasileiro e latino-americano de forma geral.

---

<sup>15</sup> Pode ser entendido como um processo permanente, da infância à velhice, de formação de orientações políticas. Consiste na transmissão de valores passados pela família (socialização primária) e pelas instituições de ensino, mídia e interações sociais (socialização secundária). Além disso, a mobilidade social também forma valores políticos, e variam de acordo com a posição socioeconômica do indivíduo, como a classe social ou religião, que geram novas configurações sobre sua socialização (Anduiza e Bosch, 2004).

## 2.2 As pesquisas que mensuram o apoio à democracia no Brasil

Norris (2011) discorre que o escopo geográfico de pesquisas de opinião cresceu consideravelmente no início dos anos 1980 e 1990 para facilitar a comparação das atitudes políticas e sociais dos cidadãos em uma ampla gama de países. Vários conjuntos de dados estão disponíveis para estudos de caso detalhados de tendências na opinião pública. Quanto aos que abrangem ou focam na América Latina, podemos destacar o *Latinobarómetro*, *AmericasBarometer* do *Latin American Public Opinion Project* (Lapop), *World Values Survey*, *Pew Global Attitudes*, *World Public Opinion* e *Gallup World Poll*.

*Surveys* realizados na América Latina na penúltima década (2000-2010) apontavam o predomínio da democracia como regime preferível (Moisés, 2008; Meneguello, 2013). Em pesquisas recentes os resultados são menos positivos (Botelho, Okado e Bonifácio, 2020). Mesmo o indicador de “democracia churchilliana” – na qual os eleitores dizem se concordam ou não com a afirmação de que “a democracia pode ter problemas, mas é a melhor forma de governo”, frase de Winston Churchill – sofre declínio se compararmos dados do *Latinobarómetro* de 2010 e 2020. Em 2010, na média regional, 77% concordavam com a frase, o índice brasileiro era ainda maior, registrando 81%. Em 2020 a média geral cai para 63%, e no Brasil para 69%. O ápice da oposição à democracia no país foi registrado em 2018, quando apenas 33,9% concordavam com a declaração. O relatório de 2020 apresenta ainda que em menos de uma década (2013 a 2020) a defesa da democracia como melhor forma de governo caiu 16 pontos percentuais sem pausas, registrando seu ponto mais baixo em 25 anos.

Botelho, Okado e Bonifácio (2020) exibem que a satisfação com o regime e confiança nas instituições também atingiram ou voltaram a apresentar em 2018 os piores níveis das séries históricas do *Latinobarómetro*, que se iniciaram em 1995. Quanto à satisfação com a democracia, a tendência é descendente a partir de 2010, com uma queda acentuada, ainda que não ininterrupta, que vai de 44,25% a 24,5% em 2018. A confiança nas instituições sofreu um declínio evidente: os partidos políticos, o Poder Legislativo e governos voltaram aos níveis mais baixos de confiança já registrados. A queda é acentuada e contínua entre 2013 e 2018, com a soma de “muita” e “alguma” confiança nos partidos passando de 23,06% para 13,07%.

Meneguello (2013) destaca que no Brasil os resultados eram crescentemente positivos ao longo do período pós 1985. Não obstante, os dados também indicavam desconfiança nas instituições representativas, baixos índices de interesse e participação na política convencional,

bem como desconfiança interpessoal. De acordo com a autora, para os países da América Latina, sobretudo do Cone Sul, que experimentaram ditaduras militares nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a herança autoritária teve peso definitivo sobre a definição de parâmetros democráticos pela população, em consonância com o argumento de Mishler e Rose (2001).

Com base na suposição de que traços de sobrevivência de concepções autoritárias ainda fossem fortes na região, Moisés (2008) construiu uma tipologia para verificar as orientações dos indivíduos quanto à democracia, separando-os em democratas, ambivalentes e autoritários<sup>16</sup>. Os entrevistados que concordavam com a afirmação de que “a democracia é o melhor sistema de governo” e que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” foram considerados democratas. Os que discordam da primeira afirmação e que preferem um “governo autoritário em algumas circunstâncias” foram considerados autoritários. E ambivalentes os que concordando que “a democracia é o melhor sistema de governo”, preferiram, no entanto, as alternativas relativas a um “governo autoritário em algumas circunstâncias” e “tanto faz um regime democrático ou autoritário”. No Brasil, os resultados identificaram 53,7% de eleitores ambivalentes, 40% de democratas e 9,9% de autoritários.

Importante notar que o país apresentou um maior número de ambivalentes se comparado com toda a América Latina. Moisés (2008) ainda relaciona essa tipologia com indicadores de atitudes autoritárias como concordar que o “governo pode desrespeitar a lei para resolver problema difícil”. Nesse sentido, Fuks et al. (2016) atentam para o fato de que grande parcela dos “democratas” neste estudo apresenta atitudes antidemocráticas, e citam por exemplo, que 45,4% deles apoiariam um regime não democrático em caso de crises econômicas. Em vista disso, dimensionam a consistência das atitudes dos democratas no Brasil<sup>17</sup>.

Mostraram que os democratas brasileiros têm atitudes que não estão em sintonia com normas, valores e princípios inerentes à democracia. Apontam, por exemplo, que a maioria dos democratas prefere que o governante seja eleito a que ele chegue ao poder por outras vias e apoiam uma ampla participação política dos cidadãos para além do voto. No entanto, estão dispostos a aceitar um regime militar num cenário de muito desemprego, crime ou corrupção, e acreditam que os partidos políticos não são necessários para a democracia. A conclusão é de

---

<sup>16</sup> Com dados do Latinobarômetro dos anos de 2002, 2003 e 2004.

<sup>17</sup> Baseando-se no Barômetro das Américas (Lapop) de 2006 a 2012.

que os democratas aderem com maior intensidade à dimensão participativa da democracia, em detrimento da procedimental e da representativa.

Fuks et al. (2016) ainda colocam que a presença de atitudes antidemocráticas entre os democratas brasileiros pode ser interpretada como um indício de que eles não são, afinal, muito democráticos. Uma leitura dos pesquisadores é de que essa inconsistência entre eles indica que apenas o democrata “sofisticado” compreendeu e internalizou o conjunto de atributos que constituem a legitimidade democrática, o que faz com que suas atitudes sejam coerentes<sup>18</sup>. Mas porque alguns cidadãos possuem um sistema de crenças democrático coeso e outros não? Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019) respondem a essa pergunta<sup>19</sup>. Encontraram que, no nível individual, quanto mais anos de estudo e quanto maior o interesse por política, maiores são as chances de um indivíduo ser um democrata coeso. De maneira semelhante, Fuks e Casalecchi (2018) exibiram que o conhecimento político tem um efeito positivo e estatisticamente significativo não só sobre a preferência pela democracia, mas também sobre o apoio aos princípios subjacentes a ela<sup>20</sup>.

Outro efeito relevante encontrado em Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019) refere-se à idade: as chances de ser um democrata coeso aumentam à medida em que as faixas etárias se tornam mais velhas. Ademais, a confiança interpessoal e avaliação otimista da economia tiveram efeitos positivos sobre a coesão das crenças. Quanto a variáveis contextuais, o desenvolvimento econômico (medido por meio do PIB) e anos ininterruptos de democracia no país tiveram um efeito significativo. De forma geral, os resultados apontam um sistema de crenças democrático pouco coeso entre os latino-americanos, em que os cidadãos endossam alguns princípios democráticos e rechaçam outros.

Observando o impacto de variáveis sociodemográficas sobre a adesão à democracia, Moisés e Carneiro (2008)<sup>21</sup> corroboram pesquisas anteriores que apontavam que os indivíduos com baixa escolaridade preferem menos a democracia, são mais indiferentes quanto ao regime

---

<sup>18</sup> Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019) chamam de “coesão democrática” a formação de um “sistema de crenças” democrático coerente, no qual as atitudes convergem para o apoio aos princípios democráticos. Um sistema de crenças democrático é coeso apenas quando todas as atitudes de um indivíduo são democráticas, ou seja, quando ele apoia as eleições, a participação, a independência dos poderes, o Estado de Direito e quando é tolerante.

<sup>19</sup> Utilizando o Barômetro das Américas (Lapop) de 2010.

<sup>20</sup> Com base no Barômetro das Américas (Lapop) de 2008.

<sup>21</sup> Tendo por base a série histórica do Latinobarômetro entre 1995 e 2002.

e preferem mais o autoritarismo em detrimento daqueles com nível superior<sup>22</sup>. Além disso, são os homens com 35 anos ou mais, em relação às mulheres e os mais jovens, os que mais preferem a democracia e são menos indiferentes ou autoritários.

Nesse seguimento, Fuks, Paulino e Casalecchi (2018) ressaltam que os estudos sobre legitimidade costumam ignorar a dimensão geracional ao focar apenas na variável “idade” em seus modelos estatísticos. Assim, analisam como a geração pode ser determinante em atitudes e comportamentos democráticos, especialmente em novas democracias<sup>23</sup>. Eles confirmam que gerações que viveram sob regimes autoritários têm maior probabilidade de apoiar a democracia, tendo em vista a experiência com a repressão a direitos políticos e civis, e sua consequente aversão a tais regimes. Para os mais jovens, socializados sob a democracia, essas vivências não foram testemunhadas ou experimentadas. Inclusive, indicam que um legado democrático maior promove o apoio à democracia, enquanto um legado autoritário maior desencoraja esse apoio. A explicação é que países que combinam longevidade e qualidade democrática constituem um ambiente em que a socialização política favorece a formação de atitudes de apoio ao regime. Além disso, mais anos de escolaridade, interesse por política e avaliação positiva da economia do país foram todos associados ao apoio à democracia, bem como encontrou Booth e Seligson (2009) e Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019).

Veiga et al. (2017) também avaliaram como os anos de experiência democrática em cada país influenciam as disposições individuais em relação à democracia. Utilizando as dimensões de apoio difuso e específico de Easton, expuseram que o número de anos de democracia ininterrupta impacta positivamente o apoio à comunidade política e os princípios centrais do regime. Ou seja, a experiência democrática ininterrupta do país está associada à adesão ao regime no sentido mais difuso. Em relação à avaliação do regime, o resultado foi negativo: quanto maior a idade, mais críticos são os cidadãos ao avaliarem o contexto político e econômico. Em outras palavras, cidadãos mais velhos, mais informados sobre o papel das instituições e dos governos, avaliam o regime de forma mais negativa.

Quanto à manifestação de insatisfação com o regime, Moisés e Carneiro (2008) encontraram que apenas as variáveis relativas à escolaridade e sexo se mostraram significantes.

---

<sup>22</sup> Similarmente, Veiga et al. (2017) com dados do Lapop de 2010 encontraram que a escolaridade exerce uma influência positiva no apoio aos princípios democráticos, apoio às instituições políticas e desempenho do regime. No entanto, exerce uma influência negativa na dimensão de apoio a autoridades e atores políticos.

<sup>23</sup> Utilizando o Barômetro das Américas (Lapop) de 2012.



Homens e pessoas com mais escolaridade apresentam maior insatisfação com a democracia. A baixa escolaridade – relacionada diretamente pelos autores como baixa cognição – se mostrou associada com uma perspectiva acrítica quanto ao funcionamento do sistema. Nessa lógica, apontam que indivíduos com níveis mais altos de escolaridade poderiam ser identificados como os “cidadãos críticos” de Norris (1999).

Conforme Fuks, Casalecchi e Araújo (2017), de fato, Norris relaciona a emergência do cidadão crítico ao contexto de modernização e elevação dos níveis educacionais, e assume que ele é um indivíduo cognitivamente mobilizado. Longe de trazer riscos ao sistema, ele poderia até contribuir para sua melhoria. Mas para os autores, o perigo dessa associação está em assumir que democratas insatisfeitos são necessariamente bons para a democracia, sobretudo no contexto de novas democracias ou contextos políticos e econômicos instáveis. Isso porque os democratas insatisfeitos poderiam, na verdade, ser aqueles cidadãos politicamente apáticos ou predispostos a concordar com medidas autoritárias.

Tendo em vista que não é explicado qual dessas condições – insatisfação ou crítica – é realmente importante para a formação de atitudes e comportamentos democráticos, eles reavaliaram o conceito de cidadão crítico e o testaram empiricamente com dados do Lapop de 2010. Apontaram que a insatisfação com a democracia independe da competência crítica: um democrata insatisfeito não é necessariamente crítico e, portanto, nem sempre está ciente e informado sobre a política. Pelo menos no Brasil, o fato de estar insatisfeito com o regime aumenta a probabilidade de participação política, mas diminui o compromisso com a democracia (Fuks, Casalecchi e Araújo, 2017). O estudo mostra que o democrata crítico, e não o democrata insatisfeito, possui os atributos de um “cidadão crítico” de Norris.

Outro fator que se destaca quando analisamos o “cidadão democrático” é sua adesão a um conjunto de valores e crenças democráticas, em que a tolerância política é indissociável. Em Ribeiro e Borba (2019) a tolerância parece ser produto da mobilização cognitiva, de modo que os eleitores mais escolarizados e mais aderentes à democracia são os mais tolerantes politicamente<sup>24</sup>. Quadro semelhante aparece em Ribeiro, Borba e Fuks (2019) ao analisarem os efeitos da escolaridade e do legado democrático sobre o nível de tolerância<sup>25</sup>. Utilizando uma medida que combina qualidade e durabilidade de democracias latino-americanas, corroboraram

---

<sup>24</sup> Utilizando a série histórica do Lapop de 2006 a 2014.

<sup>25</sup> Dados do Lapop em sua edição de 2014.

a hipótese de que existe um aumento do efeito da escolaridade superior em contextos com maior abertura à participação e oposição pública, nos termos de Dahl (1997). Explicitam que o mecanismo subjacente a essa interação entre contexto político e educação é de natureza cognitiva. Assim, quanto maior a complexidade de um contexto político aberto à diversidade de opiniões maior a distância da tolerância entre os mais e menos escolarizados. Isto é, a tolerância fica mais complexa e custosa, aumentando a dependência da sofisticação política.

Nessa perspectiva, Ribeiro e Fuks (2019)<sup>26</sup> dimensionaram a antipatia e tolerância política dos brasileiros quanto a quatro grupos: pessoas que defendem a legalização do aborto, pessoas que defendem o regime militar, comunistas, simpatizantes do PT e do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Encontraram que os defensores da legalização do aborto (31,8%) e os comunistas (19,9%) são os principais alvos de antipatia. Já os “militaristas” tiveram a menor ocorrência de rejeição (11%). Verificaram também o grau de tolerância em relação a esses grupos quanto a quatro direitos políticos: votar, discursar em público, e concorrer a cargos públicos. Apenas o último direito parece ser percebido como aquele que apresenta uma maior ameaça quando exercido pelo grupo de maior aversão pelo entrevistado.

Quanto aos partidos políticos, o PT (18,8%) e o PSDB (18,5%) tiveram percentuais muito próximos de desafeição popular. Somados, 37% dos brasileiros nutrem profunda rejeição pelos simpatizantes desses dois partidos. Além disso, o estudo apresenta as bases demográficas e atitudinais dessa rejeição: ela é dispersa na sociedade e inclui homens e mulheres, seculares e religiosos, diferentes idades e níveis de escolaridade, e ainda, esquerdistas e direitistas. Para os autores, os dados indicam que em contexto de crise política e polarização são os partidos políticos que se tornam os principais alvos de intolerância. Complementam dizendo: “parece, então, que o que hoje percebemos como polarização política, no nível da elite política, começa a assumir, na opinião pública, a forma de antipartidarismo” (Ribeiro e Fuks, 2019, p. 548).

Vale destacar que em Fuks et al. (2016, p. 212) a dimensão da adesão ao princípio da representação política é a menor encontrada entre os diversos princípios democráticos analisados, e são enfáticos ao que dizer que “se existe alguma dimensão da democracia brasileira que apresenta um déficit de legitimidade, ela refere-se à representação”. À vista disso, a próxima seção discorre sobre as atitudes e sentimentos dos eleitores brasileiros em relação aos partidos políticos.

---

<sup>26</sup> Dados do Lapop de 2017.

### 2.3 Atitudes e sentimentos em relação aos partidos políticos

Quando inúmeros manifestantes foram às ruas nas Jornadas de Junho de 2013 via-se com frequência, seja em gritos ou estampados em cartazes e faixas, as frases “Sem partidos!” ou “O povo unido não precisa de partido!”. Não é recente na literatura sobre partidarismo na Ciência Política o acúmulo de evidências que apontam a baixa identificação partidária, a crescente desconfiança e intolerância em relação a essa instituição pelo eleitorado. Nas Ciências Sociais a decadência da confiança nas instituições representativas remonta aos anos 1970 (Ortellado e Solano, 2016). De toda forma, a baixa legitimidade da representação política não é uma exclusividade do Brasil, nem tampouco de novas democracias (Fuks et al., 2016) conforme foi discutido no primeiro capítulo. Um fenômeno que transcende fronteiras, mas que, no entanto, assume muitas formas específicas em cada país (Poguntke e Scarrow, 1996).

No contexto da América Latina, Boidi (2008) discorre que a falta de representatividade e transparência, a incapacidade de cumprir promessas de campanha, a permanência de práticas patrimoniais e corruptas, a existência de estruturas partidárias oligárquicas e falta de democracia interna evidenciam que parte do problema são as próprias organizações partidárias. Para Baquero e Vasconcelos (2013) alguns constrangimentos principais inibem o fortalecimento dos partidos no Brasil. Em primeiro lugar, ressaltam que os partidos são predominantemente de caráter regional, e reforçam identidades locais criando subculturas que restringem sua representação a determinados grupos em detrimento de interesses mais gerais.

Em segundo lugar, em decorrência dessa regionalidade, observam que os partidos têm estruturas nacionais frágeis. Isto ocorre porque geralmente os programas partidários são desconhecidos pela maioria da população, não propiciando bases para que se possa estruturar uma cultura partidária nacional. Também, não há incentivo para as pessoas aderirem a essas organizações, de modo que a lealdade na arena política se direciona mais para o candidato do que para o partido que essa pessoa representa. Bem como possuem uma ideologia híbrida que não catalisa identidades coletivas e mais se assemelham a grupos que defendem interesses pessoais ou corporativos (Baquero e Vasconcelos, 2013). Os autores acreditam que mesmo no período de democratização muitos destes traços têm se mantido intactos no país.

Apesar desse panorama, onde os cidadãos confiam muito pouco nos partidos e onde outras ligações entre os eleitores e partidos (como voto em legendas, identificação partidária e participação em atividades do partido) também são fracas, Boidi (2008) atesta que na maioria dos países latinos ainda há uma reserva de apoio a essas organizações. Com dados do

Latinobarômetro de 2006 e 2007, confirma que a crença na necessidade dos partidos para a democracia supera os baixos níveis de confiança nos mesmos. Isso sugere que o desprezo é temporário: seriam os partidos como funcionam na contemporaneidade e não a rejeição deles como instituição que afasta os cidadãos das legendas. Em conformidade, Baquero e Vasconcelos (2013, p. 8) entendem que “o que existe é incerteza e insegurança por parte dos cidadãos, o que leva os eleitores a perderem a confiança nessas instituições, pois não acreditam que elas sejam capazes de resolver os problemas sociais mais imediatos”.

Nessa perspectiva, atitudes negativas em relação aos partidos podem ter duas facetas rotuladas de antipartidarismo reativo e cultural (Paiva, Krause e Lameirão, 2016). Isto é, orientações contra os partidos existentes versus contra os partidos *per se* (Dias, 2018). Para Poguntke e Scarrow (1996) o sentimento antipartidário pode ser estudado em dois níveis: o nível da elite e o nível das massas. No nível da elite, o sentimento antipartidário se apresenta na forma de críticas sobre a atuação dos partidos nos sistemas democráticos (reativo). Esses argumentos são mais moderados, no sentido de que aceitam que os partidos devem necessariamente desempenhar um papel na governança democrática contemporânea, mesmo quando criticam seu desempenho. No nível das massas, o antipartidarismo apresenta atitudes céticas ou mesmo hostis em relação ao papel dos partidos políticos (cultural). No extremo, atacam o princípio de que a política requer partidos como intermediários.

Para Baquero e Linhares (2011, p. 97) o que prospera no Brasil é o antipartidarismo cultural. Uma vez que os cidadãos buscam lideranças carismáticas e personalistas e demonstram indiferença e apatia em relação aos partidos. Acreditam se tratar de ciclo vicioso: “quanto maior é a deslegitimação institucional, mais se requer e, ao mesmo tempo, proliferam as lideranças que contribuem para neutralizar e desacreditar as instituições”. De outro ponto de vista, Telles, Mundim e Baptista (2020) ressaltam como o antipartidarismo reativo também pode ter impacto no apoio a *outsiders*<sup>27</sup> e a líderes com narrativas antipolíticas. Eles deteriam o “capital convertido”, que contraditoriamente, seria definido como a confiança posta no político pelo fato de ele não demonstrar seu pertencimento ao campo da política. Ressaltam que no Brasil aspectos históricos como a baixa estruturação programática dos partidos e a precária institucionalização do sistema partidário são umas das explicações para o êxito desses atores.

---

<sup>27</sup> Considerados candidatos com estilos e discursos antipartidários, não filiados a um grande partido nacional e que tenham desenvolvido suas carreiras políticas fora de canais partidários tradicionais.

Ademais, Samuels e Zucco (2018) observam que muitos brasileiros se identificam com um partido sem ter sentimentos negativos por nenhum, enquanto outros sentem forte antipatia por um partido sem desenvolver necessariamente uma ligação partidária positiva. Isso porque os autores propõem uma classificação sobre as orientações dos eleitores em relação aos partidos para além da divisão convencional entre partidários e não partidários. Em primeiro lugar, qualificam aqueles que não apenas se identificam com um partido, mas também rejeitam fortemente outro (que chamam de partidários radicais). Um segundo grupo de eleitores pode ter sentimentos positivos por um determinado partido, mas carece de fortes sentimentos partidários negativos (partidários positivos). Os membros de um terceiro grupo não expressam atitudes positivas nem negativas em relação a qualquer partido (apartidários). Ressaltam que é crucial distinguir os apartidários dos “partidários negativos” ou “antipartidários puros”, que têm fortes atitudes contra um partido, mas nenhum apego partidário positivo.

Para mensurar o apoio aos partidos pelos cidadãos, Moisés e Carneiro (2018) descrevem três elementos fundamentais: o entendimento de que “não pode haver democracia sem partidos”, que dimensiona a legitimidade mais difusa atribuída à essa instituição; a identificação partidária, que indica que de alguma forma os partidos representam os interesses e preferências dos eleitores por meio de seus programas ou ideologias; e a confiança nos partidos, no âmbito do “apoio específico” às instituições, que reflete a satisfação da sociedade com as ações dos partidos. Com dados do Latinobarômetro, encontraram que no ano de 2013 cerca de 50% dos brasileiros concordavam com a afirmação de que “não pode haver democracia sem partidos”. Da mesma forma, a identificação partidária foi mais baixa no Brasil, Peru e Bolívia, cuja média percentual da amostra para os anos de 2011, 2013 e 2015 não atingiu 30%.

Quanto ao nível de confiança nos partidos, observaram uma queda em quase toda região entre 2013 e 2015. Sendo mais forte na Venezuela e no Brasil, onde os autores apontam ser uma consequência direta do cenário político, institucional e econômico em ambos. Telles, Mundim e Baptista (2020, p. 106) situam que a partir de 2014 os movimentos ocorridos no período do impeachment de Dilma, entre 2015 e 2016, “instituíram uma síndrome de percepção negativa sobre os atores políticos e as instituições, além de cinismo, indiferença e afastamento da política”. Apontam que o desencanto foi acentuado e estimulado pelas constantes notícias negativas quanto à economia e escândalos de corrupção.

Nesse sentido, Lazzari (2017) discorre sobre fatores de diferentes naturezas que impactam o apoio e confiança investida pelo eleitorado aos partidos políticos. Num modelo

racionalista, a primeira hipótese seria de que a mídia – e o enfoque de aspectos negativos do governo – afetaria a confiança. A segunda hipótese seria de que a performance (procedimental, econômica e institucional<sup>28</sup>) do regime democrático seria mais decisivo. Outras duas hipóteses estariam incluídas num modelo culturalista. A primeira é de que a socialização política e certas características sociais como escolaridade, gênero e idade influenciam na menor ou maior confiança. A segunda premissa é que a confiança interpessoal, contida num conceito mais abrangente de capital social, seria indicativa de uma confiança intuitiva nos partidos.

Lazzari (2017) revela que tanto argumentos inseridos nos modelos racionalistas quanto culturalistas explicam porque os brasileiros não confiam nos partidos políticos<sup>29</sup>. Destaque é dado à avaliação que os eleitores fazem da corrupção: avaliar que ela aumentou ou piorou engendra uma maior desconfiança nos partidos. A evidência de que a percepção sobre a corrupção reforça a desconfiança nas instituições e fragiliza o apoio à democracia é vista em inúmeros estudos (Seligson, 2002; Moisés e Carneiro, 2008; Moisés, 2013). Além disso, pesquisas regularmente apontam que a frustração dos eleitores brasileiros com a corrupção é muito alta. No Índice de Percepção de Corrupção de 2018 da *Transparency International* que pontua uma escala de 0 (altamente corrupto) a 100 (muito íntegro), o Brasil aparece com pontuação 35, isto é, percebido como muito corrupto pela população.

As proporções tomadas pela operação Lava Jato<sup>30</sup> iniciada em março de 2014 – mas que promoveu ações de maior repercussão entre 2015 e 2018 – no país desgastaram profundamente o apoio popular ao então partido governista (Samuels e Zucco, 2018). Rennó (2020) aponta que desde as eleições de 2006, às vésperas do Mensalão<sup>31</sup>, a percepção da corrupção como um problema nacional minou consistentemente a imagem do PT. O tema passou a ser visto como algo endêmico, aumentando a rejeição generalizada aos partidos tradicionais (Nicolau, 2020).

---

<sup>28</sup> “A primeira seria a performance procedimental, sujeita à avaliação que se faz do funcionamento dos marcos políticos do regime democrático. Como exemplos temos: a isonomia de todos perante a lei – o chamado império da lei –, a lisura das eleições e ainda a avaliação que se faz da corrupção. A segunda, chamada performance econômica, estaria próxima do desempenho da economia, ou seja, a confiança variaria de acordo com a competência das instituições [...]. Por fim, haveria a performance institucional, que se assentaria sobre a premissa de que instituições diferentes apresentam desempenhos diferentes.” (Lazzari, 2017, p. 340).

<sup>29</sup> Os dados são derivados de um questionário aplicado a 2 mil pessoas em 2014 pelo Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo.

<sup>30</sup> Iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro considerada pelo Ministério Público Federal (MPF) como a maior operação da história recente do Brasil. Na época, quatro organizações criminosas que teriam a participação de agentes públicos, empresários e doleiros passaram a ser investigadas. Mais informações em: [link](#).

<sup>31</sup> Esquema que ficou conhecido como “mensalão” foi exposto em março de 2006 pelo MPF e denunciou quarenta réus por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, evasão ilegal de divisas, corrupção ativa e passiva e peculato. Mais informações em: [link](#).

A arquitetura Lavajatista impactou a legitimidade democrática de várias maneiras. Casara (2016) aponta que a principal vulnerabilidade da operação foi sua transformação em espetáculo midiático e tratamento seletivo em casos de repercussão política. Analisa que na espetacularização dos julgamentos, numa espécie de luta do bem contra o mal, não houve espaço para garantia de direitos fundamentais: “no processo penal do espetáculo, os fins justificam os meios”. Em conformidade, ilustra como a direita jurídica brasileira possui uma tradição antidemocrática, marcada por uma herança colonial e escravocrata (Casara, 2018). Glezer (2020) ainda considera que a ascensão e queda da confiança dos cidadãos no STF ao longo dos últimos anos é ilustrativa de como a politização da operação nublou o debate sobre os reais problemas estruturais que atravessam o combate à corrupção.

Nesse cenário, Nicolau (2020) encontrou que eleitores de escolaridade fundamental que consideram a corrupção como tema central votaram maciçamente em Bolsonaro no primeiro turno da eleição presidencial de 2018. Almeida e Guarnieri (2020) com dados do Lapop de 2019 encontraram que 47% dos que votaram no Bolsonaro, contra 25% dos que não votaram, acreditam que “um golpe de Estado se justifica diante de tamanha corrupção”. Para Mudde (2021) o tema da corrupção se tornou um marco proeminente da propaganda populista radical de direita atualmente, onde a luta política sobre temas da agenda pública, ou *issues*, foram determinantes. Nessa lógica, visões rígidas sobre a lei e a ordem, além de rejeição de políticas sociais e econômicas associadas à esquerda – e por consequência ao PT – foram decisivos no apoio a Bolsonaro (Rennó, 2020).

O argumento apresentado em Telles (2015) é de que a bandeira do combate à corrupção é uma valência que agrupa indivíduos de direita do espectro ideológico e que se expressam no antipetismo. Dentro dessa perspectiva, Rennó (2020, p. 7, tradução nossa<sup>32</sup>) descreve que Bolsonaro “emergiu como um líder carismático com uma proposta messiânica para salvar o país da incompetência e da corrupção das elites tradicionais, principalmente do PT de esquerda”. O que faz do sentimento partidário negativo, especialmente aquele direcionado ao PT, um fator central para explicar a ascensão do bolsonarismo (Rennó, 2020; Rivarola, 2020; Gracino, Goulart e Frias, 2021).

---

<sup>32</sup> No original: “Bolsonaro emerged as a charismatic leader with a messianic proposal for saving the country from the incompetence and corruption of traditional elites, mostly the left-wing PT.”

## 2.4 O eleitorado antipetista e a evolução do bolsonarismo

O pleito de 2018 foi definido como uma “eleição crítica” por Nicolau (2020) por dois motivos: a ruptura nas bases do sistema partidário que estiveram funcionando por mais de duas décadas (disputas eleitorais e governamentais polarizadas entre PT e PSDB) e a substituição de uma “direita moderada” por uma “direita radical”. Da mesma forma, Almeida e Guarnieri (2020) ressaltam que a eleição enterrou um arranjo político de longa duração que se organizou em torno da competição centrípeta entre coalizões<sup>33</sup> de partidos de centro-esquerda e centro-direita. Além de ser protagonista na arena eleitoral, o desempenho do PT no cenário político brasileiro é expressivo de diversas formas.

Paiva, Krause e Lameirão (2016) apontam múltiplos estudos em que o partido aparece em primeiro lugar na escala de sentimentos partidários positivos (nas edições de 2002, 2006 e 2010 do Eseb – Estudo Eleitoral Brasileiro). Samuels e Zucco (2018) descrevem que os contornos do partidarismo positivo e negativo no país são moldados principalmente pela maneira como as pessoas se sentem em relação a ele e não a qualquer outro partido. Isso é explicado por seus esforços de divulgação nacionalmente organizados que construíram e mantiveram vínculos com cidadãos politicamente engajados. Kinzo (2005) destaca que o PT pôde se beneficiar de uma exposição singular ao construir raízes no eleitorado e se apresentar às urnas como um efetivo partido de esquerda e de oposição. Não obstante, sua experiência no poder foi um teste em sua capacidade de reter simpatizantes, tendo em vista a necessidade de formar uma heterogênea coalizão de governo.

Observa-se ainda que o eleitor “petista” e “antipetista” possui um sistema de preferências claro por determinadas políticas públicas e econômicas, crenças em torno dos processos eleitorais e atitudes em relação à democracia (Casalecchi, Vieira e Pereira, 2019). Nessa perspectiva, destaca-se que o sentimento de rejeição ao Partido dos Trabalhadores não é um fenômeno novo no Brasil. Samuels e Zucco (2018, p. 13, tradução nossa<sup>34</sup>) assinalam que durante trinta anos o PT foi a marca partidária de maior destaque no país, e as origens do antipetismo podem estar justamente em seu esforço bem-sucedido em cultivar o partidarismo positivo: “o sucesso do PT deu aos eleitores predispostos a não gostar dele um alvo claro”.

---

<sup>33</sup> Quando o centro ocupado pela presidência é altamente dominante e a rivalidade entre os parceiros da coalizão se dá dentro dos limites do negociável. Os efeitos da fragmentação partidária seriam mitigados pela força centrípeta do poder executivo federal, que teria alto poder agregador (Abranches, 2014).

<sup>34</sup> No original: “the PT’s success gave voters who were predisposed to dislike it a clear target”.



Nesse sentido, Rivarola (2020) argumenta que entre a eleição presidencial de 1989 e 2018 é possível perceber três momentos distintos do antipetismo, marcados por mutações em seu conteúdo e intensidade. Ilustra que na década de 1980 o temor de um governo de esquerda alimentava centralmente esse sentimento (primeiro momento). A campanha de 1989 nutriu a histórica aversão ao comunismo e à esquerda, e foi dirigida à frente eleitoral “Brasil Popular” composta pelo PT, PSB (Partido Socialista Brasileiro), PV (Partido Verde) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Num segundo momento, o antipetismo foi protagonizado pelo Mensalão e a crítica à corrupção, acompanhada pela ideia de que esse partido procura o poder para roubar recursos públicos ou para usá-los com o propósito de se manter no poder.

Assim, a autora delinea que o terceiro momento do antipetismo, em que aparece intensificado e radicalizado, exibe uma combinação dos dois elementos que definiram, respectivamente, o primeiro e o segundo momentos. Foi a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 que acabou selando uma combinação dos dois aspectos: o rechaço à corrupção intensificado pela Lava-jato e uma espécie de cruzada antiesquerdista e anticomunista. Rivarola (2020) ainda pontua que a agenda conservadora em torno de costumes e valores tradicionais que ganhou força na última década no Brasil – e que acusava o PT de violar ou colocar em risco esses valores – não constitui um elemento externo à trajetória histórica do anticomunismo.

O slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” que marcou a campanha de Bolsonaro diz muito sobre essa agenda apresentada como resposta a uma suposta transgressão moral por parte dos governos do PT. Vale a pena mencionar que ele foi o primeiro candidato competitivo desde a redemocratização a mencionar “Deus” em um lema de campanha (Nicolau, 2020). Ao tomar posse em janeiro de 2019, Bolsonaro discursou:

Aproveito este momento solene e convoco cada um dos congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e reerguer a nossa pátria, libertando-a definitivamente do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica. [...] Vamos unir o povo; valorizar a família; respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã; combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil será livre das amarras ideológicas (Agência Câmara de Notícias, 2019).

Considerando esse cenário, Rennó (2020) descreveu seis fatores que foram determinantes na adesão ao bolsonarismo: 1) uma reação cultural contra questões sociais e morais (relacionadas à defesa de uma influência de valores religiosos nos assuntos públicos); 2) atitudes favoráveis à punições mais severas no combate ao crime; 3) uma forte rejeição à corrupção; 4) uma perspectiva econômica liberal, favorável às privatizações; 5) uma forte

rejeição e ressentimento em relação ao PT; e por fim, 6) uma forte oposição à políticas sociais distributivas e igualitárias.

De forma semelhante, Solano (2019a) caracterizou alguns elementos da onda bolsonarista: o discurso antissistema, antipartidário, antipetista e o apoio a grupos evangélicos e militares. Nesse sentido, Wendy Brown (2019, p. 109) interpreta o tradicionalismo moral como elemento constitutivo do neoliberalismo. O neoconservadorismo seria parte do “pacto” para manter o status quo dos grupos dominantes e tolerar as desigualdades, onde os componentes do mantra “Deus, família, nação e livre iniciativa” não andam por caminhos separados. Concretamente, isso implicaria a promoção de valores tradicionais nas famílias, escolas e espaços cívicos, além de uma influência religiosa na vida política.

Para Gracino, Goulart e Frias (2021) a oposição ao PT e às políticas públicas associadas a ele foi central na composição dos diferentes segmentos da base eleitoral de Bolsonaro, em especial os evangélicos. Em consonância, Brown (2019) trata do ressentimento que surge da perda de uma posição de privilégio na sociedade, onde a raiva e o rancor em vez de permanecerem como sentimentos se convertem em valores firmados sobre atitudes que negariam a igualdade de direitos e o pluralismo social. Assim, o discurso de ódio é manifestado sem culpa e justificado como liberdade de expressão. Gracino, Goulart e Frias (2021) complementam que a abordagem ideacional do populismo é particularmente útil para a compreensão do “ressentimento”, “medo” e “desamparo” que determinados segmentos populacionais – ao se perceberem prejudicados por essas políticas – atribuíram à esquerda e, posteriormente, ao PT. Assim, a crítica se estruturou através da defesa de valores tradicionais e conservadores e o discurso religioso foi um mobilizador desses afetos.

Nesse seguimento, vários mapeamentos do comportamento político e eleitoral de grupos religiosos<sup>35</sup>, mas especificamente dos evangélicos, já foram feitos no Brasil, tanto em nível nacional como local. Os trabalhos ressaltam as afinidades do eleitorado evangélico com a direita no espectro ideológico (Bohn, 2004), percebem traços anti-esquerda e anti-PT (Pierucci e Prandi, 1995) e analisam como a exposição a líderes religiosos carismáticos e o hábito de frequentar a igreja podem ser determinantes no voto (Pierucci e Prandi, 1995; Rodrigues e Fuks,

---

<sup>35</sup> O impacto da religião no voto é discutido na chamada teoria sociológica do voto, que analisa como as características econômicas, sociais e demográficas afetam o comportamento do eleitor (Anduiza e Bosch, 2004). Sendo a chave para entender essa concepção as identidades culturais (como regionalismo, etnia e religiosidade) e consciência de classe (Figueiredo, 1991).

2015). A adesão evangélica ao bolsonarismo também já foi documentada. Na eleição de 2018 cerca de 70% desses eleitores preferiram Bolsonaro (Nicolau, 2020)<sup>36</sup>.

Tratando-se especificamente do tipo social com maior probabilidade de votar no Bolsonaro, Almeida e Guarnieri (2020, p. 149) destacaram o eleitor jovem (25 a 34 anos), branco, com alta renda familiar, evangélico e residente das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste do Brasil (dados do Lapop de 2019). Sendo os não evangélicos, os pobres e de classe média baixa e as mulheres negras e nordestinas o “bastião da resistência ao bolsonarismo”. Paralelamente, podemos descrever o perfil do eleitorado antipetista. Ele pode ser resumido como um eleitor de cor branca, com maior escolaridade, maior renda familiar mensal, localizado predominantemente no Sudeste e se autolocaliza na escala ideológica como centro-direita e direita (Paiva, Krause e Lameirão, 2016).

Destacamos que o eleitor antipetista também possui determinadas atitudes e crenças em relação às eleições e a democracia. Casalecchi, Vieira e Pereira (2019) com dados do Lapop de 2016/17 encontraram que parcela do eleitorado antipetista permanece “dentro” do sistema, participando e confiando nas eleições, enquanto outra parcela parece ficar de “fora”, não participando e desconfiando dos resultados. Classificam como “antipetista ideológico” os que não toleram especificamente os petistas, mas toleram outros grupos políticos, e chamam de “antipetistas sistêmicos” os que não toleram nenhum grupo político e até mesmo o sistema político de maneira geral. Entre os antipetistas, a maioria (40,9%) são “sistêmicos” e uma minoria (10,6%) são “ideológicos”. É o “antipetista sistêmico” que parece ser o mais propenso a não participar das eleições e a desconfiar de sua lisura. Quanto às atitudes democráticas, tanto antipetistas “ideológicos” quanto “sistêmicos” tendem a concordar mais com golpes militares do que os petistas.

Em suma, o debate público vem sendo protagonizado por “guerras culturais” divididos em dois campos de disputa entre grupos progressistas e conservadores (Solano, Ortellado e Moretto, 2017)<sup>37</sup>. Destaca-se que o conservadorismo possui fortes bases sociais e históricas no Brasil como podemos verificar nos estudos sobre o lacerdismo em Gláucio Soares (1965) ou sobre *As bases da nova direita* de Flávio Pierucci (1987). Porém, para Lacerda (2019, p. 18) o que se entende por “nova direita” hoje é o debate – com várias nuances – em torno da família

---

<sup>36</sup> Dados do Eseb de 2018.

<sup>37</sup> Os autores realizaram surveys em dois protestos, um a favor da Operação Lava-jato (25 de março de 2017) e outro contra a Reforma da Previdência (31 de março de 2017).

tradicional, do anticomunismo, do militarismo e de valores pró-mercado. E o que se entende por novo conservadorismo brasileiro – nomenclatura utilizada pela autora – é a atuação da direita cristã baseada na ideia de que o núcleo familiar (e não o Estado) “é a resposta para toda ordem de disfunções sociais”.

Ademais, Solano (2019b) ressalta que estudos que dimensionam tendências conservadoras na sociedade brasileira já apontavam que mais da metade da população possui posicionamentos conservadores em relação a diversos temas como direitos da população LGBTQI+ e direitos humanos, ainda que esses posicionamentos não sejam estáticos na opinião pública. A autora considera a existência de um público conservador que até então não se sentia representado por nenhuma alternativa eleitoral viável: “Bolsonaro deu espaço, voz, nome e prioridade a opções políticas e comportamentais que, durante os cerca de 14 anos de governo do PT [...] não estavam incluídas no espaço público hegemônico” (Solano, 2021, p. 51).

Pautas como “combater a ideologia de gênero”, mencionado no discurso do presidente, ganharam espaço no debate público antes mesmo da eleição de 2018. Essa terminologia apareceu nas contestações em torno do Projeto Escola sem Homofobia contida no Plano Nacional de Educação do Governo Federal, em 2013 (Leite, 2019). Simultaneamente com o fenômeno das Fake News, essa agenda foi intensamente mobilizada durante a campanha presidencial. Falsas narrativas foram usadas como propaganda negativa aos candidatos alinhados à esquerda na corrida eleitoral (Leite, 2019; Oliveira, Casalecchi e Bachini, 2019)<sup>38</sup>. Gomes e Dourado (2019) relatam que a chave para entender o fenômeno das Fake News atualmente está na pretensa “crise epistêmica” – intencionalmente produzida – que consiste em desqualificar as instituições tradicionalmente dotadas de credibilidade (como a ciência, a universidade e o jornalismo).

Para Cepêda (2018) a disputa intelectual é uma ação estratégica para a direita se organizar, quer seja para mostrar seu projeto político, quer seja para enfrentar seu principal oponente: a esquerda. Nesse aspecto, Chaloub e Perlatto (2016) destacam que cena cultural e política brasileira testemunha uma nova fração de intelectuais de direita, e o protagonismo no debate público desses autores é uma novidade devido a capilaridade de seus argumentos entre

---

<sup>38</sup> Oliveira, Casalecchi e Bachini (2019) analisaram como a internet e o WhatsApp atuaram para reforçar símbolos, mensagens e estratégias de alguns candidatos, onde a grande maioria do conteúdo era negativo e direcionado ao PT. Em consonância, Gomes e Dourado (2019) atestam que há uma consistente correlação entre o repentino pico na produção, difusão e uso de histórias políticas falsas, que ocorreu por volta de 2016, com o crescimento do movimento conservador de direita.

amplos segmentos da opinião pública. A tese de Camila Rocha (2018) é de que os primeiros *think tanks* pró-mercado fundados no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 institucionalizaram uma rede de divulgadores do ideário pró-mercado, deixando legados fundamentais para militantes que passaram a atuar a partir de contra-públicos virtuais durante o auge do lulismo.

Ressalta-se que os elementos aqui mencionados como alinhadores da base bolsonarista seguem sendo características desse eleitorado ao longo dos anos de governo do presidente, ainda que tenham adquirido novas dimensões diante da pandemia de Covid-19, como teorias conspiratórias, debates em torno da vacinação e negacionismo científico (Rennó, 2021). Nesse sentido, destaca-se a edição de 2021 da pesquisa nacional “A Cara da Democracia” que apontou que 50,7% dos brasileiros acreditam que o coronavírus foi criado pelo governo chinês e 56,4% acreditam que os hospitais são pagos para aumentar o número de pacientes mortos pela Covid-19 (Avritzer, 2021). Não obstante, diante do cenário de crises (sanitária, política e econômica) a adesão ao bolsonarismo e a popularidade do presidente sofreram diversas oscilações, gerando por conseguinte, um sentimento “antibolsonarista”. A dispersão da base desse eleitorado se deu principalmente pela percepção de uma conduta irresponsável do governo em relação à pandemia, além de denúncias de corrupção envolvendo a família Bolsonaro e uma conturbada relação do presidente com os outros poderes (Solano e Rocha 2020; Solano, 2021).

Em conclusão, este capítulo buscou fornecer uma visão dos trabalhos que analisam os valores e percepções dos cidadãos sobre o regime democrático no Brasil. Levando-se em conta o papel do antipartidarismo, antipetismo e por fim, do bolsonarismo. Vimos que tanto fatores de nível macro (como o período que um país viveu sob regime democrático e seu nível de prosperidade econômica) quanto micro (atributos individuais como o nível de escolaridade e interesse por política) afetam as perspectivas dos indivíduos sobre a democracia. E, diante de uma visão multidimensional da legitimidade, os resultados apontam que a adesão é mais consistente em algumas dimensões do que em outras. As conclusões de Booth e Seligson (2009) se repetem em outras pesquisas: altos níveis de apoio difuso à comunidade política e aos princípios do regime, e baixos níveis de apoio específico (instituições, autoridades e desempenho do regime). Sendo a ambivalência em relação à democracia uma característica vista em vários trabalhos (Moisés, 2008; Fuks et al., 2016; Fuks, Casalecchi e Ribeiro, 2019).

Nos estudos mencionados, todos as análises utilizam dados de *surveys* como base empírica. No próximo capítulo, parte empírica da dissertação, propõe-se uma abordagem qualitativa para o estudo da legitimidade democrática.

### 3 A percepção do eleitorado sobre o funcionamento da democracia

Diante do retrocesso democrático discutido no primeiro capítulo e da insatisfação com o regime e desconfiança nas instituições relatadas no segundo, a pergunta de pesquisa que se apresenta é: qual a percepção do eleitorado sobre o funcionamento da democracia no Brasil? Assim, a partir de uma abordagem qualitativa este capítulo busca descrever o comportamento dos eleitores a respeito do regime democrático, suas percepções, crenças e atitudes. Partindo da estrutura multidimensional (Norris, 1999; Booth e Seligson, 2009) e do apoio mais difuso ao mais específico nos termos de Easton (1975), o objetivo é verificar quatro dimensões da legitimidade pelos eleitores: apoio aos princípios fundamentais do regime; apoio às instituições do regime; avaliação do desempenho do regime; e apoio aos atores políticos.

A grande maioria dos estudos sobre legitimidade é baseada em métodos quantitativos (Borba e Cardoso, 2021). Os autores trazem perspectivas recentes que têm trazido inovações relevantes aos estudos sobre apoio político, e o estudo qualitativo de Carlin (2018) é citado. O trabalho em questão combina grupos focais, entrevistas e o método *Q-sort* para analisar padrões de representações subjetivas e comportamentais de perfis de apoio democrático<sup>39</sup>. Os estudos amparados por dados de *survey* não tem como propósito abranger a justificativa por trás da ponderação dos eleitores<sup>40</sup>. Para Veiga e Gondim (2001, p. 8) “para se compreender como o eleitor comum interpreta os acontecimentos sociais e age politicamente é preciso acompanhar o curso de seu pensamento, sua forma de representação e seu linguajar” e a abordagem qualitativa oferece condições favoráveis para esse objetivo.

A primeira seção do capítulo descreve a metodologia utilizada, a próxima seção é dedicada à apresentação da pesquisa e suas subseções são organizadas de acordo com as dimensões de legitimidade propostas.

---

<sup>39</sup> Ao examinar como os indivíduos constroem psicologicamente seu apoio ao regime, Carlin (2018) identificou sete perfis de crenças sobre a democracia, assim como o peso relativo, restrição e força dessas crenças em Santiago (Chile) e Buenos Aires (Argentina).

<sup>40</sup> Destaca-se que os métodos quantitativos utilizam de uma abordagem investigativa distinta dos métodos qualitativos. Gondim (2003, p. 150) caracteriza bem a natureza dessa diferença, e descreve que o primeiro “defende a aproximação entre ciência social e ciência natural, de tal modo que a mensuração, a quantificação, a busca da causalidade, do controle estatístico e de variáveis tornam-se o meio para gerar conhecimento válido e universal”. De outra forma, a abordagem qualitativa “destaca a diferenciação entre os dois tipos de objetos de estudo – o físico e o humano – ao admitir que, ao contrário do objeto físico, o homem é capaz de refletir sobre si mesmo e, através das interações sociais, construir-se como pessoa”.

### 3.1 Metodologia

A pesquisa foi conduzida entre os dias 8 e 20 de abril de 2021 na cidade do Rio de Janeiro pelo Grupo de Investigação Eleitoral (Giel) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Foram realizados oito grupos focais<sup>41</sup> por meio da plataforma virtual gratuita *Google Meet*<sup>42</sup>, com aproximadamente duas horas de duração cada e média de oito participantes por grupo, totalizando 62 pessoas.

A distribuição geográfica dos entrevistados cobriu as quatro zonas da cidade: Central, Norte, Sul e Oeste. Importante pontuar que os habitantes da cidade do Rio de Janeiro correspondem a 40% do total do estado, espalhados em 164 bairros. A área mais populosa é a Zona Norte, com 87 bairros e 42% da população do município. A Zona Central (ZC) e Sul (ZS) possuem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal mais alto do que o da Zona Norte (ZN), seguido da Zona Oeste (ZO). O Centro e Zona Sul também contam com uma renda domiciliar per capita duas vezes maior que a média da capital. Essas informações são do Sebrae (2015) com dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto Pereira Passos.

Assim, por serem respectivamente a primeira e a segunda mais populosa, a Zona Norte e Oeste tiveram maior representatividade. O recrutamento dos participantes foi feito por uma empresa especializada. O perfil demográfico foi classificado de acordo com as tradicionais variáveis socioeconômicas relacionadas aos estudos de opinião pública: sexo, idade, escolaridade, religião, ocupação, classe social e local de moradia. Para expandir os objetivos da pesquisa, o voto no segundo turno da eleição de 2018 foi adicionado. Todos os grupos foram mistos, isto é, compostos por homens e mulheres, com idade entre 25 e 55 anos e classe C de rendimento mensal. Essas informações podem ser conferidas no Apêndice A.

A condução das discussões seguiu um roteiro semiestruturado (Apêndice B) que explorou os valores democráticos dos eleitores, as percepções sobre a efetividade do processo

---

<sup>41</sup> Os grupos focais se caracterizam pela interação grupal, permitindo que as pessoas se expressem de maneira relativamente livre ao se discutir um determinado tema. Veiga e Gondim (2001) descrevem que essa técnica parte da premissa de que as pessoas são mutuamente influenciadas pelo jogo de forças que vai se constituindo no processo interativo, o que potencializa as conclusões sobre consensos e dissensos quanto aos tópicos debatidos.

<sup>42</sup> Ressalta-se também que o grupo focal on-line é semelhante ao grupo focal presencial. O fato de ser realizado em ambiente virtual é, na verdade, apontado como uma vantagem. Além de conveniências como economia de tempo, ausência de custos de deslocamento e capacidade de atingir residentes de diversas regiões, o “anonimato” é apontado como conveniente pelo fato de que, em geral, as pessoas tendem a se expressar mais sinceramente em ambientes virtuais (Abreu, Baldanza e Gondim, 2009).

eleitoral, confiança nos partidos e nos políticos, além da satisfação com o desempenho do governo e da economia. A moderação foi exercida pela professora e pesquisadora Luciana Veiga (Unirio). A dinâmica de funcionamento dos grupos seguiu algumas etapas: num primeiro momento, foi feita uma apresentação informal pelos próprios participantes (nome, local de moradia, profissão que exerce etc.), seguida de uma explicação do processo da pesquisa (apresentação da moderadora e da equipe, a necessidade da gravação em vídeo e garantia de anonimato) e por fim, o seguimento com base no roteiro.

Quanto à análise e interpretação dos resultados, as percepções, crenças e atitudes do eleitorado serão mapeados de acordo com as dimensões da legitimidade e seus objetos que podem conferidos no Quadro 1. Os participantes serão classificados de acordo com o sexo, idade, local de moradia e voto no segundo turno da eleição de 2018. Quando as características se repetirem os participantes serão distinguidos pelo bairro.

**Quadro 1** - Dimensões da legitimidade democrática empregues.

Apoio político	Dimensões	Objetos
Difuso ↑ ↓ Específico	1. Apoio aos princípios fundamentais do regime.	Valorização do voto e de manifestações políticas e interesse por política.
	2. Apoio às instituições do regime.	Confiança nos partidos políticos, no processo eleitoral, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal.
	3. Avaliação do desempenho do regime.	Avaliação do Governo Federal e da situação econômica do país.
	4. Apoio aos atores políticos.	Confiança nos candidatos e políticos e percepção sobre a corrupção.

**Fonte:** Baseado em Norris (1999) e Booth e Seligson (2009).

O voto em 2018 será classificado de acordo com as atitudes dos participantes em relação a Bolsonaro, enquanto candidato e presidente. Assim, aqueles que optaram por Haddad serão considerados “não simpatizantes”. O eleitorado que optou por Bolsonaro será dividido em três grupos diferentes considerando suas opiniões acerca do governo: os fiéis (aqueles que mantêm um apoio constante ao presidente); os apoiadores críticos (aqueles que fazem críticas ao governo mas podem optar por Bolsonaro novamente diante da falta de alternativas ou um possível segundo turno contra o PT); e os arrependidos (que se arrependeram do voto em 2018 ou que não votariam em Bolsonaro numa próxima eleição). Essa classificação é baseada em Solano e Rocha (2020).



## 3.2 Resultados e discussões

### 3.2.1 Apoio aos princípios fundamentais do regime

A primeira dimensão está associada ao apoio aos princípios fundamentais do regime, considerando aqui a participação política e eleitoral. Se considerados indispensáveis à democracia, essa participação deve ser valorizada e incentivada pelo eleitorado. Assim, a importância dada ao voto, o apoio a manifestações e o interesse pela política serão ponderados.

À primeira vista, percebe-se que a adesão normativa ao voto é predominante em todos os grupos. A maioria dos participantes – independente das características sociais e escolha em 2018 – o reconhece como uma ferramenta essencial para mudar a realidade social onde vivem. A palavra “esperança” é recorrente quando demonstram que escolher seus representantes é a única via para visualizar um futuro melhor. Apesar de muitos depoimentos evidenciarem uma constante insatisfação com o desempenho dos atores políticos, esses eleitores não rejeitam o voto, pelo contrário, o valorizam como uma forma de tentar “fazer a diferença”.

Sou uma jovem de 24 anos, então eu votando eu já visio lá na frente, o futuro. O Brasil que eu quero para os meus filhos, para os meus sobrinhos, então eu penso nas próximas gerações depois de mim. [...] É quem vai estar lá que pode visar pelas coisas que eu acredito que sejam boas, uma boa saúde, uma boa educação, uma boa administração, é muito importante. Eu votando e podendo escolher essa pessoa que tem essa posição política para poder me representar lá, é muito importante eu vou votar. (Mulher, 24, ZN, não simpatizante).

Meu voto faz a diferença. E um dia se Deus quiser vou mudar isso aí com meu voto, ver que meu voto valeu muito a pena. Um dia vou parar de me arrepender, um dia vou falar “caraca, realmente eu votei certo”. Com 33 anos a esperança é sempre a última que morre. (Homem, 33, ZN, arrependido).

Eu sou brasileira, então eu tô sempre acreditando no meu país, eu moro aqui. Pra mim reclamar eu tenho que estar votando, fico na fila, pode estar chovendo ou estar sol, vou com a minha identidade, voto de coração, não voto por votar. (Mulher, 40, ZN, fiel).

Não optar por um candidato também é considerado uma omissão, em que os eleitores não poderão reclamar no futuro, visto que se abstiveram. Assim, procurar pelo concorrente “menos pior” seria uma alternativa para não votar nulo ou em branco.

Anular o voto é ser omissivo, é você não cumprir com seu papel de cidadão, é basicamente você chegar e dizer “não faz diferença para mim, tá bom do jeito que tá”. (Homem, 28, ZC, arrependido).

Eu não voto nulo, sempre procuro escolher um candidato por pior que seja. Nas últimas eleições eu realmente não tinha um candidato favorito e acabei votando em parte por rejeição ao outro. Mas não deixei de ir, de posicionar o meu voto, porque eu acho que é importante a gente ter sim uma escolha. Não importa o que você pensa, um daqueles dois vai ocupar o cargo, independente

da sua vontade alguém vai ter que ocupar aquela cadeira, então acho que vale refletir. [...] Acho que votar nulo para mim não é uma opção. (Mulher, 25, ZS - Botafogo, não simpatizante).

Eu nunca anulei, nunca deixei de votar. O que todo mundo está falando é verdade, a gente escolhe o menos pior. (Mulher, 36, ZN, arrependida).

A valorização do voto também é expressa como um sentimento de “fazer valer a cidadania”, como um direito conquistado e um ato de respeito ao passado. O sufrágio feminino e o fim da Ditadura Militar são mencionados para representar o voto como um dever cívico.

Principalmente para mim que sou mulher, um direito adquirido depois de muita luta, e eu fico entristecida de ver muitas mulheres falando que “ah é uma obrigação, é um dever, uma coisa que devia ser optativa”. Eu discordo, é um direito que a gente adquiriu depois de muita luta e é extremamente importante, é privilégio hoje em dia a gente poder tá votando. [...] Eu não me sinto obrigada, eu agradeço por poder votar. Eu tenho esse direito de escolher presidente, prefeito, isso é liberdade, você tá expressando o seu voto. (Mulher, 34, ZN, não simpatizante).

Eu acho que a gente brigou muito, eu tô ficando velho eu me lembro ainda do Arena e do MDB, quando era imposto pra gente o presidente, era imposto pra gente tudo, a gente não tinha direito a nada. E hoje que a gente tem direito... falar “não” para isso, não aceito. Eu voto, posso estar votando errado, posso tá fazendo a coisa errada, mas eu não perco o meu voto. Eu vou lá e confirmo como cidadão. (Homem, 50, ZO, crítico).

Eu acho que a gente deve votar sim, pelo fato de respeitar não só o nosso futuro, mas sim o passado. A gente lutou. Assim, foi monarquia, depois foi Golpe Militar, então o dever de votar... eu acho que a gente deve respeitar o passado. (Homem, 25, ZN, não simpatizante).

O ambiente político no Brasil é por vezes comparado a um ambiente de guerra, onde o voto se apresenta como a “arma do povo” para mudar os rumos da sociedade.

A arma do bandido é o revólver e a pistola, e a nossa arma é o papel e o nosso voto. [...] Porque a cidadania que eu estou exercendo é o maior valor que eu tenho na minha vida. (Homem, 45, ZN, não simpatizante).

Você vai ficar para fora, não quer saber, se der ruim ou se for bom não pode reclamar depois no futuro. Você tá saindo fora da questão de melhorar o país, é como se fosse uma guerra, você tá lutando para melhorar a sua posição. A gente tá na guerra no Brasil. (Homem, 50, ZN, crítico).

Nós temos essa arma que é o voto, se você não votar nos seus candidatos você não tem o que reclamar. Eu votei no Paes, se ele fizer uma má administração eu posso reclamar porque eu votei nele, mas se eu não votar, votar em nulo, vou reclamar de quê? (Mulher, 45, ZN, fiel).

Apesar disso, a adesão ao voto não é algo generalizado, sobretudo entre os eleitores da Zona Central e Zona Oeste. Essas pessoas demonstram profunda insatisfação com os governos e atestam que nada muda no cenário político, econômico e social do país. A descrença com o sistema também parte da profunda insatisfação com os políticos, considerados uma classe

corrupta e não dignos de um “voto de confiança”. Devido às constantes decepções, anular o voto se apresenta como a única solução. Essa desvalorização do voto é maior nas eleições municipais ou para cargos legislativos. O voto para presidência é considerado de maior relevância e dimensão.

Já fiquei 12 anos sem votar, anos seguidos. [...] Porque com tantas coisas que eles falam na hora do horário eleitoral, fala que vai fazer isso e aquilo, e as coisas só ia piorando, então eu mesmo falava “eu não vou sair da minha casa, não vou gastar meu dinheiro de passagem para chegar lá e votar numa pessoa que tem que estar dentro da cadeia”, esse era o meu pensamento. Que não vai fazer nada por ninguém, só falam falam e mais nada, promete e rouba. Então eu falava assim... que eu não ia sair do meu conforto para chegar lá e ser mais um brasileiro a ser enganado. (Mulher, 32, ZO, não simpatizante).

Nas próximas eleições eu vou avaliar muito, muito, muito se eu vou realmente sair da minha casa pra votar, porque não existe o novo, não estou vendo novo, tá tudo velho, o novo não é novo e o velho continua velho. (Mulher, 50, ZO, crítica).

Esse ano votei mas há muito tempo eu não votava em ninguém para prefeito. Eu achava que era muita corrupção. [...] A maioria das vezes era sempre nulo. Mas esse ano resolvi dar uma chance pelos debates que eu assisti na televisão. [...] Porque eu não confiava em ninguém, achava que tudo tinha corrupção envolvido. (Mulher, 43, ZC, fiel).

É um pouco complicado... porque se você tem a maioria dos candidatos respondendo a algum processo por corrupção ou outro qualquer, você votar numa pessoa dessa é complicado. Esse é o motivo pelo qual eu prefiro anular meu voto. [...] O voto é importante, mas pra votar em pessoas dignas, não pessoas que estão respondendo processos como a maioria dos candidatos do nosso país. (Homem, 46, ZC, fiel).

Os participantes foram perguntados se votariam caso o voto não fosse obrigatório no Brasil. Assim como a valorização do voto, a predominância das respostas era de um apego à cidadania, em que a participação era necessária e afirmaram que votariam mesmo nesse cenário. De outro modo, aqueles cidadãos mais apáticos e insatisfeitos disseram que não participariam.

Eu votaria mesmo se não fosse obrigatório, por questão até de participar. É exercer a cidadania, e também porque eu tô ali sempre vendo, eu gosto de saber que eu contribui. A gente vai errar muitas vezes né, às vezes a gente vai votar, achar que vai fazer e não vai fazer. Mas se todo mundo pensar que não vai votar e aí? Como é que é vai ficar? Quem é que vai escolher? Quem é o responsável por escolher? Somos nós, os brasileiros, entendeu? (Homem, 39, ZO, crítico).

Eu não votaria. Primeiro, eu não iria sair da minha casa para enfrentar fila, pegar condução para ir votar. Até porque eu vou, eu escuto muito debate, discuto com pessoas sobre o presidente, governador, prefeito e depois que o cara entra não é nada daquilo que falavam, que eu imaginava que fosse. Então eu não votaria, que depois eu me sinto assim culpada quando eu vejo que a pessoa tá fazendo uma coisa aonde várias pessoas estão reclamando, eu me sinto culpada de ter ido lá e ter votado. (Mulher, 52, ZO, arrependida).

Já a discussão sobre a necessidade da obrigatoriedade do voto é colocada sobre dois pontos de vista. As pessoas que são a favor acreditam que muitos brasileiros deixariam de participar da vida política caso não fossem obrigados a ir votar, também acreditam que a multa é irrisória e aqueles que decididamente não querem participar teriam essa opção.

Eu sou a favor do voto obrigatório porque senão as pessoas não vão, ninguém vai. Infelizmente. Eu acho importante ir, é um direito que nós temos, é um direito que nós conquistamos com muita luta e com muito esforço, conquistamos nosso direito de votar. Só que infelizmente o povo brasileiro é muito acomodado, então se não for obrigatório ninguém vai votar e a gente nunca vai ter uma mudança. O voto é necessário para que a gente tenha que mudar, é a nossa voz, então se a gente não for lá o Brasil nunca vai mudar. (Mulher, 43, ZO, não simpatizante).

Eu acho que se não existir o voto obrigatório ninguém vai querer levar com responsabilidade isso. Aí depois vai todo mundo querer falar que quer um país melhor isso e aquilo, mas ninguém quis ter a obrigação de ir lá. É um dever, não é nem uma obrigação, da gente ir votar. [...] Eu acho que se o voto não fosse obrigatório muitas pessoas não iam conseguir votar até mesmo por questão de trabalho, vamos supor se caísse a eleição no dia de trabalho, acho que se o voto não fosse obrigatório muitos patrões não iriam liberar as pessoas para irem votar, mesmo você querendo ir votar. (Homem, 30, ZO, fiel).

No Brasil não tem como haver democracia em certas coisas, porque o brasileiro não está preparado pra democracia, tem que ficar guiando ali, igual burrinho. Se não votar vai deixar na mão deles, dos maiores, a gente votando eles já controlam, imagina sem votar, eles vão fazer o que eles querem. (Mulher, 34, ZN, não simpatizante).

Os que são contra entendem que a compulsoriedade não é uma característica da democracia, mas sim uma ofensa à liberdade. Acreditam que se não fosse obrigatório o voto seria mais consciente e até estimularia os políticos a cativar e educar o eleitorado. Na maioria dos grupos mesmo aqueles eleitores que demonstraram muita importância ao ato de votar se mostraram contrários ao voto obrigatório.

É um direito meu eu vou exercê-lo, mas porque a obrigatoriedade? Que se eu não votar eu tenho que pagar uma multa? Está errado, é uma democracia e eu tenho que votar se eu quiser. [...] Eu particularmente vou, mas a palavra democracia não existe quando você é obrigado a ir. (Mulher, 48, ZN, fiel).

Quantas vezes eu fui votar com o numerozinho do candidato, chegando lá eu esquecia, mas era obrigatório, e eu doida para ir pra praia e apertava qualquer numerozinho. Quantas vezes eu já fiz isso quando nova. Outra, eu acho que se não for obrigatório quem for votar é porque realmente é um dever cívico, é você querer mudança, é você estudar, sabe? Tem todo um processo desse eleitor. (Mulher, 50, ZO, crítica).

Acho que ele deveria ser facultativo por uma questão ética, de liberdade individual da pessoa. Ela tem o direito de delegar isso a outras pessoas. [...] Eu acho que também tornando ele facultativo você faz com que a classe política tenha que educar a população sobre a importância do voto. O cara não vai porque ele é obrigado, ele vai ter que ir porque vai ter que adquirir uma

consciência como cidadão, e esse é um processo educacional, você obriga que o estado eduque melhor o cidadão e ele por própria vontade, por iniciativa individual, considere e tenha esse valor de que o voto é importante. (Homem, 34, ZS, arrependido).

É recorrente a comparação do Brasil com outros países considerados de “primeiro mundo”, onde existiria uma real democracia. Supõem que mesmo diante da não obrigatoriedade os eleitores desses países votariam massivamente pelo “bem público” ou “amor à pátria”.

No Brasil você é obrigado a servir quartel, nenhum país desenvolvido é assim. Estados Unidos, Noruega e outros países, ninguém é obrigado a votar ou a servir o quartel, você vai se você quiser, isso é democracia. Pra mim isso é democracia! Se você é obrigado, pra mim isso é ditadura! (Homem, 50, ZN, crítico).

O Estados Unidos é um país de grande porte, tem grandes políticos lá, a maioria vai votar não sendo obrigatório, porque sabe que o país tem políticos de alto padrão e lá ele faz pelo cidadão. Por isso que eu acho que o voto obrigatório não faz nada a ninguém. “Ah eu sou obrigado a votar, então vou votar nesse, vou votar no outro” e fica isso, fica essa festa. Cidadania é querer votar quando a gente quiser. (Homem, 45, ZN, não simpatizante).

A discussão sobre política é concentrada no período eleitoral, onde os participantes relataram se informar sobre os candidatos pelos debates, internet e entre seus pares. O entendimento é de que o eleitor brasileiro é pouco educado para discutir sobre o assunto. Mas acreditam que a conversa é saudável e importante para educar as futuras gerações.

Eu me considero um analfabeto político. [...] A maioria hoje eu considero analfabeto político de fato nesse país, porque a gente não tem um estudo bom, e com isso a gente também não consegue se preparar politicamente para melhorar o nosso país. A gente tem que estudar, a gente tem hoje as ferramentas para estudar que é a internet. (Homem, 50, ZO, crítico).

É porque infelizmente o brasileiro também não procura estudar o político primeiro, os eleitores não procuram saber, se informar. Às vezes vota porque é compra de voto ou porque alguém falou “ah vota nele aí para me dar uma força” e acaba não se interessando por política. [...] Nós temos que ensinar nossa juventude a escolher nossos governantes, ensinar a aprenderem a gostar de política, porque é o futuro deles. (Homem, 39, ZN, fiel).

Eu acho que para além de votar é também fazer um debate saudável né. É o que eu falo, não se discute política, se conversa política. (Homem, 25, ZN, arrependido).

Tenho 46 anos e hoje eu gosto muito de estar antenado em tudo o que está acontecendo em relação à política do nosso país. (Homem, 46, ZS, não simpatizante).

Eu procuro sempre ver debates, converso muito com as pessoas sobre o candidato, o que eles acham também, o que eles já fizeram né. Procuro ver o que eles têm em mente pra poder fazer. [...] Tipo, eu pergunto, converso com as pessoas para saber. (Mulher, 52, ZO, arrependida).

A participação política para além da esfera eleitoral foi expressa positivamente como um modo de manifestar insatisfação e união popular, assim como o poder do voto. Por outro lado, ele foi considerado não genuíno quando associado ao financiamento por determinados partidos ou organizações.

Tipo realmente a pessoa cobrar mesmo, ir para as ruas entendeu, e tudo mais. Só o voto, da pessoa ir lá e pronto acabou, o que muitas pessoas fazem, acho que só isso não é tão forte. [...] Quando eu falo em ir para rua e tudo mais, não é por um partido, presidente, por ninguém, é ir pelo Brasil. Eu até entendo que as pessoas vão muito pelo partido, mas quero dizer ir pela população pelo povo. (Homem, 34, ZN, não simpatizante).

Se a gente pega isso aí e vai para rua, seja você de direita ou seja de esquerda, ou se você é do centrão, se junta todo mundo e vai para rua para poder manifestar e cobrar. [...] Cadê que ninguém se manifesta para acabar com isso tudo? A gente que tem que se unir, não ficar brigando com um e com outro por causa deles não. (Homem, 39, ZN, fiel).

Quanto a ir para rua, gritar e bater no peito, isso aí depende muito, porque muitos estão ali comprados. [...] A maioria das pessoas que votam de coração elas não saem na rua por medo, medo de ser agredida, medo de apanhar, tem muita violência. [...] Estamos no século 21 e aquele grito de guerra nas ruas hoje em dia não são totalmente verdadeiros. Já teve sim no passado gritar pelo seu país, brigar, hoje em dia eu discordo. Hoje em dia o dinheiro tá gritando mais alto, infelizmente. (Mulher, 40, ZN, fiel).

São pessoas que às vezes são a massa de manobra. São partidos políticos que se juntam e bancam ônibus, bancam tudo para poder você ir pra tal lugar na manifestação, eu quero ver você sair com o dinheiro do seu próprio bolso. (Homem, 39, ZN, fiel).

### *3.2.2 Apoio às instituições do regime*

Essa dimensão se refere às atitudes dos cidadãos em relação às instituições políticas. Levaremos em consideração o apoio e confiança depositada nos partidos políticos, no processo eleitoral, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal.

A princípio, ressalta-se que as organizações partidárias carecem de credibilidade perante os participantes. As percepções predominantes são céticas e negativas. A explicação para a baixa confiança sempre aparece relacionada aos episódios de corrupção. As falas também apontam para o baixo desempenho: às expectativas criadas e conseqüentes frustrações. O questionamento sobre o repasse de verba pública aos partidos feito por um eleitor é um ponto a ser destacado, o entendimento é que o fundo partidário favorece legendas “nânicas” ou “de aluguel” que sobrevivem sem apoio popular. E, além disso, acredita que os partidos deveriam se autossustentar.

Não tem para onde correr, é difícil. Hoje são organizações criminosas que roubam o povo, esses partidos aí quase nenhum presta, se tiver, é um ou outro que talvez tenha. (Homem, 50, ZN, crítico).

Eu não sou nenhum partido doente, eu não defendo nenhum deles, todos tiveram problemas, todos tiveram suas deficiências. (Mulher, 39, ZO, não simpatizante).

Agora tem partidos que têm pouquíssima representatividade, tem partidos aí que nem elege deputado e sobrevive como partidos de aluguel. [...] Ou seja, esses partidos não fazem absolutamente nada para a população. E tem vários esquemas de corrupção que a gente vê no fundão eleitoral, então eu sou terminantemente contra isso. (Homem, 34, ZS, arrependido).

Acho que os partidos deveriam se comunicar com a população e achar mantenedores. [...] Acho que se o partido é bom, se a ideia é boa e a população abraça, eles vão conseguir vender essa ideia para a população, é um trabalho mais difícil e mais árduo, então eu creio que eles não querem fazer. Se eles não querem nem vender a ideia, como que eu vou acreditar nessa pessoa, nessa instituição, nesse partido que vai falar que vai governar para mim? Eu vou acreditar que eles vão ter boa vontade para resolver os problemas do país? (Homem, 34, ZS, arrependido).

O antipartidarismo mencionado nos grupos foi integralmente direcionado ao PT. A forte rejeição ao partido foi manifestada principalmente como justificativa para o voto em Bolsonaro em 2018, como uma reação à “roubalheira generalizada”. Houve duas menções a outros partidos: o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Novo. O primeiro foi lembrado positivamente através da atuação do Brizola no estado do Rio de Janeiro (Homem, 46, ZS, não simpatizante) e o segundo foi relacionado a João Amoedo e a falta de ciência sobre esse partido no Nordeste (Homem, 40, ZS, arrependido).

A eleição que colocou o Bolsonaro foi a eleição que não queria o Lula, não queria o PT. (Homem, 41, ZO, crítico).

Votei no Bolsonaro por conta de não estar satisfeito com o governo do PT, que vinha há anos e anos e teve algumas crises, uma dessas crises ajudou a quebrar um negócio que eu tinha, entendeu? Eu tava insatisfeito. (Homem, 44, ZO, crítico).

Eu votei nele porque eu não aguentava mais o PT, essa roubalheira toda. Eu não estava satisfeita. [...] O PT eu não quero, não tenho vontade de ter de volta. [...] O PT foi enganação. (Mulher, 47, ZN, crítica).

Eu não tenho partido, eu votei no PT três vezes, votei no Lula e votei na Dilma e me decepcionaram né. [...] Todos tem defeitos, como a decepção com o PT, roubalheira e várias coisas. [...] Eu não quero mais o PT no governo, eu quero alguma coisa diferente. Eu quero pelos meus filhos e meus netos. (Homem, 50, ZN, crítico).

Sob outra vertente, aqueles que defenderam o voto no PT não esboçaram necessariamente um sentimento de afeição em relação à legenda.

O pessoal fala “ah mais o PT rouba”. O PT realmente roubou, qual deles não roubou? Vai me dizer que Bolsonaro não tá roubando? Que a gente não está sabendo? Os filhos dele não tá roubando? [...] Para mim, no ruim no ruim, o único que... o PT passou mais pelo menos olhou para a maioria, que somos nós pobres. Não esqueceu da gente em momento algum. (Mulher, 47, ZN, não simpatizante).

Não sou PT doente, mas é o que eu falo: a gente vai em um para evitar o pior. Não é que a gente aposta muito em um, porque todos eles têm seus problemas, mas a gente vai naquele que possa trazer menos problemas. (Mulher, 39, ZO, não simpatizante).

O processo eleitoral brasileiro nos últimos anos foi tomado pelo debate sobre a segurança das urnas eletrônicas. Como apresentado no primeiro capítulo, essa contestação foi protagonizada pelo próprio presidente Jair Bolsonaro. Um levantamento anteriormente realizado pelo Giel da Unirio já estimava que 76,5% dos eleitores cariocas não confiam ou têm pouca confiança na urna (Guatimosim, 2020). Os grupos focais permitiram compreender que essa desconfiança se estende a todo processo político e eleitoral. A ideia prevalecente é de que no Brasil tudo pode ser corrompido e a maioria das opiniões era de que “é preciso confiar desconfiando”. Em geral, a falta de segurança no mundo digital foi descrita para fundamentar a desconfiança. As explicações passavam pela alusão de que é possível hackear tudo hoje em dia – ainda que a urna não tenha conexão com a internet – e também pela sensação de que os candidatos, presumivelmente corruptos, fariam de tudo para se eleger. Vale destacar que os participantes da Zona Norte e Zona Oeste foram os que mais manifestaram desconfiança.

Confio desconfiando. [...] Mas como sempre tem uma falcatrua, sempre tem aquele jeitinho brasileiro que é impressionante, apavorante, esse jeitinho brasileiro, a gente acaba desconfiando de algumas coisas. É inevitável não desconfiar. (Mulher, 30, ZO, fiel).

Quando criaram isso foi muito legal, no mesmo dia a gente já sabe quem ganhou, a gente já sabe tudo. Mas é aquele negócio né, o Brasil é complicado. Então é assim, pode ser que alguém roube, pode ser. Não ponho minha mão no fogo de jeito nenhum. (Mulher, 36, ZN, arrependida).

Tem muita gente desonesta, tanto na questão do hacker quanto também se fosse papel. Tem muita gente que se vende por qualquer coisa, então é difícil da gente confiar, no Brasil tem muita fraude em tudo. (Mulher, 47, ZN, crítica).

O ser humano não é 100%, imagina uma máquina. É um sistema, onde pode sim alguém conseguir entrar e modificar, botar uma informação, tirar uma informação, não sei. Mas eu acredito que possa ter essa possibilidade. (Mulher, 43, ZO, não simpatizante).

Se um hacker invade a NASA, não vai invadir um negócio brasileiro? Então eu não confio em nada disso. (Homem, 40, ZN, crítico).



Os bolsonaristas fiéis foram mais enfáticos ao questionar a urna e defender o voto em papel. Na visão deles, o equipamento eletrônico é extremamente vulnerável a fraudes e o voto em papel proporciona o acompanhamento da contagem “voto a voto”. A alternativa de ter comprovante impresso do voto também é colocada.

Demorava para caramba contagem de votos no papel, as eleições demoravam para caramba, as urnas adiantaram bastante, porém eu não acho que é seguro. [...] Voto em papel podia demorar uma semana, mas ia ser contado voto a voto. (Homem, 39, ZN, fiel).

Eu preferia o papelzinho escrito, eu acho que tem até alguns países que ainda trabalham assim dessa maneira, com certeza tudo que é computação... Acho papel uma forma bem honesta, papelzinho com certeza. (Mulher, 40, ZN, fiel).

Atualmente eu acho que deveria ter um voto impresso, ter uma impressora pra imprimir os votos. [...] Pra pessoa ter certeza em quem votou. [...] Eu tenho 53 anos e já acompanhei a eleição na cédula, porém, o que eu via e acompanhava na televisão... tinha várias pessoas de vários partidos políticos, as pessoas ficavam lá embaixo e eles em cima acompanhando a contagem das cédulas. Numa máquina eletrônica, como você vai acompanhar essa contagem? Como você vai ter várias pessoas, de vários partidos, olhando aquela contagem? Como se faz isso? Não se explica para ninguém. E a contagem vai toda para Brasília, para ser decidido num local que não tem ninguém. É complicado. É muito complicado essa urna eletrônica aí. (Homem, 53, ZN, fiel).

Muitos daqueles que afirmaram que o processo de votação é seguro e confiável relataram a experiência de trabalhar nas eleições. Os não simpatizantes de Bolsonaro ou aqueles arrependidos do voto em 2018, assim como os participantes da Zona Sul demonstraram uma maior confiança. Cabe ressaltar que um estudo de Borba e Ross (2021) apontou que as pessoas com maior confiança são do sexo masculino, mais velhas, com alta renda e escolaridade. Outro dado relevante é que os eleitores que sempre confiam nas declarações do presidente têm 68% mais chance de não confiar na urna eletrônica quando comparados com os eleitores que nunca confiam nas declarações.

Eu fui voluntário durante 12 anos, eu participei de três eleições como suplente e como fiscal de prédio, prestando esse serviço ao Brasil, eu participei dessa migração do voto impresso para o voto eletrônico. Eu acredito 100% no processo da urna, ela não tem nenhum vínculo com a internet, ela é simplesmente ligada numa tomada, não tem acesso nenhum, Wi-Fi, não tem nada. As pessoas inventam, a gente vê agora o Presidente da República tentando de qualquer forma mudar a forma de votar, ele quer retroceder, quer andar para trás. O Brasil hoje é considerado no mundo uma das melhores apurações em eleições, a nível de segurança, de rapidez, de apuração. Então eu acredito 100% que é urna eletrônica é de confiança. (Homem, 46, ZS, não simpatizante).

Em questão de urnas, de burlar os votos, eu acho que isso aí é praticamente impossível. É muita segurança em relação a tudo. Já fui mesário algumas

vezes, então você vê a segurança. [...] A gente chega, vê como é tudo lacrado. Então eu acredito que não tenha como burlar nada. No término a gente tira tudo, sabe o número de votos e tudo mais. Aí envia para os responsáveis. Ali dentro não tem como ninguém fazer nada diferente para burlar votos e beneficiar alguém. (Homem, 32, ZN, não simpatizante).

Para além da discussão sobre o sistema de votação, o processo eleitoral também foi questionado por outros aspectos, como a distribuição do Fundo Eleitoral e do HGPE, a conversão de votos em mandatos políticos e o uso de “robôs” para disparo automatizado de mensagens pelo WhatsApp.

Eu não acho que as eleições sejam justas, porque você começa a segregar pelo tempo de televisão que os candidatos têm, começa a segregar pela quantidade de dinheiro que essas pessoas têm, fica uma coisa desigual né. O Brasil é um país continental né, maior do que a Europa, então você não consegue por exemplo, fazer com que os eleitores em todas as cidades recebam a mesma informação, porque determinado candidato não tem dinheiro para viajar, determinado candidato tem um segundo de televisão enquanto outros têm uma hora para poder falar, acho que isso chega a ser ridículo né. Você tem essa disparidade. (Homem, 40, ZS, arrependido).

Eu confio 100% [na urna]. Mas a questão da justiça eu não vejo no processo eleitoral, se você pegar uma eleição para deputado estadual e federal você não tem justiça porque o partido político pode eleger com um número pequeno de votos uma pessoa, e dependendo do partido político a pessoa teve o triplo de votos e ela não se elegeu. Então eu não vejo justiça nesse processo eleitoral, eu acho que teria que ser em relação ao número de votos. (Homem, 37, ZS, não simpatizante).

Mas o candidato fazer a campanha dele, isso eu não confio, porque quem tem dinheiro pode mais, quem tem dinheiro vai para fake news, quem tem dinheiro bota o WhatsApp robô. Isso para mim não é legal, isso não é lícito, então nessa parte eu não confio, na parte do político. Mas na urna confio sim. (Mulher, 55, ZC, não simpatizante).

Eu acho uma política suja, que realmente a gente vê aí esse fundo partidário, eles favorecem os grandes partidos. Então a gente tem aquelas campanhas desfavoráveis, aquelas campanhas dos mais ricos e as campanhas dos mais pobres, é onde os mais ricos conseguem fazer aquela política maçante, aquela política de quem paga mais, e é onde eu acho uma política suja. (Homem, 41, ZO, crítico).

Quando perguntados sobre a efetividade da Justiça Eleitoral, a resposta comum é de que no Brasil tudo parece ser mais complicado de se fiscalizar, além de que, dentro do órgão também pode haver corrupção.

Eu acho que realmente funciona, porém infelizmente no meio deles existem corruptos também né. A pessoa pode oferecer um valor e ele pode até deixar passar batido. Se realmente fossem todos ali 100% correto, honestos, eu acho que funcionaria. (Homem, 39, ZN, fiel).

Eu concordo que não são em todos os lugares, qualquer fiscalização no Brasil é muito complicada, é um país muito extenso, mas acontece. É óbvio que a

justiça não consegue estar em todos os pontos, todas as seções eleitorais para fiscalizar todos de perto. (Homem, 25, ZN, arrependido).

A atuação do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal foi lembrada constantemente para mencionar os atritos com o Presidente da República. Entre os apoiadores de Bolsonaro, críticos ou fiéis, o argumento era de que esses poderes ultrapassam suas competências e sabotam a agenda do governo federal. A performance do STF também foi questionada por “favorecer bandidos” e praticar “militância política”.

Eu acho que os ministros do STF, a maioria deles deveria ser trocados. Porque um cara que libera o André do Rap e no outro dia diz que a polícia federal tem que prender de novo. Olha o trabalho que a polícia federal teve pra prender aquele cara. E outros ministros que ficam tipo... PSOL entra com uma ação boba, vai lá e é ganho de causa. No momento desses que a gente precisa de uma administração rápida e eficaz são partidos nanicos entrando com uma ação e o STF derrubando tudo que é decreto do presidente, não é para isso. STF não é para militância, STF é para verificar as leis e defender a Constituição, e isso eles não estão fazendo. (Homem, 53, ZN, fiel).

O país só não está melhor por culpa da tentativa de derrubar o presidente de todas as formas, a oposição, o STF, a Câmara. [...] Eu estou gostando muito do governo e eu acho que o país não está melhor porque tem pessoas que querem derrubar o governo, que não ajudam o país a subir, porque perderam a mamata. (Homem, 46, ZC, fiel).

Você já vê aí que existe um sistema corrupto muito grande, e isso em todas as esferas, não só no Executivo, como no Legislativo, e no Judiciário também. Principalmente no STF. (Homem, 36, ZC, crítico).

O Supremo não deixa ele governar né. Tudo que ele quer fazer nego não deixa, o Rodrigo Maia foi um, o presidente do senado foi outro, fizeram de tudo para derrubar, tudo que ele fazia a favor do povo era derrubado. (Homem, 50, ZN, crítico).

Ninguém deixa o cara governar, ninguém tá deixando. Por que o Lula, o outro e o outro faziam um monte de besteira e ninguém ficava em cima deles? [...] Ele mesmo não tá governando não, a equipe dele lá inventa uma coisa e vem o Supremo, e vem não sei o que, e corta. O cara não tem autonomia, todo mundo acha que presidente ele fala “eu quero isso” e acontece. Não é, se não tiver maioria não vai. Quem é que governa esse país? O Congresso Nacional! (Mulher, 50, ZO, crítica).

Por outro lado, os não simpatizantes do presidente não criticaram com tanta frequência a atuação dos outros poderes, e concordam que a política, por essência conflituosa, requer necessidade de se fazer alianças para obter maioria.

O presidente não pode só falar “não me ajudam, não deixam eu fazer isso”. É política né. É como ele falou, democracia, você tem que fazer alguma coisa por alguém para receber, é quase isso entendeu? Hoje em dia essa é a política. Não pode falar “botei o negócio lá e eles não aprovaram”, não! Tem que dar um jeito daquilo passar. (Homem, 25, ZN, não simpatizante).

Ele não tá sabendo ser político, eu acho que a questão do Bolsonaro é essa. Ele não tá sabendo articular com quem precisa, porque mal ou bem ele depende do STF, da Câmara, de um monte de gente, dos senadores, então se ele não articular vai ser complicado ele passar alguma coisa. (Mulher, 34, ZN, não simpatizante).

Eu acho que ele é um mau político, porque o político infelizmente... é do político isso... você tem que ter aliados, e ele é muito radical, é o que ele quer e pronto acabou. E não é bem assim. Você tem o exemplo da Dilma, o vice dela foi do PSDB e olha o que ele fez, mas ela teve que se aliar a ele para conseguir se eleger, são males que vêm para o bem, você tem que articular. (Mulher, 34, ZN, não simpatizante).

Outro tema relevante diz respeito ao compromisso com a democracia por parte do Poder Executivo Federal. Bolsonaro possui um histórico robusto de discursos antidemocráticos destinados a enfraquecer instituições como o Congresso e a Suprema Corte que são reconhecidos pelos eleitores, assim como sua apologia da ditadura militar. De modo geral, os entrevistados identificam o ex-capitão como uma ameaça à democracia e supõem que ele aspira um governo militar. Mas acreditam que as instituições seriam fortes o suficiente para conter a ameaça e que o próprio presidente não tem apoio suficiente – seja apoio popular, político ou dos militares – para tal empreendimento.

Agora eu tenho muito medo do Bolsonaro a nível de uma mudança, de um golpe político aí, eu tenho medo. Eu votei nele mas eu tenho medo. Eles falam de intervenções, então a gente não sabe até que ponto vai. Eu acredito que não vá a lugar nenhum, mas eu tenho medo do Bolsonaro nesse ponto. Da gente ter uma intervenção louca aí e os militares assumirem isso aí. Eu peguei muito pouco de militares, e juro, na minha época falava-se muito mal. Porque eu não vivi o Ai-5, mas eu vivi a década de 70 e 80. (Homem, 50, ZO, crítico).

Em alguns momentos eu achei que encaminharia para um golpe militar, mas eu acho que hoje eu tô mais tranquilo quanto a isso, eu acho que os militares não querem golpe também, eu acho que isso existe só na cabeça dele, dos filhos dele, que são mais loucos. Eu não acho que ele representa uma ameaça para a democracia. Eu acho que o país hoje é muito bem blindado em relação a isso, e ele não tem maioria nem dentro das forças armadas nem da população brasileira para conseguir dar um golpe. (Homem, 25, ZN, arrependido).

Ele tem uma bandeira muito militar, tem ideais da ditadura também, como ele já falou também do Ai-5. [...] Então tem várias faltas dele que a meu ver hoje são dessa forma, muito militarizada, ditadura, ele bate muito nessa tecla do militar, tanto que no governo dele não sei qual a porcentagem de militares que tem ali. (Homem, 39, ZO, crítico).

Ele não ia conseguir montar uma equipe a ponto de tirar a democracia, ele não tem o apoio das Forças Armadas, isso já é notório. Tirar a democracia ele não consegue. [...] Vários integrantes das Forças Armadas, da alta cúpula, vem falando que não é favor disso, do que ele diz, estão sempre falando alguma coisa nesse sentido. (Mulher, 55, ZC, não simpatizante).

Os bolsonaristas fiéis enxergam com outros olhos o padrão de ações e discursos antidemocráticos do presidente. Pensam que se ele fosse contra a democracia as Forças Armadas já teriam sido “convocadas”, além de novamente desaprovarem a atuação do STF.

Escutei falar aí que ele é ditador, contra a democracia, mas se ele fosse contra a democracia o exército já tinha tomado conta de tudo, já tinha decretado nos artigos da Constituição. Ditador que não proíbe ninguém de ir e vir? [...] Aí se eu falar alguma coisa contra o STF eu sou punido. E o ditador é o presidente? Cada um com sua opinião, a gente respeita, a gente vive num país que dizem que é democrático. (Homem, 46, ZC, fiel).

### 3.2.3 Avaliação do desempenho do regime

O desempenho prático do regime é outro indicador que mede a satisfação com a democracia. Busca avaliar a aprovação do governo e principalmente da economia. A diferença entre uma opinião positiva ou negativa sobre a atual performance é muito nítida quando visualizamos quem a emite: os “vencedores” ou “perdedores” do pleito de 2018. Braga e Casalecchi (2016) já nos antecipam que os perdedores das eleições são mais insatisfeitos com o desempenho da democracia do que os vitoriosos. Em conformidade, os grupos demonstraram que os apoiadores de Jair Bolsonaro, sejam críticos ou fiéis, fazem uma avaliação positiva. Creem que o presidente quer o melhor para o país e tenta governar, mas é impedido pela oposição (que barra a agenda governista), pela mídia (que ataca o presidente e distorce suas falas) e pela pandemia (que atrasa o cenário econômico). Também relataram que “os anos de roubo” durante as últimas gestões do PT tiveram consequências sobre a governabilidade.

Tá fazendo alguns benefícios para o país que há mais de 20 anos ninguém fez. Então a gente vê que ele tá fazendo alguma coisa, é óbvio que com as mãos atadas não vai conseguir fazer muita coisa porque a dificuldade é grande, os opositores dele a fila é gigantesca, é difícil você trabalhar num lugar onde as pessoas não contribuem para que o seu trabalho gere frutos. É como uma empresa, se todos não pensarem da mesma forma, não agirem de acordo com a cabeça do líder a empresa não vai para frente. (Homem, 36, ZC, crítico).

O Brasil realmente não tá melhor por conta da pandemia, a mídia também atrapalha muito disseminando informações que não são verdades. (Mulher, 34, ZC, fiel).

O presidente tem dois anos de governo e olha o azar do cara: logo em seguida veio a pandemia. Aí fica difícil pra você trabalhar num país que já veio sendo saqueado por uma quadrilha por anos, anos sendo saqueado, entendeu? Quer que o cara faça milagre nesse tempo? (Homem, 39, ZN, fiel).

Eu acho que ainda não teve tempo de ter uma avaliação, porque veio pandemia, degringolou com o mundo inteiro, não só com o Brasil. [...] Eu acho que no começo, antes, se investiu muito em estádio de futebol, em olimpíadas e não sei o quê, mas em educação e saúde nada. (Mulher, 50, ZO, crítica).

Ademais, destacaram alguns pontos que consideram positivos no mandato, como melhorias na segurança pública, obras de grande porte e acordos internacionais.

O canal que leva água para o Nordeste... eles já estão produzindo trigo no Ceará. Nunca se produziu nada lá, ele conseguiu terminar uma obra que Lula ficou lá a 20, 30 anos para terminar, o governo Dilma e o governo Lula, seja lá onde começou a transposição do Rio São Francisco. Ele terminou e já está se produzindo trigo. É disso que o Brasil precisa. (Homem, 53, ZN, fiel).

A segurança pública melhorou muito. [...] Os equipamentos das Forças Armadas foram comprados quase todos novos, os caças chegaram, os helicópteros de combate chegaram, o BOPE tá podendo utilizar o novo blindado que é o Urutu, a Polícia Civil e a Polícia Militar também receberam equipamentos novos. (Homem, 30, ZN, crítico).

Tem dois acordos internacionais que ele fez, um com a União Europeia e outro com os Estados Unidos, e os Estados Unidos nunca deu brecha ou até atenção para o Brasil. Em 20 anos o Brasil foi mantido e tido como piada no exterior. Ele fez um acordo importantíssimo que nunca saiu dos papéis, que foi o acordo na União Europeia. Daí você já vê que foram dois gigantes passos que ele deu nessa nova era para o Brasil e acredito que ele possa fazer muito mais. Fora as questões de gestão interna, aquela BR que corta o Brasil todo que vai fazer ligação com o Nordeste, fora a água que ele tá levando para o Nordeste, investimento que ele tá trazendo do exterior. E muito mais outras coisas que ele fez e foram assertivas. (Homem, 36, ZC, crítico).

Não creditam a Bolsonaro a má avaliação econômica, culpam os impactos mundiais provocados pela Covid-19 e asseguram que a economia brasileira estava “em plena decolagem” no primeiro ano de governo. Bem como aludem à condição deixada pelo PT. O Ministro da Economia, inclusive, ganha elogios entre esses eleitores.

A questão econômica estava praticamente em decolagem. Mais de 500 bilhões que foram desviados do nosso governo e ninguém fala nada, mas é incrível que de 2018 para cá todo mundo acompanha a política e sabe tudo de qualquer espirro que ele dá e sinaliza cada coisa negativa, por incrível que pareça ninguém consegue visualizar as coisas positivas, a geração de emprego e tudo mais. [...] Em números você vê que o governo atual fez muito mais do que os 20 anos de governos anteriores. (Homem, 36, ZC, crítico).

A gente vem de alguns anos de crise financeira, na economia né, e essa entrada do Bolsonaro junto com o Paulo Guedes... ele tentou articular algumas coisas para ter uma melhora, eu senti que estávamos indo numa direção boa, numa direção legal, aí veio a pandemia. Com a pandemia fecha isso, fecha aquilo, desemprego e tal e isso gerou custo para o governo. O governo teve que desembolsar dinheiro para investir, teve que desembolsar auxílios, e agora vai ter que desembolsar mais dinheiro, por conta desse fechamento dos estados. Então o que acontece: não arrecada, só gasta. Tamo com um déficit fiscal enorme, desvalorização da moeda enorme, aumento do dólar enorme. [...] Vai ser uma coisa que não vai ser fácil de recuperar, não vai ser rápido, e eu não posso atribuir essa dificuldade nem para o Bolsonaro nem para o Paulo Guedes, entendeu? Até porque eu acredito que ele estava no processo de recuperação bom. (Homem, 44, ZO, crítico).

Pô, Selic a 2,7%, quando isso aconteceu no Brasil? Nunca! Um das melhores taxas de juros no banco do mundo, os investidores da Bolsa de Valores aumentaram mais do que 44% se eu não me engano, abrimos capital no mercado estrangeiro, agora você pode comprar ações de empresas que você não conseguiria antes dentro do Brasil, questão de investimento, outros recursos, as privatizações, por aí vai. O próprio controle dele no auxílio emergencial foi muito bom. (Homem, 30, ZN, crítico).

A economia caiu? Caiu em todo mundo, de fato o vírus está aí e muita coisa teve que parar. Mas se a gente parar para pensar assim... o Ministro da Economia eu acho um cara fora de sério, se eu não me engano ele até ganhou um prêmio como primeiro-ministro, se o país não quebrou foi graças a ele. (Mulher, 48, ZN, fiel).

A responsabilidade atribuída à pandemia pelo colapso econômico não é só comum entre os eleitores de Bolsonaro, os não simpatizantes também entendem que o presidente “pouco pôde fazer” nessa conjuntura. No entanto, é válido mencionar um depoimento que descreve que na época do governo Lula, mesmo diante de crises econômicas internacionais a situação era controlada.

Hoje a economia do Brasil tá uma bagunça, tá muito ruim. Mas eu não posso nem dizer que a culpa é do governo, 100% do governo. Porque essa pandemia chegou no momento em que ninguém tava esperando, nem empresários, nem os empregados, ninguém esperava, ninguém tava preparado, ninguém nunca passou por um momento desse. Que no caso, nem é só no Brasil, é mundial. Então fica muito difícil de avaliar “ah foi culpa do Bolsonaro, foi culpa de fulano, ciclano”. (Mulher, 43, ZO, não simpatizante.)

Eu acho que, assim, na época do Lula, não tem como não comparar né, também tinha crise econômica com aquilo que aconteceu nos Estados Unidos, a Grécia quebrou enfim... e a gente conseguia, era voo doméstico barato, comia muito mais carne, a gasolina não era tão absurdamente cara do jeito que tá. (Mulher, 34, ZN, não simpatizante).

Apesar da não imputação ao presidente pelo cenário econômico, os que optaram por Haddad são extremamente críticos em relação a outras áreas do governo Bolsonaro. Desaprovam sua postura, as denúncias de corrupção envolvendo sua família, a tentativa de interferência na Polícia Federal para acobertar os filhos, a má gestão da pandemia, a instabilidade política, entre outras coisas.

Dez mil mortes e ele falava “e daí? não sou o cozeiro”. Toda vez que ele se pronunciava era uma de uma forma agressiva, de uma forma que “não estou nem aí, é só uma gripezinha”. E essa gripezinha hoje já fez mais de 300 mil mortes. É algo muito pesado. [...] Ele simplesmente não se importa. Se você perdeu um parente seu, se seu amigo muito próximo faleceu, ele diz “problema é seu”. (Mulher, 25, ZS - Copacabana, não simpatizante).

Vincular informação falsa, se recusar a seguir as normas sanitárias de saúde, coisas básicas para enfrentar uma pandemia, não é uma situação única e exclusivamente do nosso país, mas de um mundo. Isso tá fazendo com que a nossa imagem lá fora fique totalmente acabada. [...] Tanto que a gente também

teve questões econômicas por conta disso, a relação da exportação do país com os outros países lá fora. (Mulher, 37, ZN, não simpatizante).

Ele é uma pessoa que não tem estrutura emocional alguma, ele não tem tato para falar com as pessoas, ele não respeita o outro, ele não sabe respeitar os profissionais tanto da área da saúde quanto os repórteres. [...] É um governo que nunca teve preparo para nada, não tem preparo para nada, ele zomba de tudo, sempre tendo mudanças de ministério, nunca fica, ninguém fica. (Mulher, 43, ZO, não simpatizante).

Ele quer defender os empresários, ele não quer defender o povo pobre que é a maioria tanto do Rio de Janeiro quanto do país. [...] Ele não consegue controlar nem os filhos dele, cada semana aparece um escândalo diferente, quanto mais conseguir controlar um país. [...] Ele é maluco esse cara, não sei nem o que está fazendo lá ainda. (Mulher, 27, ZN, não simpatizante).

Ele ficou 28 anos dentro da Câmara dos Deputados sem fazer nada e dormindo, vivendo de rachadinha. A presidência da república caiu na mão de uma pessoa que não tinha condições nenhuma de ser presidente. (Homem, 46, ZS, não simpatizante).

Eu acredito que por muito menos, por exemplo a Dilma, por muito menos ela sofreu impeachment, e por muito mais ele ainda não sofreu (Homem, 25, ZN, não simpatizante).

A gestão da pandemia pode ser considerada um divisor de águas entre aqueles que votaram no candidato do PSL e o continuam apoiando, e os que votaram e estão arrependidos. A avaliação econômica também foi determinante para o arrependimento.

Eu vinha de uma certa forma tapando o sol com a peneira para várias situações que eu via envolvendo Bolsonaro. Eu tentava burlar as informações e a me boicotar na verdade, em não acreditar nas coisas que eu estava vendo e ouvindo. Hoje eu acho que classificaria o Bolsonaro como um genocida, junto a ele o nosso governador Witzel. Se o Lula voltasse ele seria um mártir, e ele vai fazer o Lula ser eleito. [...] Foi justamente no auge da pandemia onde as vacinas estavam sendo testadas e estudadas e o Brasil teve a oportunidade de fazer a compra e ele foi totalmente negligente em relação a isso. Ele negligenciou o povo que o elegeu, aquelas pessoas que acreditavam nele. Foi ali que a minha visão em relação a ele... foi ali que de fato eu acordei e pensei realmente “não é esse o cara”. (Mulher, 45, ZS, arrependida).

Eu não votaria nele de novo porque eu acho que a gente está passando aí por uma pandemia e já ficou bem claro que a ciência hoje é o que descobriu a cura para a covid. [...] Entre outras doenças que a ciência descobre, e ele não vê desse jeito. Ele acha que a ciência não fez isso tudo, que a cloroquina tem a cura. (Homem, 33, ZN, arrependido).

Já me incomodava a imperícia econômica e a falta de traquejo nas questões de relações internacionais, a maneira como o nosso chanceler tratava antes até da pandemia, essa coisa de você isolar o país economicamente. Eu comecei a me incomodar com a questão das políticas econômicas do Paulo Guedes, uma pessoa que eu confiava muito, e tá se mostrando somente um marqueteiro. (Homem, 40, ZS, arrependido).

Eu não vi até agora a economia crescer, ao contrário, vi várias empresas grandes e importantes do país indo embora, não é uma nem duas, empresas que geravam muitos empregos, por causa desse governo. Não vi geração de



emprego nenhum, economia nenhuma crescendo, ao contrário, só piorando, acho que muita gente acreditou em uma mudança e não aconteceu nada. Ele só mostrou isso, quem ele era realmente. (Homem, 41, ZC, arrependido).

Por outro lado, os eleitores fiéis não criticaram a gestão da pandemia, entendem que Bolsonaro era contra as medidas de isolamento social pois se preocupava com os impactos financeiros, os danos que poderia causar na renda e empregos. A dicotomia “cuidar da saúde” versus “cuidar da economia” foi constantemente enunciada. Discorrem que ele enviou recursos para os estados e municípios, mas estes fizeram mal uso ou desviaram o dinheiro. E que, na verdade, o STF “retirou o poder” do governo federal e deu aos governadores e prefeitos os poderes sobre combate à pandemia. Da mesma forma não o culpam por sua conduta individual em relação à Covid-19, isto é, entendem que cada pessoa deve tomar suas próprias decisões (como utilizar máscaras e tomar vacina) independente do que faz o presidente.

É muito triste a pandemia? É muito triste. Só que é inevitável, muitas pessoas vão morrer, muitas pessoas vão pegar e muitas pessoas vão sobreviver. É frio falar isso? É frio. É calculista? Parece calculista. Mas gente, é uma pandemia. E eu não sei o que é pior: a pessoa morrer de covid ou morrer de fome, sabe? (Mulher, 30, ZO, fiel).

O governo federal teve que disponibilizar milhões e milhões para fazer hospitais de campanha. Foram usados? Quantos foram usados? E quantos governadores estão recebendo ainda esse dinheiro? Tá entendendo? (Mulher, 50, ZO, crítica).

Tiraram o poder dele e jogaram na mão dos prefeitos e governadores, ele liberou verba, muita gente roubou, muita gente usou para pagar salário atrasado, muita gente utilizou o dinheiro e não direcionou o dinheiro para o lugar certo que deveria ir e agora não ficam botando a culpa nele. (Homem, 44, ZO, crítico).

Alguns bolsonaristas fiéis demonstraram acreditar em teorias conspiratórias e negacionistas ao concordarem com o “tratamento precoce” e cloroquina para remediar a Covid-19 e que os hospitais recebem dinheiro por cada óbito registrado pela doença.

A cloroquina e todos aqueles medicamentos que deveriam ter sido tomados antes mesmo do vírus tá atacando, que todo mundo não levou a sério, eu acho que isso foi válido. Porque logo depois muita gente começou a fazer o uso do medicamento e viu que teve solução. (Mulher, 48, ZN, fiel).

A maioria é politicagem. Muita gente não está morrendo de covid e os hospitais estão colocando covid por conta da política. (Mulher, 40, ZN, fiel).

Virou politicagem, a doença tá aí, eu convivo um ano com ela, porque eu trabalho diretamente com ela, em assistência, e hoje em dia ninguém morre mais de câncer, de AIDS, de outras doenças. Eu tenho um amigo meu que é médico e que trabalha em UPA, eles são obrigados, por quê se der uma certidão de óbito com covid a UPA ganha 30 mil reais, ele falou isso comigo. (Mulher, 45, ZN, fiel).

Além disso, o debate sobre o combate à corrupção foi predominante nos grupos, os eleitores fiéis asseveraram que não há nenhuma denúncia contra a presidência, já os não simpatizantes recordam os escândalos envolvendo Bolsonaro e sua família. Importante mencionar que os arrependidos demonstram profunda insatisfação com essa pauta e fizeram referência ao desmantelamento da Operação Lava Jato.

Eu acho que ele tá tentando tirar corrupção, pelo que eu tô vendo ele é uma pessoa correta. [...] Porque até agora eu não tô vendo nada, não tá sendo divulgado nada contra ele. (Mulher, 43, ZC, fiel).

Se você investigar a vida do Bolsonaro, dele, você não vai encontrar nada. (Mulher, 45, ZN, fiel).

Os próprios filhos dele faz um montão de bobeira né, estão sendo investigado por um montão de coisas, fica difícil dele combater a corrupção no Brasil, nos órgãos, se na própria família dele estão envolvidos com um monte de coisa né. Tem reportagens, tudo aí, os levantamentos. (Homem, 34, ZO, não simpatizante).

O que ele fez foi um grande estelionato eleitoral. Ele se elegeu em cima de uma pauta anticorrupção e foi o principal inimigo da Lava-jato. Ele tirou o Moro de Curitiba e colocou como ministro, assumiu em Curitiba um juiz que tinha uma linhagem diferente da Lava-Jato, tinha um pensamento diferente. [...] Bota um procurador-geral um cara inimigo da operação. [...] Ou seja, eu lembro da frase do Romero Jucá, lá atrás daquele áudio de “estancar a sangria”. Sangria estancada! Antes do Bolsonaro entrar a gente tava vendo políticos sendo presos, políticos sendo indiciados, quem que a Polícia Federal prendeu depois do Bolsonaro? Ninguém! (Homem, 34, ZS, arrependido).

A evolução que eu acreditava era a Lava-Jato, políticos sendo preso, isso gerava esperança, gerava um certo conforto para nós enquanto brasileiros de ver que a justiça estava sendo feita. Eu imaginei que ele fosse dar seguimento a isso, que a gente ia começar a ver os crimes de colarinho branco atrás das grades, que a gente fosse de fato acabar com essa rede de corrupção. (Mulher, 45, ZS, arrependida).

Por fim, o fenômeno “bolsonarismo” foi posto em discussão. Para os não simpatizantes, os bolsonaristas foram caracterizados como fanáticos, pessoas que não sabem “filtrar” as falas do presidente, que não tem medo de um retorno à ditadura, preconceituosos, ignorantes e coniventes com o machismo, racismo e homofobia.

Infelizmente ele conseguiu aflorar o que há de ruim dentro do ser humano, existe isso, o bem e o mal está dentro de nós, todo mundo tem um lado bom e o lado ruim. É família brigando em grupos, amigos brigando, essa polarização, e ele vive disso, é o que fomenta ele. Ele só está tá morando naquela casa, naquele palácio porque ele ainda fomenta o ódio, é o que salva ele, é o único combustível dele. Ele propagou o ódio. (Homem, 46, ZS, não simpatizante).

O bolsonarismo defende a ignorância e o preconceito. [...] É uma série de falas preconceituosas que segregam os grupos de forma criminosa, grupos de mulheres, negros, gays, grupos que não são evangélicos. (Mulher, 25, ZS - Botafogo, não simpatizante).

Na minha opinião o bolsonarismo hoje é ignorância, burrice e negacionismo. Pessoas que gostam de se alimentar de notícias falsas. (Homem, 40, ZS, arrependido).

Eu acho que o bolsonarista ele não tem medo de voltar à ditadura, ele é um cara que banca mesmo, sem medo que volte à ditadura. (Mulher, 39, ZO, não simpatizante).

Do outro ponto de vista, os apoiadores do presidente consideram que bolsonaristas são pessoas que defendem os valores da família tradicional brasileira, a religião cristã, patriotas e anticorrupção. Ainda, acreditam que o termo foi criado para hostilizar e perseguir o presidente.

Ele defende a família, defende o posicionamento de uma família padrão né. Combate à corrupção, ele é muito patriota, enquanto vários outros aí não são, isso aí é ser bolsonarista. (Homem, 39, ZN, fiel).

Homofobia por quê? Porque o cara quis falar sobre a educação que a gente sempre teve, da antiga? De não aprovar o movimento gay na frente de crianças? Concordo que cada um escolhe o que vai fazer, mas é o que eu tô querendo dizer, se fosse certo, Deus não teria feito o homem e a mulher, tinha feito um sexo só e mandava todo mundo se virar. Quando a pessoa fala isso ela é homofóbica. (Homem, 30, ZO, fiel.)

Acho que este termo “bolsonarista” e “bolsonarismo” que inventaram, é meio que uma forma da esquerda extremista de endemonizar uma pessoa. Como o fascismo, e por aí vai. Acho que é para assustar as outras pessoas, para que ninguém vote, assim como o próprio militarismo usava na época da ditadura, que o “comunismo comia criancinha”. Foi a forma que eles usaram. (Homem, 50, ZN, crítico).

Bolsonarismo pra mim é um preconceito do povo contra o cara na realidade né. [...] Lula fez uma live incentivando o povo que tinha que matar o Bolsonaro, então ele é outro bolsonarista. Então todos somos bolsonaristas. (Homem, 30, ZO, fiel).

#### *3.2.4 Apoio aos atores políticos*

Essa dimensão considera o apoio específico a atores políticos, incluindo avaliações dos políticos como uma classe ou avaliação de lideranças particulares. Os resultados indicam uma desconfiança generalizada nos políticos e essa percepção independente dos atributos sociais ou voto em 2018. Os participantes relataram uma sensação de cansaço de “serem enganados”, uma frustração com as repetidas investidas e uma falta de perspectiva. As causas da desconfiança são claramente associadas aos episódios de corrupção. Como já foi apontado, os escândalos de corrupção afetam a imagem da política como um todo e se estende a todas as esferas de poder.

Eu não vejo confiança em nada do que eles falam, independente que seja deputado federal, prefeito, governador, presidente, qualquer um deles. De um tempo atrás para cá eu desacreditei deles. Porque a gente cansa, a gente não vê nada mudar, nada vai para frente, e só vê na verdade muito roubo, roubo, nada anda. Então o meu pensamento é de que mesmo avaliando cada um a gente sempre se decepciona. (Mulher, 39, ZO, arrependida).

Eu acho que os políticos são lobos em pele de cordeiro. (Homem, 25, ZN, arrependido).

O político aparece todo bonzinho, igual na novela, no meio da novela vira um bruxo, acontece tudo de ruim. E vem o arrependimento de ter votado nele lá atrás. (Mulher, 47, ZN, não simpatizante).

O povo já tá cansado, não muda nada, é sempre a mesma coisa e a roubalheira sempre continua. (Homem, 34, ZN, não simpatizante).

A gente tá entrelaçado num processo eleitoral no qual a gente só vê político que quer enganar o povo. Não é correto com o povo. (Homem, 41, ZO, crítico).

Quando a gente confia numa pessoa, num político, a gente gera expectativas, e quando elas não são atingidas a frustração é enorme. (Mulher, 25, ZS - Copacabana, não simpatizante).

Eu acho que todo mundo tá passando um aperto dentro de casa no momento, mas tem gente que está passando mais ainda, aí fico pensando, será que esses caras não pensam nessas pessoas? É isso que eu fico pensando. Isso é um absurdo. (Homem, 34, ZN, não simpatizante).

Com efeito, a busca pela “ficha-limpa” aparece como um dos principais norteadores para decidir o voto. No entanto, acreditam que o “sistema” corrompe essas pessoas.

A pessoa entra ficha limpa, ainda não participou, ainda não tá envolvido. A questão é quem se mantém limpo né, porque é difícil se manter. Mas tem candidatos que são ficha limpa, alguns não conseguem se manter né, quando entra lá o negócio fica bem complicado, acho que as pessoas cedem a corrupção. (Mulher, 21, ZN, não simpatizante).

Muitos entram com a ficha limpa sim, eu acredito, e aqueles que querem roubar ficam muito nervosos que não conseguem roubar, a corrupção é muito grande, muito mesmo, e mesmo quem tem ficha limpa eles vão tentar sujar de qualquer forma. Tá naquele meio “tem que vir com tudo, vamos se inundar, vamos se sujar”. É bem a carinha deles mesmo né. Não tem para onde correr, infelizmente ficha limpa nesse país é complicado. (Mulher, 40, ZN, fiel).

Em relação ao Brasil, a roubalheira tem tudo quanto é lugar, tem com prefeito, tem com governador e tem com presidente, então os critérios eu também vejo de acordo com que eu tô vendo no momento, é quem rouba menos. Hoje em dia não posso falar para você que vou votar no cara porque o cara é ficha limpa, quem é ficha limpa no Brasil? [...] Por mais que a pessoa seja ficha limpa, tem ali um conjunto de partido que vai atrás, então não adianta ter uma ficha limpa e ter por trás um cara de ficha suja apoiando. Para mim é tudo ficha podre. (Homem, 34, ZN, não simpatizante).

Agora, não é só uma pessoa, são várias, não adianta uma pessoa andar certo e a outra andar errado, porque vai ter falha, é como se fosse uma fruta podre, ela vai apodrecer todas as outras que tiverem boa. (Mulher, 32, ZO, não simpatizante).

Muitos participantes disseram que durante o processo eleitoral os candidatos fazem muitas promessas infundadas. Alguns também relataram que não enxergam propostas políticas efetivas e descrevem uma falta de identificação e diferenciação entre os concorrentes. Isso

indica que os políticos, assim como os partidos, não estão cumprindo com suas funções de agregação de interesses e atalhos de informação que seus papéis implicam.

Os políticos jogam muito sujo no final quando eles querem voto, eles pegam as categorias de baixo, oferecem mundos e fundos, como lhe falei, é um país que não é preparado politicamente, como não é preparado na educação, então não vai ser preparado politicamente. Eu acho que ali eles conseguem pegar muitos votos, que podem com isso, com certeza, cada vez mais jogar nosso país no buraco. (Homem, 50, ZO, crítico)

Tudo o que eles prometem na hora que querem voto. Chega lá na hora eles mudam tudo né. (Mulher, 47, ZN, não simpatizante).

E muitos deles só aparecem de três em três anos. Aparece no ano da eleição por volta de abril e maio, vem, faz alguma coisinha ou outra e depois que ganha ou acaba a eleição ele some. O povo brasileiro, nós, a gente temos um defeito muito grande, a gente esquece muito rápido as coisas. Muitos deles prometem, prometem e prometem muitas coisas e não cumprem. (Homem, 40, ZN, fiel).

Dessa vez eu fiquei muito incomodada com a propaganda política da televisão porque a gente não consegue mais por ali discernir as propostas, você só vê guerra. É um querendo alfinetar o outro e trazer pontos negativos, eles não se propõem a se apresentar ou apresentar suas propostas, mas sujar a imagem do outro. (Mulher, 37, ZN, não simpatizante).

Raramente tem aquele candidato que eu me identifico 100%. (Homem, 34, ZS, arrependido).

Nem um nem outro faz tanta diferença [referindo-se ao 2º turno da disputa à prefeitura do Rio em 2020]. (Homem, 53, ZN, fiel).

Eu acabei optando por pular o voto na última eleição para prefeito, justamente por não estar de acordo com uma ideia nem dos candidatos que falaram aí nem do antigo prefeito. Então eu não tive... não me identifiquei com nenhuma das propostas, então por isso eu acabei me abstendo de escolher. [...] Mas quando eu não vejo nos candidatos uma proposta que me conquiste ou atitudes que me passem ter esperança que aquela pessoa ela vai fazer diferente, eu acabo por anular porque para mim entre escolher entre dois que para mim serão ruins, eu prefiro não escolher. (Homem, 25, ZN, arrependido).

A percepção comum é de que não há “renovação” política, que são sempre os mesmos candidatos concorrendo. Estes seriam beneficiados por um aparato de campanha e financiamento ou um capital político familiar.

Nos últimos anos a única renovação que tem tido nas câmaras é a passagem do bastão do pai para o filho, do avô para o neto. Não tem caras novas, pensamentos novos, é sempre a mesma coisa, é sempre o mesmo do mesmo. Isso cria um pouco também de perda de credibilidade para nós eleitores. O TSE deveria criar uma mudança em relação a essa questão de renovação partidária, de renovação política, isso deveria ser feito também. No mínimo uma cota para novos deputados, senadores, vereadores, eu acho que tem que oxigenar esse ambiente que acaba se tornando uma coisa amarrada. Na hora de precisar aprovar alguma coisa fica naquele cabresto, acaba tendo que fazer negociata, liberar verba, comprar o voto. Já tem algumas décadas que eu tenho

assistido essa coisa acontecendo e não é bom para democracia, é muito ruim. (Homem, 46, ZS, não simpatizante).

A gente nunca vê uma mudança, são sempre as mesmas caras, porque são sempre as mesmas pessoas que tem o tempo de televisão, são sempre as mesmas pessoas que tem apoio de empresários, e botam jato, avião, equipe marqueteiro, gente pra percorrer o país inteiro. (Homem, 40, ZS, arrependido).

Hoje a gente vê candidatos que são sempre os mesmos, não tem uma mudança, uma renovação. (Homem, 37, ZS, não simpatizante).

Diante desse cenário, a intenção de votar no candidato *outsider* aparece com frequência, mas pela ineficiência administrativa ele também acaba decepcionando. A situação política do estado do Rio foi constantemente associada à desilusão e arrependimento do voto no “novo”. O ex-governador Wilson Witzel foi eleito em 2018 por meio do discurso lavajatista contra o crime e corrupção e na onda da “nova política”. Ele sofreu impeachment em abril de 2021 acusado de desvios na saúde em meio à pandemia. Vale ressaltar que outros cinco governadores eleitos pós-redemocratização – Luiz Fernando “Pezão”, Sérgio Cabral, Anthony Garotinho, Rosinha Garotinho e Moreira Franco – já foram indiciados em processos que envolvem crimes de corrupção, crimes eleitorais, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Os depoimentos ainda mencionaram que devido ao enfrentamento da crise sanitária, na última Eleição Municipal, em 2020, a procura foi por candidatos com experiência política anterior.

É isso que acontece às vezes com a política: a gente toma raiva do político pelas coisas que ele não fez ou deixou de fazer. E a gente vota em pessoas novas que não conhecemos que a gente acha que vai ser correto como se fosse nós lá fazendo tudo bonitinho e acaba que a gente se engana novamente. A gente perde um pouco da confiança que a gente põe na política. Mas hoje, fazer o que? A gente vai seguindo. (Mulher, 27, ZN, não simpatizante).

A pessoa opta pelo novo e o novo sempre traz problema. Ele [Marcelo Crivella, ex-prefeito do Rio de Janeiro] trouxe problema, o governador [Wilson Witzel] trouxe problema. Votei nele mais me arrependi amargamente porque era uma pessoa nova. [...] E no final deu no que deu né, todo mundo já sabe o que aconteceu. E a gente às vezes tenta dessa forma, e acaba se arrependendo. É muito complicado, a gente vai em busca do que já fez, uma coisinha que ele já tenha feito de bom pra poder a gente se agarrar naquilo ali e tentar ter uma esperança pra melhorar, por que tá bem difícil. (Mulher, 36, ZN, arrependida).

Se a pessoa for nova, de não ter uma carreira política, no atual momento que a gente está vivendo agora de tanta bagunça, não pode ser uma pessoa leiga, que tá chegando agora, muito novinho na idade, muito novinho de estrada e não conhece quase nada, não vai conseguir resolver. (Mulher, 21, ZN, não simpatizante).

Nessa perspectiva, a explicação para o voto no segundo turno à prefeitura do Rio em 2020 ilustra essa percepção de descontentamento, decepção e falta de confiança nos políticos. A alta rejeição ao candidato da situação, Marcelo Crivella (Republicanos), justificou

repetidamente a preferência por Eduardo Paes (Democratas), que já tinha governado a cidade de 2009 a 2016 e carregava a imagem de ter “capacidade de fazer política”.

A gente que mora no Rio de Janeiro hoje tem que tentar escolher o menos pior né, a gente hoje tá nesse dilema, a gente não fica procurando um candidato que seja, vamos colocar assim “certinho” porque a gente sabe que nenhum deles são. (Mulher, 27, ZN, não simpatizante).

Entendo que ele [Eduardo Paes] não é o candidato dos sonhos à prefeitura, acho que ninguém é na verdade, a classe política está totalmente sem crédito com a população, com todos nós. [...] Você tinha a opção do ruim e do péssimo, então as pessoas escolheram o ruim. (Homem, 34, ZS, arrependido).

Como a grande maioria, acho que o voto no Eduardo Paes não foi simplesmente pela campanha ou pelo que ele fez nos governos passados, mas sim pela insatisfação com o governo do Crivella. Meu voto também foi no Eduardo Paes mediante essa insatisfação. (Homem, 37, ZS, não simpatizante).

Na verdade para mim nenhum dos dois eram elegíveis, mas a gente tem que escolher, aí eu por medo da eleição do Crivella acabei votando no Paes. (Mulher, 25, ZN, não simpatizante).

Já na segunda [segundo turno] eu já votei no Eduardo Paes mesmo. Vi que era o menos pior de todos. [...] Pra mim não tinha ninguém que prestasse, continua não prestando, mas o Eduardo Paes era o menos pior. (Mulher, 47, ZN, não simpatizante).

Eu não acredito e não confio nele [Eduardo Paes]. [...] Eu não acredito que ele não tenha envolvimento em corrupção, são várias denúncias contra ele, ele sempre se esquivando e esquivando, vai chegar uma hora que ele vai cair. (Homem, 34, ZN, não simpatizante).

Uma observação relevante diz respeito à ideia de que candidatos a cargos políticos deveriam ter obrigatoriamente nível superior. Ainda que não tenha tido maiores repercussões nos grupos, a afirmação de que o governo deve ser entregue a especialistas é considerada “a mais importante rival das ideias democráticas” por Dahl (1997). Para o autor, os defensores da tutela atacam a democracia num ponto crucial: eles simplesmente negam que as pessoas comuns tenham competência para se autogovernar. Outro depoimento expressa que a corrupção ocorre independente do grau de escolaridade do governante.

Eu acho que para você se candidatar a qualquer cargo político você deveria fazer uma faculdade, uma faculdade de cinco anos e no final da faculdade fazer uma prova tipo OAB, bem cabeluda tipo OAB, porque a prova da OAB é muito difícil. Deveria, passou? Está apto. (Mulher, 50, ZO, crítica).

Só que tem muitos aí que tem estudo, tem faculdade e isso e aquilo e são as pessoas que mais roubam. [...] Tendo estudo ou tendo educação no Brasil as pessoas quando chega lá dentro e vê aquela quantidade de dinheiro que vai mexendo, não sei se mexe com a cabeça, e é a hora que rouba. Um vai pagando o outro pra calar a boca de um, pra calar a boca de outro, quando são cassados descobre coisas que ninguém imaginava, pessoas que ninguém sabia que tava ali dentro envolvida, eu acho que é muita sujeira, é muito dinheiro que rola. (Mulher, 32, ZO, não simpatizante).

Outra ideia que permeia o imaginário brasileiro é que o “político quer a população burra para continuar no poder”. Um pensamento que reflete a descrença nesses atores.

Você não vê mais estudo social, você não vê mais essas matérias que eu tive na época do colégio, parece que o político quer realmente você burro e desinteressado para poder ele continuar no poder e a gente é simplesmente a massa de manobra dele. (Homem, 39, ZN, fiel).

É um descaso muito grande com a educação, com a saúde, etc. Mas nesse caso com a educação é um descaso muito grande, então isso para eles é bom, quanto mais pessoas não tenham noção do que estão falando, do que estão fazendo, votarem, melhor ainda. (Mulher, 43, ZO, não simpatizante).



## Considerações finais

Desde a transição para a democracia o Brasil não vivenciou tantas turbulências quanto na década recente. A soma de eventos significativos desde a eclosão das Manifestações de Junho de 2013 formou um quadro permanente de deterioração institucional. A cada crise política – desde a contestação dos resultados eleitorais de 2014, passando pelo golpe institucional de 2016, pela retirada juridicamente arquivada de Lula como candidato em 2018 à eleição inesperada de Jair Bolsonaro no mesmo ano – experimentamos um desgaste democrático. A polarização alimentada pelo lavajatismo, a economia continuamente fragilizada e a grave crise sanitária de Covid-19 foram outras circunstâncias que desafiaram a situação política nos últimos anos.

A democracia brasileira enfrenta ainda um outro óbice: a baixa adesão, satisfação e confiança no regime devido ao profundo desencanto com nosso sistema político. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar a percepção do eleitorado sobre o funcionamento da democracia no país sob uma perspectiva multidimensional da legitimidade (Norris, 1999; Booth e Seligson, 2009) e por meio de uma abordagem qualitativa com aplicação de grupos focais. O objetivo foi verificar quatro dimensões: apoio aos princípios fundamentais do regime; apoio às instituições do regime; avaliação do desempenho do regime; e apoio aos atores políticos.

O contexto apresentado no primeiro capítulo – o diagnóstico da crise das democracias contemporâneas, a tese de uma “reação cultural”, a ascensão do “populismo autoritário” descrito por Norris e Inglehart (2019) ou do “populismo nacional” de Eatwell e Goodwin (2018) – forneceu algumas interpretações sobre o que sustentou a figura política de Jair Bolsonaro e a força por trás de sua eleição. A análise mais abrangente é que os processos de mudança cultural, econômica e social estão associados ao endosso de valores autoritários na contemporaneidade, onde o neopopulismo se apresenta ao mesmo tempo como causa e consequência do descontentamento com o funcionamento da democracia. Quando eleitos, esses atores tendem a desconsiderar as “regras do jogo” e ignorar os freios e contrapesos constitucionais.

As atitudes dos brasileiros em relação ao regime democrático foram descritas no segundo capítulo como ambivalentes. As pesquisas constantemente apontam que os eleitores não aderem com a mesma intensidade às diferentes dimensões da democracia e possuem um sistema de crenças pouco coeso. Também descrevem que a cultura política desde a redemocratização é uma cultura autoritária, afeita ao personalismo e não às instituições, onde permanece um antipartidarismo reativo e cultural e elevados níveis de intolerância política.

Os resultados dos grupos indicam que embora a maioria dos participantes aponte uma forte valorização do voto, das eleições e da participação política, grande parte não mantém atitudes positivas sobre os partidos e políticos. Ainda, a mesma valorização não foi vista quanto às instituições políticas e eleitorais, principalmente quanto ao processo eleitoral. A percepção sobre a corrupção demonstrou ser determinante para as avaliações negativas. Por exemplo, a maior parte dos eleitores quando indagados sobre a confiança na urna eletrônica afirmaram que “no Brasil tudo é corruptível”. A percepção geral é de um descontentamento, desesperança e de uma decepção mais profunda com o funcionamento da democracia.

Além de níveis bastante modestos de uma avaliação positiva sobre o desempenho do governo e da economia. Os partidários do atual presidente demonstram uma maior satisfação com a performance, e também uma maior desconfiança no processo eleitoral e críticas à atuação do Congresso Nacional e do STF. Por sua vez, os eleitores de Haddad no segundo turno da eleição de 2018 desaprovam veementemente o governo, mas não imputam a ele a má avaliação da economia devido ao caráter internacional da crise. Vale lembrar que essa percepção considera a situação econômica do país no primeiro trimestre de 2021. Um ponto a destacar é que os eleitores arrependidos do voto em Bolsonaro constantemente apontam a frustração com Paulo Guedes, a desilusão com o desmantelamento da Lava-jato e um ressentimento com a postura desumana de Bolsonaro em relação à pandemia.

De maneira geral, os grupos convergiram com a literatura especializada que revela que os eleitores manifestam altos níveis de apoio difuso aos princípios do regime e baixos níveis de apoio específico às instituições e às autoridades políticas. Cabe ressaltar que a insatisfação dos cidadãos com o funcionamento da democracia não indica necessariamente uma deslegitimação do regime, embora estudos apontem que, no caso brasileiro, existe uma relação de causalidade entre descontentamento e atitudes autoritárias e ambivalentes (Moisés e Carneiro, 2008; Moisés, 2008; Meneguello, 2013).

Um estudo recente de Avritzer e Rennó (2021) concluiu que o bolsonarismo e autoritarismo “andam de mãos dadas” e ser partidário do PT, ainda que seja um forte preditor negativo de bolsonarismo, não é de autoritarismo. O contexto de múltiplas crises e a percepção de que a classe política é corrupta contribui para que os eleitores desconfiem das instituições e deslegitimem sua representação. Esses fatores estão diretamente ligados ao sucesso eleitoral de líderes *outsiders* e neopopulistas. Um processo contínuo de descontentamento e deslegitimação das instituições tem potencial para, a longo prazo, continuar a fomentar crenças e atitudes

antidemocráticas no eleitorado brasileiro, onde movimentos e líderes que endossam esses valores não encontrarão muita resistência.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. Os ciclos do presidencialismo de coalizão. **Ecopolítica Ensaio**, 2014. Disponível em: [link](#). Acesso em: 10 nov. 2021.

ABREU, N. R. de; BALDANZA, R. F.; GONDIM, S. M. G. Os grupos focais on-line: das reflexões conceituais à aplicação em ambiente virtual. **Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 6, n.1, p. 5-24, 2009.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Ao tomar posse, Bolsonaro pede apoio ao Congresso para “restaurar e reerguer” o Brasil. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 01 jan. 2019. Disponível em: [link](#). Acesso em: 15 nov. 2021.

ALMEIDA, M. H. T.; GUARNIERI, F. H. The unlikely president: the populist captain and his voters. **Revista Euro Latinoamericana de Análisis Social y Político**, v. 1, n. 1 p. 139-159, jun. 2020.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Califórnia: Sage Publications, 1989.

AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

ANDUIZA, E.; BOSCH, A. **Comportamiento político y electoral**. Barcelona: Ariel Ciência Política, 2004.

AVRITZER, L. **Os brasileiros se posicionam mais à direita e acreditam em conspiração na pandemia**. Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: [link](#). Acesso em: 24 nov. 2021.

AVRITZER, L.; RENNÓ, L. The pandemic and the crisis of democracy in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 13, n. 3, p. 442-457, 2021.

BAQUERO, M.; VASCONCELOS, C. **Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil**. In: V Congresso da Compolítica. GT Cultura política, comportamento e opinião pública, 2013.

BAQUERO, M.; LINHARES, B. de F. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti) partidária e possíveis saídas. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 89-114, 2011.

BERMÚDEZ, A. C. 10 vezes em que o clã Bolsonaro flertou com a ditadura militar. **UOL**, São Paulo, 31 out. 2019. Disponível em: [link](#). Acesso em: 31 mai. 2021.

BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, out. 2004.

BOIDI, M. F. ¿Que se vayan todos? Actitudes hacia los partidos políticos y democracia en las Américas. *In*: SELIGSON, M. A. (Ed.). **Desafíos para la democracia en Latinoamérica y el Caribe**: evidencia desde el Barómetro de las Américas. Nashville: Lapop, 2008.

BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. **The Legitimacy Puzzle in Latin America**: political support and democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BORBA, F.; ROSS, S. D. **Integridade eleitoral e confiança nas urnas eletrônicas**. *In*: 45º Encontro Nacional da Anpocs. GT Comportamento político, opinião pública e cultura política, 2021.

BORBA, J.; CARDOSO, G. R. Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 333-359, 2021.

BOTELHO, J. C. M.; OKADO, L. T. A.; BONIFACIO, R. O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 74, p. 41-57, dec. 2020.

BRAGA, M. do S. S.; CASALECCHI, G. A. Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 550-568, 2016.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CARLIN, R. E. Sorting out support for democracy: a Q-method study. **Political Psychology**, v. 39, n. 2, p. 399-422, 2018.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro: “se tudo dependesse de mim, não viveríamos neste regime”. **Carta Capital**, São Paulo, 20 fev. 2021. Disponível em: [link](#). Acesso em: 31 mai. 2021.

CASALECCHI, G. A.; VIEIRA, A. de O.; PEREIRA, B. F. **Entre o petismo e o antipetismo**: uma análise da polarização política no Brasil e suas implicações para a democracia. Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS, ST Comportamento Político e Opinião Pública, Caxambu, out. 2019.

CASARA, R. Precisamos falar da “direita jurídica”. *In*: SOLANO, Esther (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASARA, R. Processo-espetáculo é uma forma de corrupção. Entrevista concedida a Paulo Moreira Leite. **Vermelho**, Brasília, jan. 2016. Disponível em: [link](#). Acesso em: 10 nov. 2021.

CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CEPÊDA, V. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, v. 23 p. 40, 2018.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 25-42, 2016.

COSTA-MOURA, F. Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. *Ágora*, v. 17, n. especial, p. 141-158, ago. 2014.

CRUZ, M. B. da. **Teorias sociológicas**: os fundadores e os clássicos (antologia de textos). Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

DAHL, R. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

DAHL, R. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

DATAFOLHA. **Avaliação de governo**. Disponível em: [link](#). Acesso em: 30 jun. 2021.

DIAS, A. O antipartidarismo na América Latina: debates conceituais e proposta metodológica. In: VEIGA, Luciana; RIBEIRO, Ednaldo; GIMENES, Éder (Org.). **Comportamento político e opinião pública**: Estudos sobre Brasil e América Latina. Curitiba: CPOP, 2018.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

EASTON, D. A Re-Assessment of the Concept of Political Support. *British Journal of Political Science*, vol. 5, n. 4, p. 435-457, oct., 1975.

EATWELL, R.; GOODWIN, M. **National populism**: a revolt against liberal democracy. London: Pelican Books, 2018.

EICHENGREEN, B. **The populist temptation**: economic grievance and political reaction in the Modern Era. New York: Oxford University Press, 2018.

FARIA, C. F. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 50, p. 47-68, 2000.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto**: democracia e racionalidade. São Paulo: Sumaré, 1991.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The Danger of Deconsolidation. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 3, jul. 2016.

FOLHA DE S. PAULO. Observadores internacionais contestam Keiko e afirmam que eleição no Peru foi limpa. *UOL*, São Paulo, 08 jun. 2021a. Disponível em: [link](#). Acesso em: 31 mai. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. *UOL*, São Paulo, 28 mar. 2019. Disponível em: [link](#). Acesso em: mai. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. Veja o que Bolsonaro já disse sobre urnas eletrônicas e fraude em eleição sem apresentação de provas. *UOL*, São Paulo, 08 jan. 2021b. Disponível em: [link](#). Acesso em: 31 mai. 2021.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2019**: Democracy in Retreat. Disponível em: [link](#). Acesso em: 24 mar. 2021.

FUKS, M. *et al.* Qualificando a adesão à democracia: quão democratas são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p. 1.999-1.219, jan.-abr. 2016.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. Expandindo o conceito de competência política: conhecimento político e atitudes democráticas na América Latina. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 68, p. 61-74, 2018.

FUKS, M.; CASALECCHI, G.; ARAÚJO, M. Are dissatisfied democrats critical? Reevaluating the concept of the critical citizen. **Opinião Pública**, v. 23, n. 2, p. 316-333, 2017.

FUKS, M.; CASALECCHI, G.; RIBEIRO, E. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 28, p. 7-32, jan.-abr. 2019.

FUKS, M.; PAULINO, R.; CASALECCHI, G. Socialization and political regimes: the impact of generation on support for democracy in Latin America. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n. 1, p. 1-22, 2018.

G1. Bolsonaro diz: “não aceito resultado das eleições diferente da minha eleição”. **Globo**, São Paulo, 28 set. 2018. Disponível em: [link](#). Acesso em: 31 mai. 2021.

G1. Bolsonaro volta a apoiar ato antidemocrático contra o STF e o Congresso, em Brasília. **Globo**, São Paulo, 03 mai. 2020. Disponível em: [link](#). Acesso em: 31 mai. 2021.

G1. Veja a cronologia da invasão do Congresso dos Estados Unidos por apoiadores de Trump. **Globo**, São Paulo, 06 jan. 2021. Disponível em: [link](#). Acesso em: 31 mai. 2021.

GLEZER, R. A ilusão da Lava Jato. **Revista Piauí**: Anais da Justiça, edição 162, mar., 2020. Disponível em: [link](#). Acesso em: 10 nov. 2021.

GOMES, W.; DOURADO, T. Fake news, um fenômeno da comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16 n. 2, jul.-dez. 2019.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

GRACINO, P.; GOULART, M.; FRIAS, P. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos Metrôpole**, v. 23, n. 51, p. 547-580, 2021.

GUATIMOSIM, P. Pesquisa na UniRio revela: se o voto não fosse obrigatório, mais de 50% dos cariocas não votariam. **Notícias FAPERJ**, Rio de Janeiro, 29 dez. 2020. Disponível em: [link](#). Acesso em: 12 jan. 2022.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HÖGLUND, K. Electoral violence in conflict-ridden societies: concepts, causes, and consequences. **Terror. Political Violence**, v. 21, n. 3, p. 412-427, 2009.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2019**. New York, 2019. Disponível em: [link](#). Acesso em: 31 mai. 2021.

HUNTINGTON, P. S. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: EDUSP, 1975.

INTERNATIONAL IDEA. **Standards guidelines for reviewing the legal framework of elections**. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2002.

KALTWASSER, C. R. *et al.* **The oxford handbook of populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, fev. 2005.

KRAUSE, S.; HOFFMANN, K. D. **Populismo e neopopulismo**: teorias, contextos e práxis. **Soc. e cult.**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 167-171, jul.-dez, 2010.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LACLAU, E. **On populist reason**. Verso: New York and London, 2005.

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2010**. Corporación Latinobarómetro, Santiago de Chile, dec., 2010. Disponível em: [link](#). Acesso em 29 set. 2021.

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2021**. Corporación Latinobarómetro, Santiago de Chile, dec., 2020. Disponível em: [link](#). Acesso em 29 set. 2021.

LAVALLE, A. G.; ARAÚJO, C. O futuro da representação: nota introdutória. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 67, p. 9-13, 2006.

LAZZARI, E. A. Explicações assimétricas para a desconfiança em partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 2, mai.-ago. 2017.

LEDUC, L.; NIEMI, R.; NORRIS, P. **Comparing Democracies 3**: elections and voting in the 21st century. London: Sage, 2010.

LEHOUCQ, F. Electoral fraud: causes, types, and consequences. **Annual Review of Political Science**, v. 6, p. 233-256, 2003.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, ago. 2019.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.



LIPSET, M. S. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MACPHERSON, C. **A democracia liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, ano 10, out. 1995.

MENEGUELLO, R. As bases do apoio ao regime democrático no Brasil. *In*: MOISÉS, José A.; MENEGUELLO, Rachel (Ed.). **A desconfiança política e seus impactos na qualidade da democracia** – o caso do Brasil. São Paulo: Unesp, 2013.

MENEGUELLO, R. **Cidadãos e política**: diagnóstico da adesão democrática, comportamento e valores. Brasília: CEPAL-IPEA, 2010.

MICHELSONS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MILL, J. **An essay on government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1937.

MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora UnB, 1981.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Entenda o caso Lava-Jato**. MPF, Brasília. Disponível em: [link](#). Acesso em: 10 nov. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Resumo denúncia Mensalão**. MPF, Brasília. Disponível em: [link](#). Acesso em: 10 nov. 2021.

MISHLER, W.; ROSE, R. Political support for incomplete democracies: realist vs. idealist theories and measures. **International Political Science Review**, v. 22, n. 4, p. 303-320, 2001.

MISHLER, W.; ROSE, R. Trajectories of fear and hope: support for democracy in post-communist Europe. **Comparative Political Studies**, v. 28, p. 553-581, 1995.

MOFFITT, B. **The global rise of populism**: performance, political style, and representation. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia. Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 11-44, 2008.

MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008.

- MOISÉS, J. A. Corrupção política e democracia no Brasil contemporâneo. *In*: MOISÉS, José A.; MENEGUELLO, Rachel (Ed.). **A desconfiança política e seus impactos na qualidade da democracia** – o caso do Brasil. São Paulo: Unesp, 2013.
- MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. de O. P. Conclusion: the support of political parties in Latin America. *In*: ALBALA, Adrián (Ed.). **Civil Society and Political Representation in Latin America (2010-2015)**. Switzerland: Springer International Publishing, 2018.
- MOORE Jr., B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos, 1975.
- MOUFFE, C. **For a left populism**. Verso: London, 2018.
- MOUNK, Y. **O Povo contra a democracia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.
- MUDDE, C. Populism: an ideational approach. *In*: KALTWASSER, C. R. *et al.* **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- MUDDE, C. The populist radical right: a pathological normalcy. **Em Tese**, Revista da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 19, n. 1, 2021.
- NASCIMENTO, K. L. O populismo na perspectiva de Ernesto Laclau: uma alternativa para a esquerda? **Revista Estudos Políticos**, v. 9, n. 17, 2018.
- NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- NOGUEIRA, M. A. Representação, crise e mal-estar institucional. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 1, p. 91-111, jun. 2014.
- NORRIS, P. Electoral integrity. *In*: Fischer, J. **The Routledge Handbook of Elections**, voting behavior and public opinion. New York: Routledge, 2018.
- NORRIS, P. *et al.* Assessing the quality of elections. **Journal of Democracy**, v. 4, n. 4, p. 124-135, 2013.
- NORRIS, P.; FRANK, R.; MARTINEZ I COMA, F. **Contentious elections**: from ballots to barricades. New York: Routledge, 2015.
- NORRIS, P.; GRÖMPING, M. **Electoral Integrity Report 2019**. The Electoral Integrity Project. Kingston: Department of Political Science and Economics Royal Military College of Canada, 2019. Disponível em: [link](#). Acesso em: 07 abr. 2021.
- NORRIS, P. (Ed.). **Critical citizens**: global support for democratic governance. Oxford: Oxford University, 1999.
- NORRIS, P. **Democratic deficit**: critical citizens revisited. Cambridge: Cambridge University, 2011.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural backlash**: Trump, Brexit and authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Manifestantes pedem intervenção militar com base em regra que não existe na Constituição. **Estadão**, São Paulo, 12 abr. 2015. Disponível em: [link](#). Acesso em: 01 out. 2021.

O GLOBO. Bolsonaro atacou a imprensa 299 vezes nos últimos nove meses, diz Fenaj. **Globo**, São Paulo, 14 out. 2020. Disponível em: [link](#). Acesso em: 31 mai. 2021.

OLIVEIRA, L.; CASALECCHI, G. A.; BACHINI, N. **Eleições presidenciais e whatsapp no Brasil pós-impeachment**: atores, agenda e redes. X Congresso Latinoamericano de Ciencia Política da ALACIP, Monterrey, jul.-ago. 2019.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Perseu: História, Memória e Política**, São Paulo, n. 11, p. 169-180, 2016.

OSTIGUY, P. Populism: a sociocultural approach. In: KALTWASSER, C. R. *et al.* **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 638-674, 2016.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA DA SILVA, F. Definindo os “neogolpes”. **Campos Neutrais**: Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, v. 3, n. 3, p. 55-66, 2022.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Revista Novos Estudos**, n. 19, dez. 1987.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 32-63, mai. 1995.

POGUNTKE, T.; SCARROW, S. The politics of anti-party sentiment: introduction. **European Journal of Political Research**, v. 29, n. 3, p. 257-262, 1996.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRZEWORSKI, A. *et al.* O que mantém as democracias? **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 40-41, p. 113-135, ago. 1997.

REIS, G. S. O fim da era das democracias na América. **Breviário de Filosofia Pública**, n. 146, p. 32-47, abr. 2017.

RENNÓ, L. **Dimensões do Conservadorismo**. Ciclo de Palestras IESP-UERJ 2021.2, Youtube, 22 nov. 2021. Disponível em: [link](#). Acesso em: nov. 2021.

RENNÓ, L. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 brazilian presidential elections. **Latin American Politics and Society**, v. 62, n. 4, p. 1-23, 2020.

RIBEIRO, E. Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho. **Opinião Pública**, v. 13, n. 1, p. 74-96, 2007.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Tolerância política no Brasil recente: evolução de indicadores e condicionantes. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 87, p. 641-657, set.-dez. 2019.

RIBEIRO, E.; BORBA, J.; FUKS, M. Contexto democrático, escolaridade e tolerância política na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, vol. 8, n. 1, p. 11-40, 2019.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 603-637, dez. 2016.

RIBEIRO, E.; FUKS, M. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p. 531-555, set.-dez. 2019.

RIVAROLA, D. R. Las mutaciones históricas del antipetismo y el fenómeno Bolsonaro. **Fundação Perseu Abramo**, São Paulo, ano 14, n. 19, 2020.

ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese (Doutorado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, G. A.; FUKS, M. Grupos sociais e preferência política: o voto evangélico no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 115-128, fev. 2015.

ROSE, R. Medidas de democracia em surveys. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 1-29, 2002.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

RUMMENS, S. Populism as a threat to liberal democracy. *In*: KALTWASSER, C. R. *et al.* **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans**: voting behavior in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEBRAE. **Painel regional**: Rio de Janeiro e bairros. Observatório Sebrae, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [link](#). Acesso em: 13 dez. 2021.

SELIGSON, M. A. The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study of four Latin American countries. **The Journal of Politics**, v. 64, n. 2, may. 2002.

SILVA, A. B. da. *et al.* A extrema-direita na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, n. 119, p. 407-445, 2014.

SOARES, G. A. D. As bases ideológicas do lacerdismo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 49-70, 1965.

SOLANO, E.; ORTELLADO, P.; MORETTO, M. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à operação Lava Jato e contra a reforma de previdência. **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, ano 9, n. 2, p. 35-45, ago. 2017.

SOLANO, E. A evolução do bolsonarismo: análise qualitativa da percepção deste eleitorado em 2019 e 2020. **Journal of Democracy**, v. 10, n. 1, mai. 2021.

SOLANO, E. Crise da democracia e extremismos de direita. **Fundação Friedrich Eber Brasil**, análise nº 42, 2018.

SOLANO, E. La bolsonarización de Brasil. **Documentos de Trabajo IELAT**, n. 121, abr. de 2019a.

SOLANO, E. O conservadorismo e as questões sociais. **Fundação Tide Setubal**, São Paulo, 2019b. Disponível em: [link](#). Acesso em: 24 nov. 2021.

SOLANO, E.; ROCHA, C. Bolsonarismo em crise? **Fundação Friedrich Eber Brasil**, análise junho de 2020.

TELLES, H. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e Vírgula**, PUC SP, n. 19, p. 97-125, 2016.

TELLES, H. Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: o Boom da Direita na Política nacional? **Revista Interesse Nacional**, ano 8, n. 30, p. 37-46, jul.-set. 2015.

TELLES, H.; MUNDIM, P. S.; BAPTISTA, É. A. Não quero ser político, quero ser prefeito: navegando nas ondas da antipolítica e do antipetismo em Belo Horizonte. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara de S. (Org.). **Eleições municipais: novas ondas na política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index 2018**. Berlin, 2018. Disponível em: [link](#). Acesso em: 15 nov. 2021.

TURNER, B. S. Demography, democracy and right-wing populism. In: FITZI, G.; MACKERT, J.; TURNER, B. S. **Populism and the crisis of democracy: migration, gender and religion**. London and New York: Routledge, 2019.

VARIETIES OF DEMOCRACY INSTITUTE. **Autocratization surges, resistance grows**. Democracy Report 2020. Sweden: Department of Political Science at the University of Gothenburg. Disponível em: [link](#). Acesso em: 16 jun. 2021.

VEIGA, L. F. *et al.* El efecto de la experiencia democrática en la estructura de la legitimidad en América Latina y el Caribe. **Opinião Pública**, v. 23, n. 2, p. 289-315, 2017.

VEIGA, L. F.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.

VEJA. Bolsonaro afirma que torturador Brilhante Ustra é um “herói nacional”. **Editora Abril**, São Paulo, 08 ago. 2019. Disponível em: [link](#). Acesso em: 31 mai. 2021.

WEYLAND, K. Populism: a political-strategic approach. *In: KALTWASSER, C. R. et al. **The Oxford Handbook of Populism***. Oxford: Oxford University Press, 2017.

ZMERLI, S.; NEWTON, K. Social trust and attitudes toward democracy. **Public Opinion Quarterly**, v. 72, n. 4, p. 706-724, 2008.

ZUCATTO, E. G. A ascensão da direita na América do Sul. **Boletim OPSA**, n.1, jan./mar. 2019.

## **APÊNDICE A – Roteiro de discussão**

### **Bloco 1 – Critérios de escolha eleitoral e importância do voto**

- 1.1 No ano passado tivemos eleição para prefeito. Vocês votaram em algum candidato, votaram em branco, nulo ou não votaram?
- 1.2 Eu gostaria que vocês me dissessem qual foi o principal critério que vocês usaram quando votaram para prefeito. Esse critério é o mesmo que usam para presidente?
- 1.3 Qual o grau de importância que vocês dão ao voto? Vocês diriam que votar é muito importante, pouco importante ou nada importante?
- 1.4 No Brasil, o voto é obrigatório. Vocês são a favor ou contra o voto obrigatório? Vocês votariam se o voto não fosse obrigatório?

### **Bloco 2 – Confiança nas eleições e integridade do processo eleitoral**

- 2.1 Vocês confiam no processo eleitoral brasileiro? Achem que as eleições são limpas e honestas no Brasil?
- 2.2 Qual a confiança na urna eletrônica? De onde vem a confiança e a desconfiança?
- 2.3 Na última eleição para prefeito ou em qualquer outra, alguma pessoa, candidato ou partido político ofereceu um favor, presente ou outro benefício a uma pessoa que você conhece em troca de apoio ou voto? Que benefício foi esse?
- 2.4 Na última eleição para prefeito ou em qualquer outra, alguma pessoa, partido ou candidato ameaçou, intimidou ou agrediu uma pessoa que você conheça para influenciar o voto dessa pessoa? Como foi?

### **Bloco 3 – Avaliação do governo Bolsonaro e concepção de bolsonarismo**

- 3.1 Como vocês avaliam o governo de Bolsonaro? O que vocês veem de positivo e o que veem de negativo?
- 3.2 Vocês acham que o Bolsonaro de 2018 é diferente do Bolsonaro de hoje em dia? No que ele ficou abaixo das suas expectativas e no que ele ficou acima?
- 3.3 O que vocês entendem por “bolsonarismo”?
- 3.4 Como avaliam a economia? Como está a gestão dele e o quanto ele é responsável pela situação que a gente se encontra hoje?

### APÊNDICE B – Perfil dos entrevistados

Zona	Entrevistados	Bairro	Idade	Ocupação	Escolaridade	Religião	Eleição 2018 2º turno
Norte (Ilha do Governador)	Mulher	Cacuiá	34	Psicóloga	Superior	Kardecista	Haddad
	Mulher	Tauá	37	Estudante e vendedora	Superior cursando	Não tem	Bolsonaro
	Mulher	Cacuiá	47	Secretária	Médio	Não tem	Bolsonaro
	Homem	Cocotá	25	Estudante e garçom	Superior cursando	Católica	Haddad
	Homem	Portuguesa	30	Eletricista	Médio	Umbanda	Bolsonaro
	Homem	Portuguesa	34	Taxista	Médio	Evangélica	Bolsonaro
	Homem	Dendê	40	Marceneiro	Médio	Católica	Bolsonaro
Norte (Méier e entorno)	Homem	Jardim Carioca	50	Entregador	Médio	Evangélica	Bolsonaro
	Mulher	Cachambi	27	Professora	Superior	Católica	Haddad
	Mulher	Engenho de Dentro	36	Enfermeira	Superior	Católica	Bolsonaro
	Mulher	Engenho Novo	47	Confeiteira	Médio	Umbanda	Haddad
	Homem	Andaraí	32	Auxiliar de serviços gerais	Médio	Evangélica	Haddad
	Homem	Sampaio	33	Corretor	Médio	Evangélica	Bolsonaro
	Homem	Tijuca	39	Motorista de aplicativo	Médio	Evangélica	Bolsonaro
	Homem	Méier	44	Supervisor de TLMKT	Superior incompleto	Católica	Bolsonaro
Norte (Vila Kosmos a Encantado)	Homem	Tijuca	40	Desempregado	-	-	Bolsonaro
	Mulher	Madureira	24	Design de sobancelha	Médio	Evangélica	Haddad
	Mulher	Rocha Miranda	30	Fotógrafa	Médio	Não tem	Bolsonaro
	Mulher	Marechal Hermes	40	Vendedora	Médio	Católica	Bolsonaro
	Mulher	Cascadura	45	Técnica de enfermagem	Médio	Católica	Bolsonaro
	Homem	Campinho	25	Professor	Superior	Não tem	Haddad
	Homem	Encantado	34	Analista de contas	Superior	Espírita	Haddad
	Homem	Encantado	39	Serralheiro	Médio	Não tem	Bolsonaro
Norte (Penha e entorno)	Homem	Colégio	45	Desempregado	Fundamental	Umbanda	Haddad
	Mulher	Penha	25	Estudante e auxiliar ADM	Superior cursando	Católica	Haddad
	Mulher	Penha Circular	26	Desempregada	Médio	Católica	Bolsonaro
	Mulher	Inhaúma	37	Coordenadora pedagógica	Superior	Evangélica	Haddad
	Mulher	Brás de Pina	48	Professora	Superior	Católica	Bolsonaro
	Homem	Penha Circular	25	Estudante e motorista de aplicativo	Superior cursando	Católica	Bolsonaro
	Homem	Jardim América	41	Cozinheiro	Médio	Candomblé	Bolsonaro
	Homem	Penha Circular	53	Mestre de obra	Médio	Católica	Bolsonaro



Oeste	Mulher	Santa Cruz	30	Motorista de aplicativo	Médio	Católica	Bolsonaro
	Mulher	Santíssimo	39	Recepcionista	Médio	Católica	Bolsonaro
	Mulher	Realengo	43	Desempregada	Médio	Não tem	Haddad
	Mulher	Senador Camará	52	Revendedora	Médio	Católica	Bolsonaro
	Homem	Bangu	25	Estudante	Superior cursando	Umbanda	Haddad
	Homem	Guaratiba	34	Estudante e vendedor	Superior cursando	Evangélica	Haddad
	Homem	Campo Grande	39	Encarregado de produção	Médio	Evangélica	Bolsonaro
	Homem	Paciência	44	Vendedor	Superior incompleto	Evangélica	Bolsonaro
Oeste (Jacarepaguá)	Mulher	Taquara	32	Salgadeira	Médio incompleto	Candomblé	Haddad
	Mulher	Praça Seca	39	Cabeleireira	Médio	Messiânica	Haddad
	Mulher	Vila Valqueire	43	Desempregada	Médio	Católica	Haddad
	Mulher	Freguesia	50	Terapeuta holística	Superior	Não tem	Bolsonaro
	Homem	Vargem Pequena	30	Higienizador de carros	Médio	Evangélica	Bolsonaro
	Homem	Vila Valqueire	41	Pintor predial	Médio	Católica	Bolsonaro
	Homem	Camorim	50	Securitário	Médio	Católica	Bolsonaro
Central	Mulher	Santo Cristo	34	Atendente	Médio	Católica	Bolsonaro
	Mulher	Estácio	35	Desempregada	Médio	Evangélica	Haddad
	Mulher	Caju	43	Atendente terceirizada	Médio	Católica	Bolsonaro
	Mulher	Gamboa	55	Faturista	Médio	Candomblé	Haddad
	Homem	Rio Comprido	28	Agente de controle de fibra ótica	Médio	Espírita	Bolsonaro
	Homem	Centro	36	Motorista em companhia de saneamento	Médio	Evangélica	Bolsonaro
	Homem	São Cristóvão	41	Vendedor	Médio	Não tem	Bolsonaro
	Homem	Vasco da Gama	46	Supervisor	Médio incompleto	Católica	Bolsonaro
Sul	Mulher	Copacabana	25	Professora	Superior	Não tem	Haddad
	Mulher	Botafogo	25	Analista de contas	Superior	Kardecista	Haddad
	Mulher	Glória	39	Recepcionista	Médio	Católica	Bolsonaro
	Mulher	Laranjeiras	45	Auxiliar ADM	Médio	Kardecista	Bolsonaro
	Homem	Catete	34	Vendedor	Superior	Católica	Bolsonaro
	Homem	Leme	37	Consultor de rede	Médio	Católica	Haddad
	Homem	Flamengo	40	Supervisor	Médio	Não tem	Bolsonaro
	Homem	Botafogo	46	Desempregado	Médio	Católica	Haddad